

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008
PARA A
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
(CGU)

(Documento Corporativo Oficial, Peça II do Processo de Prestação de Contas do exercício de 2008, atende à Portaria CGU nº 2238, de 19.12.2008, que aprova a Norma de Execução nº 3 – Anexo I à mesma. Considera a Instrução Normativa TCU nº 57/2008 e Decisões Normativas TCU nº 93 e 94/2008, que regulamentam o assunto. Tem por objetivo dar conhecimento à CGU/TCU sobre o andamento do negócio no período).

FURNAS – CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

SUMÁRIO

	Página
1. Identificação	2
2. Objetivos e Metas Institucionais e/ou Pragmáticos	10
2.1. Responsabilidades Institucionais na Execução de Políticas Públicas.....	10
2.2. Estratégia de Atuação.....	24
2.3. Programas.....	29
2.3.1. Programas e Ações Pertencentes ao Plano Plurianual (PPA)	29
2.3.2. Empreendimentos Realizados em Articulação com Outros Agentes sob a Forma de Sociedade de Propósito Específico (SPE).....	47
2.4. Desempenho Operacional e Corporativo.....	52
2.4.1. Evolução de Gastos Gerais	66
3. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.....	67
4. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	67
5. Demonstrativo de Transferências	68
6. Previdência Complementar Patrocinada.....	81
7. Fluxo Financeiro de Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos.....	84
8. Renúncia Tributária	84
9. Declaração sobre Regularidade dos Beneficiários Diretos de Renúncia	85
10. Operações de Fundos.....	85
11. Despesas com Cartão de Crédito	85
12. Recomendações do Órgão de Controle Interno	86
13. Determinações e Recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU).....	88
14. Atos de Admissão, Desligamento, Concessão de Aposentadoria e Pensão	96
15. Dispensas de Instauração de TCE e TCE com Envio ao TCU Dispensado.....	96
16. Informações sobre a Composição de Recursos Humanos.....	96
17. Outras Informações Relevantes.....	98
18. Conteúdos Específicos por UJ ou Grupo de Unidades Afins	98

1. IDENTIFICAÇÃO

Dados Identificadores da Unidade Jurisdicionada

Nome completo da unidade e sigla

FURNAS – Centrais Elétricas S.A. / FURNAS

CNPJ

23.274.194/0001-19

Natureza jurídica

Economia Mista

Vinculação ministerial

Ministério de Minas e Energia

Endereço completo da sede

Rua Real Grandeza, 219 – Botafogo
Rio de Janeiro – CEP 22283-900 – RJ
Tel.: (21) 2528-3747
Fax: (21) 2528-5021

Endereço da página institucional na internet

www.furnas.com.br

Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional, Estatuto Social e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União

O Decreto nº 41.066, de 28.02.57 (Diário Oficial da mesma data), autorizou FURNAS a funcionar como empresa de energia elétrica.

O Estatuto originariamente aprovado integra a escritura de constituição da Companhia, lavrada, em 28.02.57, no Livro nº 600, às páginas 12/16, do 15º Tabelionato de Notas da cidade do Rio de Janeiro, publicada no Diário Oficial da União, em 08.04.57, e no de "Minas Gerais", em 14.03.57, arquivada por despacho de 12.03.57, sob o nº 81.860, na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.

Conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16.02.71, com vigência a partir de 01.06.71, (I) a sede da Sociedade, primitivamente em Passos (MG), foi transferida para o Rio de Janeiro; (II) a primitiva razão social (Central Elétrica de Furnas S.A.) foi alterada para FURNAS – Centrais Elétricas S.A. (Ata publicada no jornal Minas Gerais, órgão oficial dos Poderes do Estado, em 07.03.71). Em consequência, os atos constitutivos da Sociedade e as alterações estatutárias foram, por despacho de 15.06.71, arquivados, sob o nº 44.174, na Junta Comercial do então Estado da Guanabara que, a respeito, expediu certidão, publicada no Diário Oficial do antigo Estado (Parte I), em 29.06.71 (página 10.196).

A estrutura organizacional da Empresa foi estabelecida, quando da sua criação, em seu Estatuto Social e Regimento Interno. Apresenta a seguinte composição:

- Administrada pelo Conselho de Administração e por uma Diretoria, constituída pelo Diretor-Presidente e cinco Diretores, com base nas seguintes áreas de atividades: Gestão Corporativa; Financeira; Engenharia; Construção; Operação do Sistema e Comercialização de Energia.
-

-
- As atividades subordinadas ao Diretor-Presidente e a cada Diretor têm seu detalhamento, compreendendo a denominação, a posição e as atribuições dos órgãos que as integram, estabelecido no Manual de Organização da Companhia, devendo, a posição, corresponder a um dos seguintes níveis de hierarquia administrativa: Superintendência / Coordenação; Departamento / Assessoria ; Divisão.

O Estatuto Social de FURNAS, apresentado em continuidade, está disponível na página da internet, em Institucional / Perfil. Teve, em 2008, as seguintes atualizações:

- Alteração nos artigos 4º, 9º, 15º, 16º e 22º, aprovada em Assembleia-Geral Extraordinária (AGE), em 11.07.2008, referente à adequação dos documentos da organização às orientações da Eletrobrás;
- Alteração do “caput” do artigo 5º, aprovada em AGE, 17.11.2008, referente ao aumento de Capital Social.

ESTATUTO SOCIAL

Capítulo I – da Denominação, Organização, Sede, Duração e Objeto

Art. 1º FURNAS – Centrais Elétricas S.A., que usará a abreviatura FURNAS, é uma sociedade anônima, subsidiária da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás, de âmbito regional, tendo como área de atuação o Distrito Federal, os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Mato Grosso do Sul e, em parte, o Estado de Goiás.

Art. 2º FURNAS tem sede na cidade do Rio de Janeiro, sua duração é por tempo ilimitado, podendo criar sucursais, filiais, agências e escritórios, no país e no exterior.

Art. 3º FURNAS observará, no que forem aplicáveis, os princípios gerais da Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961 e suas alterações posteriores e obedecerá a normas administrativas, técnicas, operacionais, financeiras e contábeis estabelecidas pela Eletrobrás.

Art. 4º FURNAS tem por objeto social:

- a) realizar estudos, projetos, construção e operação de usinas produtoras e linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades;
 - b) participar de pesquisas de interesse do setor energético, ligadas à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como de estudos de aproveitamento de reservatórios para fins múltiplos;
 - c) contribuir para a formação do pessoal técnico necessário ao setor de energia elétrica, bem como para a preparação de operários qualificados, através de cursos especializados;
 - d) participar de entidades dirigidas pela Eletrobrás e destinadas à coordenação operacional de sistemas elétricos interligados;
 - e) prestar serviços de apoio técnico, operacional e administrativo às empresas concessionárias de serviço público de energia elétrica;
 - f) participar de associações ou organizações de caráter técnico, científico e empresarial de âmbito regional, nacional ou internacional, de interesse para o setor de energia elétrica;
 - g) colaborar para a preservação do meio ambiente, no âmbito de suas atividades;
 - h) colaborar com a Eletrobrás nos programas relacionados com a promoção e incentivo da indústria nacional de materiais e equipamentos destinados ao setor de energia elétrica, bem como para sua normalização técnica, padronização e controle de qualidade;
 - i) associar-se, mediante prévia e expressa autorização do Conselho de Administração da Eletrobrás, com ou sem aporte de recursos, no Brasil ou no exterior, com ou sem poder de controle, para a constituição de consórcios empresariais ou participações em sociedades, que se destinem, direta ou indiretamente, à exploração da produção ou transmissão de energia elétrica, sob o regime de concessão ou autorização.
-

Capítulo II – do Capital e das Ações

Art. 5º O Capital Social é de R\$6.000.000.000,00 (seis bilhões de reais) dividido em 50.710.649.000 (cinquenta bilhões, setecentas e dez milhões e seiscentas e quarenta e nove mil) Ações Ordinárias, com direito de voto, e 14.293.398.000 (quatorze bilhões, duzentas e noventa e três milhões e trezentas e noventa e oito mil) Ações Preferenciais, sem direito de voto, todas nominativas e sem valor nominal.

Parágrafo Único – As ações preferenciais não se podem converter em ações ordinárias e terão as seguintes preferências ou vantagens:

- a) prioridade no reembolso do capital, sem direito a prêmio;
- b) dividendo prioritário, mínimo cumulativo de 10% (dez por cento) ao ano, e participação, em igualdade de condições com as ações ordinárias, nos lucros que remanescerem depois de pago um dividendo de 12% (doze por cento) ao ano às ações ordinárias;
- c) direito de voto nas deliberações das Assembleias Gerais Extraordinárias sobre a alteração do Estatuto.

Art. 6º Os aumentos de capital de FURNAS serão realizados mediante subscrição particular e incorporação de reservas, capitalizando-se os recursos através das modalidades admitidas em lei.

Art. 7º A integralização das ações obedecerá as normas e condições estabelecidas pela Assembleia Geral.

Parágrafo Único – O acionista que não fizer o pagamento de acordo com as normas e condições a que se refere o presente artigo ficará de pleno direito constituído em mora, aplicando-se correção monetária, juros de 12% (doze por cento) ao ano e a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da prestação vencida.

Art. 8º FURNAS poderá emitir títulos múltiplos de ações, em quantidade não inferior a 100 (cem) ações. Os agrupamentos ou desdobramentos serão feitos a pedido do acionista, correndo por sua conta as despesas com a substituição dos títulos, que não poderão ser superiores ao custo.

Parágrafo Único – Os serviços de conversão, transferência e desdobramento de ações poderão ser transitoriamente suspensos, observadas as normas e limitações estabelecidas na legislação em vigor.

Art. 9º FURNAS poderá emitir debêntures, mediante prévia e expressa aprovação do Conselho de Administração da Eletrobrás.

Capítulo III – da Administração

Art. 10º FURNAS será administrada por um Conselho de Administração, órgão colegiado de funções deliberativas, com as atribuições previstas na lei, sem prejuízo daquelas estabelecidas neste Estatuto, e uma Diretoria Executiva, devendo ser de nacionalidade brasileira todos os integrantes dos dois órgãos.

Art. 11º O Conselho de Administração de FURNAS constituir-se-á de um Presidente e mais 5 (cinco) Conselheiros, todos acionistas, com mandato de três anos, podendo ser reeleitos, sendo um deles representante da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República.

Parágrafo Único – Dentre os membros do Conselho de Administração será escolhido o Diretor-Presidente.

Art. 12º A Diretoria Executiva de FURNAS constituir-se-á de um Diretor-Presidente e de até 5 (cinco) Diretores, brasileiros, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 3 (três) anos, que exercerão suas funções em regime de tempo integral.

Parágrafo Único – O Diretor-Presidente e os Diretores não poderão exercer funções de direção, administração ou consulta em empresas de economia privada concessionárias de serviço público de energia elétrica, ou em empresas de direito privado ligadas de qualquer forma à indústria de material elétrico.

Art. 13º Cada membro da Administração deverá, antes de entrar no exercício das funções, apresentar declaração de bens, que será registrada em livro próprio.

Art. 14º A investidura nos cargos do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, far-se-á mediante termo lavrado em livro próprio, subscrito pelo representante da Eletrobrás e pelo empossado.

Art. 15º O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva se instalarão e deliberarão com a presença da maioria de seus membros, votando o Presidente e o Diretor-Presidente que também terão voto de qualidade, respectivamente, no Conselho de Administração e na Diretoria Executiva:

Parágrafo 1º De cada reunião, lavrar-se-á ata, que será assinada por todos os membros presentes.

Parágrafo 2º As decisões dos administradores deverão observar as normas administrativas, técnicas, financeiras e contábeis ditadas pela controladora.

Capítulo IV – do Conselho de Administração

Art. 16º Compete ao Conselho de Administração a fixação da orientação geral dos negócios de FURNAS, através de diretrizes fundamentais de administração, bem como o controle superior da empresa, pela fiscalização da observância das diretrizes por ele fixadas, acompanhamento da execução dos programas aprovados e verificação dos resultados obtidos.

Parágrafo 1º No exercício de suas atribuições, cabe também ao Conselho de Administração deliberar sobre o seguinte:

I – empréstimo a contrair no País ou no exterior em valor superior a 0,5% (cinco décimos por cento) do seu Patrimônio Líquido, constante do último balanço mediante prévia e expressa manifestação favorável do Conselho de Administração da Eletrobrás;

II – prestação de garantia a financiamentos, tomados no País ou no Exterior, em valor superior a 0,5% (cinco décimos por cento) do Patrimônio Líquido, constante do último balanço, mediante prévia e expressa manifestação favorável do Conselho de Administração da Eletrobrás;

III – contratos de obras, empreitada, fiscalização, locação de serviços, consultoria, fornecimento e similares superiores a 0,5% (cinco décimos por cento) do Patrimônio Líquido, constante do último balanço;

IV – eleição e destituição de Diretores fixando-lhes suas atribuições;

V – a estrutura organizacional da empresa;

VI – fiscalização da gestão da empresa, mediante requisição de informações ou exame de livros e documentos;

VII – a convocação da Assembleia Geral;

VIII – o relatório da administração e as contas da diretoria;

IX – a emissão de ações até o limite do capital social, a fixação das respectivas condições e registro de ações escriturais;

X – a aquisição, alienação, ou oneração de bens imóveis pertencentes ao patrimônio de FURNAS, ou de bens móveis de valor superior a 0,5% (cinco décimos por cento) do Patrimônio Líquido, constante do último balanço;

XI – a escolha e destituição de auditores independentes segundo as normas aprovadas pela controladora, observada a legislação pertinente;

XII – as estimativas globais de receita, despesas e investimentos de FURNAS em cada exercício, a serem detalhadas pela Diretoria Executiva;

XIII – a concessão de férias, licenças ou outra autorização de afastamento aos seus membros;
XIV – assuntos de relevância para a vida de FURNAS, quando consultado pela Diretoria Executiva;

XV – o Regimento Interno de FURNAS;

XVI – a constituição de consórcios empresariais ou participações em sociedades, que se destinem, direta ou indiretamente, à exploração da produção ou transmissão de energia elétrica, sob o regime de concessão ou autorização, mediante prévia e expressa aprovação do Conselho de Administração da Eletrobrás;

XVII – os casos omissos no Estatuto.

Parágrafo 2º Para os fins previstos nos incisos I, II, III e X do parágrafo anterior, o valor neles previsto será atualizado trimestralmente pelo índice de atualização do ativo.

Parágrafo 3º O Conselho de Administração, em cada exercício, examinará e submeterá à decisão da Assembleia Geral Ordinária: o Relatório da Administração; o Balanço Patrimonial; a Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados; a Demonstração do Resultado do Exercício; a Demonstração das Origens e Aplicação dos Recursos; bem como a proposta de distribuição de dividendos e de aplicação dos valores excedentes, anexando o parecer do Conselho Fiscal e o certificado dos auditores independentes.

Parágrafo 4º A alienação ou aquisição de bens móveis e imóveis, diretamente relacionados ao cumprimento do objeto social de FURNAS, em valor superior a 0,5% (cinco décimos por cento) do Patrimônio Líquido, constante do último balanço, dependerão de prévia e expressa manifestação favorável do Conselho de Administração da Eletrobrás.

Art. 17º O Conselho de Administração reunir-se-á uma vez por mês, ou quando convocado pelo Presidente ou pela maioria de seus membros.

Art. 18º Perderá o mandato o Conselheiro que deixar de comparecer a duas reuniões consecutivas, sem motivo justificado.

Art. 19º Nas suas ausências ou impedimentos, o Presidente será substituído pelo conselheiro que o Conselho de Administração designar.

Art. 20º Vagando definitivamente o cargo de Conselheiro, o Conselho de Administração designará dentre os Diretores ou empregados de FURNAS um ocupante interino, até a primeira Assembleia Geral, que elegerá o sucessor, para cumprir o restante do mandato.

Capítulo V – da Diretoria Executiva

Art. 21º Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria-Executiva, responderão, nos termos do art. 158, da Lei nº 6.404, de 1976, individual e solidariamente, pelos atos que praticarem e pelos prejuízos que deles decorram para a Companhia.

Parágrafo Único – FURNAS assegurará aos seus dirigentes e conselheiros, ainda que não mais no exercício de seus mandatos, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da sociedade e na forma definida pela Diretoria, a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício do cargo ou função, observadas as disposições da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994.

Art. 22º Compete à Diretoria Executiva a direção geral e a administração de FURNAS, respeitadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Único - No exercício de suas atribuições, dentre as demais incumbências implícitas nos poderes gerais de direção e administração, não expressamente conferidas ao Conselho de Administração por este Estatuto, cabe à Diretoria-Executiva:

a) propor ao Conselho de Administração diretrizes fundamentais de administração que devam ser objeto de deliberação;

-
- b) estabelecer normas administrativas, técnicas, financeiras e contábeis para FURNAS;
 - c) elaborar os planos de emissão de debêntures, para serem submetidos à Assembleia Geral;
 - d) elaborar as estimativas da receita, dotações gerais da despesa e previsão de investimentos de FURNAS, em cada exercício, a serem submetidas ao Conselho de Administração, efetuando, após aprovadas, o respectivo controle;
 - e) elaborar os orçamentos de FURNAS;
 - f) aprovar planos que disponham sobre admissão, carreira, acesso, vantagens e regime disciplinar para os empregados de FURNAS;
 - g) autorizar férias ou licenças de qualquer de seus membros, exceto o Diretor-Presidente, designando o substituto na forma do parágrafo 2º do art. 24 deste Estatuto;
 - h) aprovar os nomes indicados pelos Diretores para preenchimento dos cargos que lhes são diretamente subordinados;
 - i) pronunciar-se nos casos de admissão, elogio, punição, transferência e demissão dos empregados subordinados diretamente aos Diretores;
 - j) delegar autoridade aos Diretores para decidirem isoladamente sobre questões incluídas nas atribuições da Diretoria;
 - k) delegar poderes a Diretores e empregados para autorização de despesas, estabelecendo limites e condições;
 - l) elaborar, em cada exercício, o balanço patrimonial de FURNAS, a demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados, a demonstração do resultado do exercício, a demonstração das origens e aplicações de recursos, a proposta de distribuição dos dividendos e de aplicação dos valores excedentes, para serem submetidos à apreciação do Conselho Fiscal, dos auditores independentes, do Conselho de Administração e ao exame e deliberação da Assembleia Geral;
 - m) elaborar o Regimento Interno de FURNAS, submetendo-o ao Conselho de Administração;
 - n) aprovar o seu Regimento Interno;
 - o) aprovar os planos anuais de negócios, obedecendo as diretrizes empresariais emitidas pela controladora;
 - p) encaminhar ao Conselho de Administração solicitações visando à captação de recursos, contratação de empréstimos e financiamentos, prestação de garantia, e participação em parcerias, no país ou no exterior.

Art. 23º A Diretoria reunir-se-á normalmente, uma vez por semana, ou sempre que necessário, e deliberará com a presença da maioria de seus membros.

Art. 24º Os integrantes da Diretoria não poderão afastar-se do exercício do cargo por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, salvo em caso de férias ou licença, sob pena de perda de cargo.

Parágrafo 1º A concessão de férias ou licença ao Diretor-Presidente será da competência do Conselho de Administração, que designará seu substituto.

Parágrafo 2º No caso de impedimento temporário, licença ou férias de qualquer dos membros da Diretoria, exceto o Diretor-Presidente, a sua substituição processar-se-á pela forma determinada por seus pares, não podendo, no entanto, ser escolhida pessoa estranha a FURNAS ou à Eletrobrás.

Parágrafo 3º Vagando cargo na Diretoria, esta designará um substituto dentre os empregados de FURNAS, para exercê-lo até a primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar, quando será preenchido o cargo vago pelo prazo que restava do substituído.

Capítulo VI – das Atribuições dos Integrantes da Diretoria

Art. 25º Cabe ao Diretor-Presidente a orientação da política administrativa e a representação de FURNAS, convocando e presidindo as reuniões da Diretoria.

Art. 26º Compete ao Diretor-Presidente:

- a) superintender os negócios de FURNAS;
- b) representar FURNAS em juízo ou fora dele, perante outras sociedades, os acionistas ou o público em geral, podendo delegar tais poderes a qualquer Diretor, bem como nomear representantes, procuradores, prepostos ou mandatários;
- c) admitir e demitir empregados;
- d) formalizar as nomeações aprovadas pela Diretoria;
- e) fazer publicar o relatório anual das atividades de FURNAS;
- f) juntamente com outro Diretor, movimentar os dinheiros de FURNAS e assinar atos e contratos, podendo esta faculdade ser delegada aos demais Diretores e a procuradores ou empregados de FURNAS, com a aprovação da Diretoria.

Art. 27º O Diretor-Presidente e os Diretores, além dos deveres e responsabilidades próprios, serão os gestores nas áreas de atividades que lhes forem atribuídas pelo Conselho de Administração.

Capítulo VII – do Conselho Fiscal

Art. 28º O Conselho Fiscal será permanente, constituído de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, com mandato de um ano, brasileiros, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo Único – Dentre os membros do Conselho Fiscal um membro efetivo e respectivo suplente serão representantes do Tesouro Nacional.

Capítulo VIII – das Assembleias Gerais

Art. 29º A Assembleia Geral Ordinária realizar-se-á dentro dos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social em dia e hora previamente fixados, para: tomar as contas dos administradores; examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; deliberar sobre a destinação no lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; eleger os membros do Conselho Fiscal e, quando for o caso, os membros do Conselho de Administração, fixando-lhes os respectivos honorários, assim como os honorários da Diretoria Executiva; aprovar a correção da expressão monetária do capital social.

Art. 30º Além dos casos previstos em lei, a Assembleia Geral reunir-se-á sempre que o Conselho de Administração o achar conveniente, e, em especial, para: I) Alienar, no todo ou em parte, ações do Capital Social; proceder abertura de capital; aumentar o capital social por subscrição de novas ações; emitir debêntures conversíveis em ações ou vendê-las, se em tesouraria; ou, ainda, emitir quaisquer outros títulos ou valores mobiliários, no País ou no exterior; II) promover cisão, fusão ou incorporação societária; III) permutar ações ou outros valores mobiliários.

Art. 31º A mesa que dirigirá os trabalhos da Assembleia Geral será constituída pelo Presidente do Conselho de Administração e, na sua ausência ou impedimento, por quem a Assembleia escolher, e por um secretário, escolhido dentre os presentes.

Art. 32º O edital de convocação poderá condicionar a presença do acionista na Assembleia Geral ao cumprimento dos seguintes requisitos, além de outros previstos em lei: no caso de ações ao portador, documento comprobatório de depósito dos respectivos certificados na sede da Sociedade ou em instituição financeira expressamente designada; no caso dos titulares de ações em custódia documento do depósito, na sede de FURNAS, do comprovante expedido pela instituição financeira depositária.

Parágrafo 1º O depósito dos documentos referidos neste artigo poderá ser exigido com 72 (setenta e duas) horas de antecedência do dia marcado para a realização da Assembleia Geral.

Parágrafo 2º O edital de convocação também poderá condicionar a representação do acionista na Assembleia Geral a que o depósito do respectivo instrumento seja efetuado na sede de FURNAS com 72 (setenta e duas) horas de antecedência do dia marcado para realização da Assembleia Geral.

Capítulo IX – do Exercício Social e Demonstrações Financeiras

Art. 33º O exercício social encerrar-se-á a 31 de dezembro de cada ano e obedecerá, quanto às demonstrações financeiras, aos preceitos da legislação federal sobre energia elétrica e da legislação sobre as sociedades por ações e ao presente Estatuto, podendo pagar dividendos à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual.

Parágrafo 1º Em cada exercício será obrigatória a distribuição de um dividendo não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, ajustado nos termos da lei.

Parágrafo 2º O valor dos juros, pagos ou creditados, a título de juros sobre o capital próprio nos termos do art. 9º, §7º, da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e regulamentação pertinente, poderá ser imputado aos titulares de ações ordinárias e ao dividendo anual mínimo das ações preferenciais, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia para todos os efeitos legais.

Parágrafo 3º Os valores dos dividendos e dos juros pagos ou creditados a título de remuneração sobre o capital próprio, devidos aos acionistas, sofrerão incidência de encargos financeiros, a partir do encerramento do exercício social até o dia do efetivo recolhimento ou pagamento, sem prejuízo da incidência de juros moratórios quando esse recolhimento não se verificar na data fixada pela Assembleia Geral.

Art. 34º Quando os dividendos atingirem a 6% (seis por cento) do capital social integralizado, poderá a Assembleia Geral fixar porcentagem ou gratificações, por conta dos lucros, para a Administração de FURNAS.

Art. 35º Prescreve em 3 (três) anos a ação para pleitear dividendos, os quais, não reclamados oportunamente, reverterão em benefícios de FURNAS.

Capítulo X – das Disposições Gerais

Art. 36º Após o encerramento de cada exercício financeiro de FURNAS, os empregados e servidores terão direito a uma participação quando os lucros alcançarem 6% (seis por cento) do capital social integralizado.

Parágrafo 1º A Diretoria fixará diretrizes para a distribuição da participação, que não poderá ser, em caso algum, superior a 50% (cinquenta por cento) da remuneração anual do empregado ou servidor. Nessas diretrizes serão levados em conta fatores tais como o salário, o tempo de serviço, a assiduidade, a responsabilidade, os encargos de família, a eficiência, o interesse e o zelo pelo serviço.

Parágrafo 2º O disposto neste artigo só se aplica aos empregados admitidos até 30.11.82 e que, nos termos do parágrafo 1º do artigo 10 do Decreto-Lei nº 1971, de 30 de novembro de 1982, tenham permanecido no plano de cargos e salários vigente em 25 de julho de 1980.

Art. 37º O disposto no artigo anterior e seus parágrafos prevalecerão até que seja regulamentado o inciso V, do artigo 165, da Constituição Federal.

Art. 38º FURNAS prestará assistência social a seus empregados através da Real Grandeza – Fundação de Previdência e Assistência Social, na forma e meios aprovados pela Eletrobrás.

Art. 39º A Diretoria Executiva fará publicar no Diário Oficial, depois de aprovado pelo Acionista Controlador:

I - o regulamento de licitações;

II - o regulamento de pessoal, com os direitos e deveres dos empregados, o regime disciplinar e as normas sobre apuração de responsabilidade;

III - o quadro de pessoal, com a indicação, em três colunas, do total de empregos e os números de empregos providos e vagas, discriminados por carreira ou categoria, em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano;

IV - o plano de salários, benefícios, vantagens e quaisquer outras parcelas que componham a retribuição de seus empregados.

Art. 40 ° A unidade de Auditoria Interna de FURNAS subordina-se ao Presidente do Conselho de Administração.

(Cópia autêntica do Estatuto Social de FURNAS – Centrais Elétricas S.A., atualizado até a Assembleia Geral Extraordinária de 17.11.08)

Código da UJ titular do relatório

54900

Código das UJ abrangidas

Não consolida outras Unidades

Situação da unidade quanto ao funcionamento

Em funcionamento

Função de governo predominante

25 – Energia

Tipo de atividade

Subfunção: 752 – Energia Elétrica

Unidades gestoras utilizadas no SIAFI *

Nome

Código

Não se Aplica

Não se Aplica

* A Empresa utiliza o seu código no SIAFI, nº 910811, para preenchimento do Rol de Responsáveis.

2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICOS

2.1. Responsabilidades Institucionais na Execução de Políticas Públicas

Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

No que tange à participação do Setor Elétrico, no PAC, lançado em 2007, pelo Governo Federal, FURNAS é forte indutora na implantação de empreendimentos de geração e transmissão descritos nos subitens 2.3.1. Programas e Ações Pertencentes ao Plano Plurianual (PPA) e 2.3.2. Empreendimentos Realizados em Articulação com Outros Agentes sob a Forma de Sociedade de Propósito Específico (SPE).

Programa Luz para Todos

Este Programa, lançado pelo Governo Federal, em 2004, coordenado pelo MME e executado pela Eletrobrás, por meio de suas controladas, em parceria com os governos estaduais, concessionárias de energia e cooperativas de eletrificação rural, tem por objetivo levar energia elétrica para a população do meio rural, em localidades de menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), facilitando o acesso a serviços de saúde, educação, abastecimento de água e saneamento.

FURNAS foi designada para coordenar o Programa na região Sudeste e no Estado de Goiás e, até dezembro de 2008, 373 mil famílias foram beneficiadas nessas regiões, atendendo mais de 1,8 milhão de pessoas. Um dado fundamental do sucesso do Programa é o rápido crescimento da demanda, em razão da regularização de posses, retorno de familiares ao campo e facilidades para a produção agropastoril.

O Programa, também, é indutor do progresso econômico e social. Foi criado um conjunto de atividades, realizadas em parceria com programas sociais e de inclusão produtiva, denominado Ações Integradas, para ajudar as famílias beneficiadas a otimizar os recursos de energia elétrica. Dentre essas atividades estão os Telecentros Comunitários, espaços com computadores conectados a internet, que têm por finalidade combater a exclusão digital. Em 2008, 18 centros foram inaugurados, beneficiando cerca de 16 mil pessoas de comunidades rurais, de 8 a 65 anos.

Essas ações incluem, também, o programa Arca das Letras, que tem por objetivo implantar cerca de 2.000 bibliotecas em comunidades atendidas pelo Programa Luz para Todos, incentivando e facilitando o acesso à leitura em comunidades indígenas, de agricultura familiar, de remanescentes de quilombos e assentados. A meta da Empresa é implantar 625 bibliotecas em comunidades rurais de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás e Espírito Santo. Em 2008, foram entregues 142 bibliotecas, com a distribuição de 125 mil livros doados.

Em 2008, FURNAS gastou R\$ 4.179 mil com o Programa Luz para Todos.

Programa Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios (Prodeem)

Destaca-se, também, o Prodeem, criado, em 1994, pelo Departamento Nacional de Desenvolvimento Energético (DNDE), do MME, que tem por objetivo atender às populações desassistidas de rede elétrica convencional, utilizando-se de fontes energéticas renováveis e livres de poluição. Os sistemas energéticos utilizados pelo Programa incluem, principalmente, painéis fotovoltaicos, que expostos à luz solar produzem eletricidade em corrente contínua, podendo ser usada diretamente ou armazenada em baterias para uso posterior.

Seus benefícios são inúmeros e fundamentais para a integração econômica e social, uma vez que fixam o homem em sua região, reduzindo a migração para as áreas urbanas. Entre outras vantagens, destacam-se: iluminação de boa qualidade que viabiliza a realização de cursos noturnos; bombeamento de água, que gera saúde e melhor qualidade de vida; e criação de hortas comunitárias, que diminui a carência alimentar.

A reestruturação do Prodeem, iniciada em 2003, após consulta aos agentes envolvidos – MME, Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF), Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte), Eletrosul Centrais Elétricas S.A., FURNAS e Rede Nacional de Organizações da Sociedade Civil para as Energias Renováveis (Renove) – deu-se com a criação do Programa de Revitalização e Capacitação (PRC) do Prodeem. O PRC prevê as seguintes atividades: levantamento, diagnóstico e recuperação dos sistemas existentes; regularização da situação patrimonial dos sistemas adquiridos pelo MME no âmbito do Prodeem; e capacitação dos prestadores de serviço, agentes comunitários e técnicos municipais responsáveis pela guarda,

operação e manutenção dos sistemas. Ao findar tal processo, os sistemas adquiridos estarão devidamente instalados, tombados e funcionando adequadamente, beneficiando as comunidades não servidas por redes de energia elétrica convencional. O PRC contempla, também, a desmontagem e armazenamento dos sistemas que não são mais necessários em função da implantação das redes de energia elétrica convencional nas localidades atendidas pelo Programa Luz Para Todos ou por outros motivos e ações determinados pelo MME. Os equipamentos dos sistemas que são desativados serão destinados para outras regiões não servidas por redes de distribuição convencional, onde proporcionarão os benefícios da eletricidade.

Em 2004, FURNAS recebeu do MME, por meio do Convênio de Cooperação Técnica e Financeira 012/2004 a missão de coordenar o PRC Prodeem nos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo e Goiás. Até dezembro de 2008, 98% dos sistemas das fases II, III e IV foram executadas e mantidas pela Empresa

Ainda em 2008, executou, também, conforme termo aditivo ao convênio celebrado com o MME, diagnóstico de 323 sistemas fotovoltaicos da fase V do Prodeem, sendo 288 em Minas Gerais, 33 em Goiás e 2 no Espírito Santo.

Em 2008, FURNAS gastou R\$ 471mil com o Prodeem.

Programa Estadual de Racionalização do Uso de Energia (Proren)

Ainda em 2008, foi lançado no Rio de Janeiro o Proren, instituído pelo Decreto nº 41.161, de 30.01.2008, com objetivo de garantir a eficiência energética e reduzir os impactos ambientais. Esta iniciativa, coordenada pela Subsecretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico Energia, Indústria e Serviço do Estado do Rio de Janeiro, surgiu no Comitê Especial de Gestão Energética, que reúne empresas e órgãos dos setores energético e ambiental, bem como entidades representativas dos principais consumidores de energia. Cinco grupos de trabalho serão responsáveis pelo desenvolvimento de projetos estabelecidos para a execução do Programa.

FURNAS faz parte dos grupos Energia Elétrica e Energias Renováveis e acompanhará projetos voltados à avaliação do potencial de eficiência energética do Estado do Rio de Janeiro e garantirá mecanismos de financiamento.

Conservação de Energia

FURNAS está comprometida com o desenvolvimento de ações voltadas para a conservação de energia, em consonância com as determinações governamentais, participando do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel), gerido pela Eletrobrás.

No que se refere aos estudos e programas de conservação de energia, foram elaborados 58 projetos, com respectivos indicadores e metas, desenvolvidos nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Goiás, Espírito Santo e no Distrito Federal, sendo realizadas parcerias com a Eletrobrás, secretarias de educação, de energia, de meio ambiente e cultura, órgãos da Defesa Civil, parques públicos, concessionárias de energia elétrica, jornais de grande circulação, associações comerciais, indústrias, Sociedade de Zoológicos do Brasil e universidades, abrangendo as esferas federal, estadual e municipal.

Foram realizadas atividades educativas, sobre o uso racional da energia elétrica e água, envolvendo cerca de 900 mil pessoas, onde se destacaram os seguintes projetos:

- “FURNAS / Procel nas Escolas – A Terra Contra o Desperdício”, que promoveu o treinamento de 58.710 jovens e adultos;

- “A Natureza da Paisagem – Energia: Recurso da Vida”, capacitando, no tema combate ao desperdício de energia, 2.646 professores e 260 mil alunos de 90 municípios atingidos pelos empreendimentos de FURNAS;
- realização de 99 eventos de sensibilização de estudantes e público em geral, envolvendo 200 mil pessoas, que participaram de atividades lúdico-pedagógicas, teatros, jogos, mostrando que ações individuais e coletivas podem influenciar e mobilizar a sociedade, em relação às questões de combate ao desperdício de energia elétrica e água;
- “Circuito da Energia”, que atingiu 8.812 estudantes e contou com a participação de 500 professores, visando levar os alunos a construir conceitos de energia elétrica e seu uso racional, de forma lúdica, a partir de experiências educativas interativas e diversificadas;
- Veiculação do tema “Conservação de Energia”, sendo 57 inserções em boletins internos e 31 inserções na mídia externa – rádio, televisão, internet e jornal;
- Olimpíada de Conservação de Energia, realizada a primeira olimpíada de conhecimento, em parceria com a Sociedade Brasileira de Astronomia. Este evento tem por objetivo à capacitação de professores e alunos nos temas: astronomia, astronáutica e energia. Participaram do evento, no tema conservação de energia 5,5 mil professores e mais de 400 mil alunos de diversos municípios brasileiros.

Além disso, foram desenvolvidas as seguintes atividades técnicas:

- realização de 55 estudos de efficientização energética em escolas, prédios públicos e sistema de abastecimento de água e esgoto nos estados onde a Empresa possui suas instalações, com um potencial de economia de cerca de 1 GWh/ano;
- realização de sete diagnósticos energéticos em instalações internas e otimizações energéticas nas SE Brasília Sul; Brasília Geral; Bandeirantes e nas oficinas do Centro Técnico de Ensaios e Medições.

Vale ressaltar, também, que o trabalho de sensibilização para o combate ao desperdício de água teve continuidade em diversas instalações de FURNAS.

Em 2008, FURNAS gastou R\$ 684 mil em Conservação de Energia.

Responsabilidade Social

O Compromisso Social de FURNAS é contribuir, de forma inovadora, para melhorar a condição humana, por meio da articulação entre empregados, consumidores, comunidades, acionistas, fornecedores, Setor Elétrico e Governo, com iniciativas que promovam a cidadania e o desenvolvimento humano, para uma sociedade justa, em equilíbrio com a natureza, sustentável e solidária.

Seu investimento social visa a criação de oportunidades e a inclusão social, priorizando a realização de projetos e ações sustentáveis e emancipadoras que contribuam para o desenvolvimento autônomo das comunidades e o fortalecimento das parcerias.

Compromissos e Parcerias

A Empresa participa do Comitê de Entidades no Combate à Fome e Pela Vida (Coep), do qual foi uma das criadoras, em 1993. O Coep reúne organizações públicas e privadas e desempenha importante papel de mobilização e articulação social, incentivando e participando de iniciativas

que têm como objetivo o desenvolvimento humano e social sustentável. São mais de mil entidades, organizadas em 27 comitês estaduais e 29 municipais.

Aderiu a duas importantes iniciativas da Organização das Nações Unidas (ONU) em prol da responsabilidade social e da sustentabilidade: o Pacto Global e os Oito Objetivos do Milênio. Desde 2001, integra o Pacto Global e diversos documentos da Empresa constam do *site* desse programa, como forma de reafirmar o compromisso aos dez princípios do Pacto. Os Objetivos do Milênio servem de eixo estrutural da atuação de FURNAS nas comunidades do entorno.

O compromisso com a promoção de igualdade entre mulheres e homens está formalizado por meio da adesão da Empresa ao Programa Pró-Eqüidade de Gênero, iniciativa da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), que conta com a parceria do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher e da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A obtenção do Selo Pró-Eqüidade de Gênero, conferido pela SPM/PR, às organizações que se destacam por iniciativas inovadoras em prol da equidade de gênero é um reconhecimento desse compromisso. Em 2008, aderiu à segunda edição do referido Programa, com o propósito de implementar ações nas áreas de gestão de pessoas e cultura organizacional.

FURNAS participa, ativamente, do “Diálogo de Concertação para o Desenvolvimento Sustentável no Entorno do Lago de Furnas”, uma iniciativa da Secretaria Geral e da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social, ambas da Presidência da República, com o intuito de buscar uma ação integrada para a revitalização do reservatório da UHE Furnas e da região do seu entorno, abrangendo 52 municípios. Em adição, apoiou financeiramente o Diagnóstico de Saneamento Básico dos mesmos, bem como viabilizou a implantação dos Planos Diretores Participativos em 50 desses municípios, por meio da assinatura de Termos de Cooperação Técnica. O primeiro, firmado entre FURNAS, o Ministério das Cidades e a Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão (FAEPE), vinculada à Universidade de Lavras, e o segundo, entre FURNAS, o Ministério das Cidades e a Associação dos Municípios do Lago de Furnas (Alago).

Ainda em 2008, com objetivo de dar continuidade aos trabalhos já referidos, a Alago pleiteou a FURNAS a assinatura de novo Termo de Cooperação Técnica para viabilizar a elaboração dos Projetos Executivos para as obras de saneamento básico compreendendo, prioritariamente, o sistema de esgotamento sanitário de todos os 52 municípios. Esse novo pleito, envolvendo recursos da ordem de R\$ 4 milhões, resultou na formalização de novo instrumento contratual, firmado em abril de 2008, tendo, também, como signatários FURNAS, o Ministério das Cidades e a Alago.

Investimento Social

O investimento social da Empresa visa à criação de oportunidades e à inclusão social, priorizando a realização de projetos e ações sustentáveis e emancipadoras que contribuam para o desenvolvimento autônomo das comunidades e o fortalecimento das parcerias.

Em 2008 foram desenvolvidos 203 projetos sociais, estruturados em torno de quatro eixos: Educação e Formação, Promoção da Cidadania, Saúde e Nutrição e Trabalho e Renda, beneficiando mais de 160 mil pessoas, com a geração de novas oportunidades e promoção da inclusão social, conforme detalhado a seguir:

Programa	Quantidade									
	Público Beneficiado					Projeto por Programa				
	2004	2005	2006	2007	2008	2004	2005	2006	2007	2008
Educação e Formação	6.510	16.769	31.185	24.230	10.695	39	50	53	41	28
Cidadania e Direitos	29.681	53.306	82.626	57.532	116.949	10	37	37	43	128
Saúde e Nutrição	19.203	17.949	19.875	33.632	32.837	18	12	22	20	39
Trabalho e Renda	175	2.924	406	1.658	1.239	4	9	5	14	8
Total	55.569	90.948	134.092	117.052	161.720	71	108	117	118	203

FURNAS possui programa de desenvolvimento para as comunidades do entorno de seus empreendimentos, tendo como principais diretrizes os Oito Objetivos do Milênio, por entender que a melhor maneira de contribuir para o desenvolvimento local se dá por meio da participação de instituições locais e da comunidade como protagonistas de um processo de transformação, direcionando o caminho desejado e assumindo responsabilidades.

Em 2008, 9 comunidades se empenharam na formação de grupos de articulação local e apresentação de projetos de referência, destacando-se: projetos de Despoldadeira, Fábrica de Farinha, Cooperativa de Corte Costura, construção da Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais e criação de Telecentros Comunitários. Os projetos foram desenvolvidos nas comunidades de: João Carro, Mamede Roder e PA Quilombo, localizadas na Chapada dos Guimarães (MT); Jardim Gramacho, no Município de Duque de Caxias (RJ); Quilombolas, em Araçatuba e Retiro, respectivamente, nos Municípios de Viana e Leopoldina (ES); Vila Santa Tereza, em Belford Roxo (RJ); Vila Primavera, em Pedregulho (SP); e Turma 26, em Cachoeira Paulista (SP).

FURNAS, por meio do apoio institucional sistematizado, contribui com recursos financeiros ou materiais para ações que tenham por finalidade a melhoria da qualidade de vida das comunidades de entorno. Com o intuito de garantir total transparência ao processo de apoio, a página da Empresa na internet contém informações sobre critérios, procedimentos e prazos para encaminhamento das solicitações bem como as organizações beneficiadas.

Projetos Culturais

Reconhecendo a cultura como vetor da inclusão social, foi concebido o programa “FURNAS Sociocultural – Iluminando o Novo” que pretende incentivar as artes visuais e os projetos socioculturais para as diversas bases geográficas onde a Empresa atua. O programa integra 5 iniciativas distintas, a saber:

- Patrocínio Cultural

Tem como foco a construção de identidade cultural brasileira, valorização da cultura popular e inclusão social. Em 2008, a Empresa patrocinou 27 projetos culturais, sob os auspícios da Lei *Rouanet*, previamente selecionados por uma comissão de avaliação constituída por especialistas. Os projetos patrocinados são divulgados na página da Empresa na internet.

Área Cultural	Quantidade				
	2004	2005	2006	2007	2008
Artes Cênicas	3	7	3	9	11
Artes Integradas	1	3	1	-	3
Artes Plásticas	1	3	2	3	-
Audiovisual/Produção Cinematográfica	4	9	13	6	4
Humanidades	-	6	6	5	2
Música	3	4	9	4	7
Patrimônio Cultural	2	5	4	3	-
Total	14	37	38	30	27

- Espaço FURNAS Cultural

Situado no Escritório Central, no Rio de Janeiro, acolhe exposições de pintura, de gravura, de fotografia, de videoarte, instalações e de esculturas de artistas pouco reconhecidos pelo mercado, mídia ou público, revelando novos talentos. Em 2008, foram realizadas 15 exposições, sendo 7 de artistas previamente selecionados por especialistas e 8 de artistas convidados, atraindo um público superior a 7.000 pessoas.

- FURNAS Geração Musical

O Programa FURNAS Geração Musical, versão 2008, em sua terceira edição, contou com 173 inscrições de grupos (duos, trios ou quartetos), envolvendo 474 músicos, nas categorias música de concerto (música erudita) e música popular (música instrumental brasileira), nos estados nos quais a Empresa atua, a saber: Espírito Santo, Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás, São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro e Distrito Federal. Os melhores grupos têm como premiação: 24 aulas, com duração de 2h cada, ministradas no Conservatório Brasileiro de Música e no Centro *lan Guest* de Aperfeiçoamento Musical (CIGAM); gravação de CD no estúdio sinfônico da Rádio MEC; e turnê de espetáculos públicos ao ar livre nas cidades onde se realizou o Programa.

- Incubadora FURNAS Sociocultural

Trata-se de um programa criado para formar artistas oriundos de comunidades de baixa renda e de instituições públicas de ensino de artes plásticas, bem como para apoiar projetos de organizações culturais. O período de incubação para os artistas é de 12 meses e para os projetos de organizações culturais é de 4 meses. Durante este período ocorre a capacitação teórica e prática dos artistas em entidades parceiras, consideradas centros de excelência. Ao final do prazo de incubação, espera-se a materialização de produtos artísticos inovadores, que contam com apoio financeiro de FURNAS.

Em dezembro de 2008, os jovens talentos concluíram seus trabalhos a serem expostos, coletivamente, no início de 2009. Na categoria projetos de organizações culturais, 6 dos 10 projetos selecionados foram considerados aptos para obtenção de patrocínio.

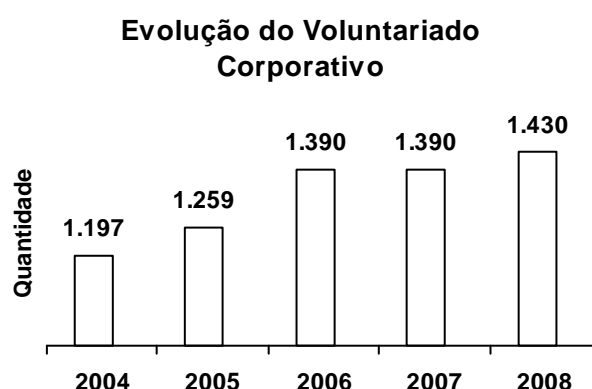
- Projetos Socioculturais em Parceria

Com o propósito de fomentar atividades culturais nas áreas de entorno dos empreendimentos da Empresa, foram desenvolvidos 5 projetos socioculturais, com a participação de mais de 750 pessoas, sendo cerca de 80% crianças e jovens, em 9 municípios, distribuídos pelos Estados de Mato Grosso, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

Voluntariado Corporativo

Este programa é considerado estratégico para FURNAS porque valoriza a parceria entre a Empresa, seus empregados e a sociedade e fortalece a atuação da área de Responsabilidade Social. O Programa Voluntário FURNAS em Ação, criado em 2002, estrutura-se a partir de concurso anual de projetos e ações sociais, capacitação de voluntários e premiação daqueles que se destacam por suas ações durante o ano. Dessa forma, ajuda a desenvolver a cidadania autônoma e responsável de seus empregados e a combater a pobreza e a exclusão social.

Em 2008, a Empresa lançou o VII Concurso de Projetos Sociais para mobilizar os empregados voluntários a desenvolverem projetos e ações sociais voltados para um dos Oito Objetivos do Milênio, beneficiando comunidades de baixa renda próximas às suas áreas de atuação. Durante o ano, foram inscritos 126 projetos e ações, dos quais 91 foram aprovados, 63 voluntários e 3 mobilizadores premiados, beneficiando mais de 45.000 pessoas.



Responsabilidade Ambiental

Política Ambiental

A Política Ambiental foi aprovada pela Diretoria Colegiada da Empresa em março de 1998. Como Empresa de geração e transmissão de energia elétrica, insumo básico para o desenvolvimento econômico e social, FURNAS reconhece que suas atividades podem levar à interferência ambiental, sendo seu compromisso conduzir as ações da Empresa respeitando o meio ambiente.

A implantação dessa Política tem proporcionado benefícios em relação ao desenvolvimento sustentável, não só pelo compromisso formalmente assumido pela Diretoria Colegiada, como pela internalização da questão ambiental nas atividades da Empresa, pela divulgação no plano externo, pela adequação à norma NBR ISO 14001:2004 e pela compatibilização com a Política Ambiental do Sistema Eletrobrás e com as demandas da sociedade.

Política de Recursos Hídricos

Visando a sustentabilidade empresarial, essa Política, com vigência a partir de março de 2007, tem por objetivo estabelecer princípios que orientem a Empresa quanto aos critérios de utilização de recursos hídricos no cumprimento de suas atividades, consoante a Política Nacional de Recursos Hídricos e as demais políticas de FURNAS.

Política de Recursos Florestais

Essa Política, com vigência a partir de abril de 2008, tem por objetivo estabelecer critérios de gestão, manejo e conservação de recursos florestais.

A Empresa reconhece ser inerente à sua atividade-fim a conservação do meio ambiente e todas as ações que envolvam o aproveitamento dos recursos naturais de maneira sustentável, a conservação da diversidade biológica e dos processos associados ao ecossistema florestal, núcleo dessa política.

A elaboração dessa política baseia-se na consideração de aspectos legais, práticas e experiências acumuladas e, principalmente, na busca da integração harmônica dos empreendimentos da Empresa com o meio ambiente.

Principais Ações

FURNAS aderiu ao Programa Brasileiro do *Greenhouse Gas Protocol*, como membro fundador. Este Programa tem como objetivo promover ações voluntárias de gerenciamento das emissões de gases de efeito estufa por parte das organizações.

Em 2008, foram obtidas as Licenças de Instalação das UHE Santo Antônio e Batalha, e da LT Macaé – Campos III.

Destacaram-se, ainda, as seguintes ações:

- na UTE Santa Cruz: adquirida estação de monitoramento do ar, em fase de calibração para entrada em operação, em cumprimento a condicionante da Licença de Instalação emitida pela FEEMA/RJ;
- na UHE Serra da Mesa: adquiridas duas áreas para compor a proteção da cabeceira dos rios; iniciado o Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD); em andamento o ajustamento do convênio com a Fundação Nacional do Índio (Funai) para o Programa de Apoio aos Avá-Canoeiro;
- na UHE Manso: adquirida a fazenda Morro Pontudo, em Alto Paraguai (MT), para reassentamento da população atingida; em andamento a negociação para aquisição de outras duas fazendas e ações, no INCRA e na Secretaria de Estado do Meio Ambiente – Governo de Mato Grosso (SEMA/MT), visando a regularização das áreas de reassentamento; em fase de reformulação o convênio com o órgão de licenciamento ambiental responsável, em atendimento ao Programa de Consolidação de Unidade de Conservação; continuidade das ações de saúde pública, em parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT);
- nas UHE Serra da Mesa e Corumbá, UTE Santa Cruz e LT Foz do Iguaçu – Ivaiporã – Itaberá – Tijuco Preto III e Cachoeira Paulista – Adrianópolis III: prosseguiram as atividades relacionadas ao monitoramento e gerenciamento dos programas ambientais;
- nas UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho, Marimbondo, Furnas, Mascarenhas de Moraes, Corumbá, Itumbiara e Porto Colômbia: continuidade da recuperação ambiental das áreas remanescentes;
- nas UTE Santa Cruz, LT Ouro Preto 2 – Vitória, Cachoeira Paulista – Adrianópolis III, Bateias – Ibiúna, Foz – Ivaiporã III, Itaberá – Tijuco Preto III, Serra da Mesa – Samambaia I Norte – Sul (complemento), e SE Viana: em andamento as negociações dos contratos de compensação ambiental com os órgãos ambientais licenciadores;

- na LT Ouro Preto 2 – Vitória: execução de atividades relacionadas aos processos de desapropriações e de monitoramento das ações ambientais;
- na LT Itaberá – Tijuco Preto III: em andamento as ações definidas no Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta para as comunidades indígenas;
- na SE Viana: concluído convênio com a Prefeitura Municipal de Viana, com a participação do Instituto Estadual do Espírito Santo, envolvendo aquisição de terrenos para ampliar o Parque Natural Rota das Garças.

Indicadores Ambientais

Os cinco indicadores apresentados, a seguir, demonstram a complexidade associada à regularização, implantação e operação de empreendimentos de geração e transmissão de energia elétrica e permitem verificar a evolução da atuação da Empresa, no trato da questão ambiental. As informações apresentadas consideram o período acumulado desde 2004 e, a partir daí, até o ano de 2008.

- Área de Espelho D'Água Monitorada

Considera-se a área dos reservatórios das 11 usinas hidrelétricas em operação, que são monitoradas em termos de parâmetros limnológicos e de qualidade da água e de composição ictiofaunística. Essa área é de 5.695 km² de espelho d'água, monitorada periodicamente. Como não ocorreu nenhum enchimento de reservatório no ano de 2008, não houve alteração na área monitorada, em relação ao ano de 2007.

- Hectares de Áreas Protegidas

A legislação ambiental brasileira, relativa à compensação ambiental de empreendimentos, está em vigor desde 1987. FURNAS foi uma das empresas pioneiras no seu cumprimento, quando da implantação das UHE Serra da Mesa e Corumbá, cujas construções iniciaram-se em meados da década de 1980. Desde então, a Empresa tem contribuído na conservação ambiental.

Como compensação pela implantação de seus empreendimentos, a Empresa tem investido na consolidação de unidades de conservação instituídas pelo Poder Público, tais como: parques nacionais, estaduais e municipais, reservas biológicas, estações ecológicas e áreas de proteção ambiental, bem como em reservas indígenas. Trata-se de expressivo investimento para a conservação da biodiversidade dos ecossistemas brasileiros, nos quais a Empresa tem atuado (Mata Atlântica e Cerrado), cobrindo uma área de cerca de 1.260 mil hectares (ha). O acréscimo de 77 ha, em 2008, resulta de inclusão das áreas protegidas da Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda do Baú, Pompeu (MG), referente à UHE Retiro Baixo, e do Parque Natural Municipal da Cratera de Colônia, São Paulo (SP), referente à LT 750 kV Itaberá – Tijuco Preto III.

Acumulado Até o Ano	Área Protegida (ha)
2004	1.193.232
2005	1.226.577
2006	1.226.577
2007	1.257.029
2008	1.257.106

- Ações de Educação Ambiental

Desde 2000, FURNAS investe na comunicação social das populações atingidas por seus empreendimentos e em educação ambiental, em parceria com secretarias estaduais e municipais de educação e organizações não governamentais. No período 2004-2008, 200.195 alunos foram contemplados com programas de educação ambiental, distribuídos em 136 municípios situados na área sob influência dos empreendimentos da Empresa. O acréscimo verificado em 2008 refere-se à inclusão das UHE Simplício e Batalha, da LT Itumbiara – Brasília Sul e da Área de Proteção Ambiental Municipal (APA) Capivari-Monos, conforme mostra o quadro a seguir:

Acumulado Até o Ano	Alunos Educados	Quantidade
		Municípios Atendidos
2004	61.266	92
2005	109.857	122
2006	110.337	122
2007	126.062	126
2008	200.195	136

- Tratamento de Resíduos

Ascarel (Bifenilas Policloradas – PCB)

FURNAS mantém seu compromisso de erradicar de suas instalações os equipamentos que utilizam PCB. Para tanto, contrata empresas especializadas e detentoras de licenças ambientais para as atividades de descontaminação dos transformadores e de incineração dos resíduos contaminados. Paralelamente, desenvolve projetos para substituição dos referidos equipamentos.

A tabela a seguir apresenta histórico resumido destas atividades.

Ano	Peso Líquido (kg)
2003/2004	13.207
2005/2006	14.040
2007/2008	196.200

Óleo Mineral Isolante e Hidráulico

A Empresa regenera o óleo mineral isolante de transformadores por meio de tratamento físico-químico. Quando esta recuperação se torna tecnicamente inviável, o mesmo é vendido em leilões públicos, restritamente, a re-refinadores credenciados pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), conforme Portarias ANP nº 127, de 30.07.1999, e 128, de 28.08.2001.

Quanto ao óleo hidráulico, cujas quantidades são pouco expressivas, a alienação dos seus resíduos é realizada juntamente com o óleo mineral isolante não passível de regeneração.

As quantidades vendidas nos cinco últimos anos são apresentadas a seguir:

Ano	Quantidade (mil litros)
2004	127
2005	415
2006	281
2007	429
2008	552

- Emissões Atmosféricas

Gás Hexafluoreto de Enxofre (SF₆)

O gás SF₆ é aplicado nos disjuntores da Empresa, com objetivo de extinguir o arco elétrico nas subestações blindadas. Este gás tem potencial de aquecimento global, aproximadamente, 23 mil vezes superior ao dióxido de carbono (CO₂).

Desde 2007, a Empresa mantém um programa de redução de emissão do SF₆, por meio de recuperação e tratamento, por ocasião das manutenções realizadas nos disjuntores.

Ano	Quantidade Recuperada (kg)
2007	45
2008	523
Total	568

Informações de Natureza Social e Ambiental

	2008			2007		
1. Geração e Distribuição de Riqueza	R\$ Mil			R\$ Mil		
Valor Adicionado Total	2.653.327			2.342.559		
Distribuição do Valor Adicionado						
A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) está apresentada, na íntegra, no conjunto das Demonstrações Contábeis	16,7% governo 9,6% acionistas	26,7% empregados 47% financiadores		21,1% governo 7,1% acionistas	27,9% empregados 43,9% financiadores	
2. Recursos Humanos	2008			2007		
2.1. Remuneração						
Folha de Pagamento Bruta (FPB) (R\$ Mil)	820.101			767.315		
- Empregados (R\$ Mil)	816.273			763.844		
- Administradores (R\$ Mil)	3.828			3.471		
Relação entre a maior e a menor remuneração						
- Empregados (%)	17			18,8		
- Administradores (%)	1			1		
2.2. Benefício Concedido	R\$ Mil	% sobre FPB	% sobre RL	R\$ Mil	% sobre FPB	% sobre RL
Encargos Sociais	160.953	19,63	2,79	148.087	19,30	2,90
Alimentação	37.558	4,58	0,65	33.532	4,37	0,66
Transporte	995	0,12	0,02	2.114	0,28	0,04
Previdência privada	76.633	9,34	1,33	67.557	8,80	1,32
Saúde	82.287	10,03	1,44	70.185	9,15	1,38
Segurança e medicina do trabalho	6.287	0,77	0,11	5.268	0,69	0,10
Educação	1.860	0,23	0,03	1.717	0,22	0,03
Cultura	3.274	0,40	0,06	2.832	0,37	0,06
Capacitação e desenvolvimento profissional	21.452	2,62	0,37	21.357	2,78	0,42
Creches ou auxílio creche	683	0,08	0,01	697	0,09	0,01
Participação nos lucros ou resultados	70.479	8,59	1,22	61.574	8,02	1,21
Total	462.461	56,39	8,03	414.920	54,07	8,13
2.3. Composição do Corpo Funcional	2008			2007		
Nº de empregados	4.724			4.534		
Nº de admissões	250			59		
Nº de demissões	60			50		
Nº de estagiários	632			694		
Nº de empregados portadores de necessidades especiais	255*			251*		
Nº de prestadores de serviços terceirizados	1.723			1.857		
Nº de empregados por sexo:						
- Masculino	4.066			3.929		
- Feminino	658			605		
Nº de empregados por faixa etária:						
- Menores de 18 anos	0			0		
- De 18 a 35 anos	748			789		
- De 36 a 60 anos	3.732			3.618		
- Acima de 60 anos	244			127		
Nº de empregados por nível de escolaridade:						
- Analfabetos	0			0		
- Com ensino fundamental	346			362		
- Com ensino médio	675			671		
- Com ensino técnico	1.303			1.210		
- Com ensino superior	1.501			1.574		
- Pós-graduados	899			717		
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo:						
- Masculino	87,86			88,95		
- Feminino	12,14			11,05		

2.4. Contingências e Passivos Trabalhistas		2008		2007			
Nº de processos trabalhistas movidos contra a entidade **		587		543			
Nº de processos trabalhistas julgados procedentes ***		5		3			
Nº de processos trabalhistas julgados improcedentes ****		12		34			
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça *****		25.628		25.052			
3. Interação da Entidade com o Ambiente Externo		R\$ Mil	% sobre RO	% sobre RL	R\$ Mil	% sobre RO	% sobre RL
3.1. Relacionamento com a Comunidade							
Totais dos investimentos em:							
Educação		5.735	0,87	0,10	6.972	0,68	0,14
Cultura		7.166	1,09	0,12	5.179	0,51	0,10
Saúde e infra-estrutura		6.685	1,02	0,12	6.321	0,62	0,12
Esporte e lazer		21	0,00	0,00	271	0,03	0,01
Alimentação		3.126	0,48	0,05	3.079	0,30	0,06
Geração de trabalho e renda		133	0,02	0,00	573	0,06	0,01
Reassentamento de famílias		0	0,00	0,00	4.024	0,39	0,08
Total dos investimentos		22.866	3,48	0,39	26.419	2,59	0,52
Tributos (excluídos encargos sociais)		443.732	67,68	7,69	494.922	48,52	9,69
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos		152.954	23,32	2,65	159.404	15,62	3,12
Total – Relacionamento com a Comunidade		619.552	94,48	10,73	680.745	66,73	13,33
3.2. Interação com os Fornecedores		É exigida declaração dos fornecedores de que os mesmos não empregam menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregam menores de 16 anos. É, ainda, exigida ressalva no caso de menores, a partir de 14 anos, empregados na condição de aprendizes.					
4. Interação com o Meio Ambiente		R\$ Mil	% sobre RO	% sobre RL	R\$ Mil	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente		12.260	1,87	0,21	11.287	1,11	0,22
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados		25.864	3,94	0,45	18.576	1,82	0,36
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade		1	0,00	0,00	1	0,00	0,00
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade		3.055	0,47	0,05	2.421	0,24	0,05
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais		3.568	0,53	0,06	2.605	0,25	0,05
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade		0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente		0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Passivos e contingências ambientais		0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Total da Interação com o meio ambiente		44.748	6,81	0,77	34.890	3,42	0,68
5. Outras Informações		2008		2007			
Receita Líquida (RL)		5.771.647		5.105.173			
Resultado Operacional (RO)		655.640		1.020.110			

* Refere-se à soma de 22 empregados efetivos e 233 profissionais vinculados ao contrato firmado com o Instituto Brasileiro de Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (Ibidd).

** Número de processos iniciados nos anos de 2007 e 2008.

*** Número de processos julgados procedentes independentemente do ano em que se iniciaram.

**** Número de processos julgados improcedentes independentemente do ano em que se iniciaram.

***** Valores relativos às indenizações e multas pagas nos anos de 2007 e 2008, independentemente do ano em que os processos se iniciaram.

2.2. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO

O Decreto nº 1.481, de 3 de maio de 1995, incluiu FURNAS no Programa Nacional de Desestatização (PND), que, desde então, passou por reformas e limitações que objetivavam sua privatização. Assim, a Empresa ficou impedida de realizar qualquer ação voltada para o seu planejamento estratégico, o que perdurou até 15 de março de 2004, com o advento da Lei nº 10.848, que a excluiu do citado Programa. No entanto, o objeto constante do Item 4 de seu Estatuto Social, vem sendo cumprido com a atuação de seus dirigentes focada na otimização de resultados.

Em março de 2008, o Ministério de Minas e Energia (MME), definiu diretrizes para todo o Sistema Eletrobrás em quatro vetores de atuação, diferentes e interligados: Governança Corporativa, Reorientação dos Negócios de Distribuição, Reformulação Institucional da Eletrobrás e Reorganização do Modelo de Gestão Empresarial. Para implementação destas diretrizes, foram elencadas diversas ações – algumas delas já finalizadas – como a publicação da Lei nº 11.651, de 07 de abril de 2008, que recriou o objeto social da Eletrobrás, e as alterações dos Estatutos e das controladas. O conjunto de todas as ações existentes constitui o Plano de Transformação do Sistema Eletrobrás.

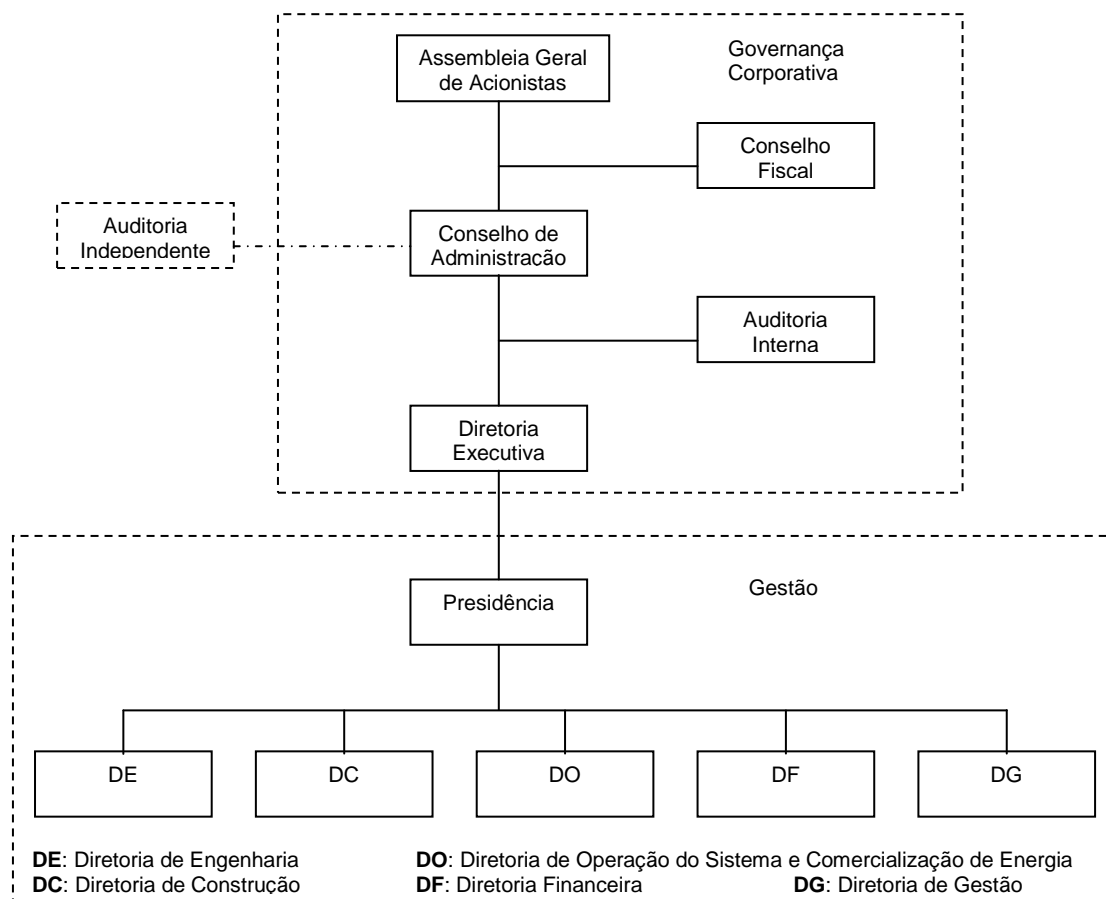
Sob coordenação geral do Comitê de Gestão da Transformação da Eletrobrás (CGTE), outras ações já se encontram em fase de planejamento e/ou andamento que, em função do tema a ser tratado, demanda a formação de grupos de trabalho constituídos por profissionais da Eletrobrás e das empresas do Sistema.

Além de se alinhar às diretrizes definidas pela *Holding* para reformulação institucional e reorganização do modelo de gestão empresarial do Sistema Eletrobrás, três projetos garantirão o aprimoramento da gestão da Empresa e por consequência, de sua Governança Corporativa, a saber:

- Planejamento Estratégico Corporativo de FURNAS, aprovado em dezembro de 2008, pelo Conselho de Administração, após avaliação do Comitê Gestor da Transformação da Eletrobrás (CGTE), encontra-se em processo de implantação. Contempla nove iniciativas com foco no aprimoramento da gestão, a saber: institucional, projetos, processos e sistemas, compras, riscos, conhecimento, pessoas, mudança e estratégia de crescimento sustentável. Cada iniciativa está pautada em ações estratégicas, indicadores e metas definidas por grupos de trabalho constituídos por representantes de cada diretoria da Empresa;
- ERP – Projeto Sintonia, implantado em outubro, reunirá, em 18 meses, todos os processos de negócios da Empresa em um único banco de dados, com informações em tempo real, utilizando a ferramenta ERP 6.0. Esse sistema possibilitará melhor controle dos processos de gerenciamento de projetos, finanças, controladoria, finanças corporativas, manutenção de ativos, recursos humanos e suprimentos;
- Projeto SOX, prosseguimento do levantamento dos controles internos de relatórios financeiros alinhados às diretrizes da Lei Sarbanes-Oxley, para que a *Holding* possa continuar a comercializar ações no pregão da Bolsa de Valores de Nova Iorque. A primeira certificação do Sistema Eletrobrás será referente a 2009 e renovada a cada ano.

Processo Deliberativo

De forma distinta das autarquias e empresas públicas controladas diretamente pela União, o processo deliberativo da Administração Superior de FURNAS ocorre de forma colegiada, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976. Esse colegiado é constituído pela Assembleia Geral de Acionistas, Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Auditoria Interna, com a Auditoria Independente Externa, conforme organograma a seguir:



Assembleia Geral de Acionistas

Além dos casos previstos em lei, reúne-se, extraordinariamente, sempre que o Conselho de Administração achar conveniente e, em especial, para alienar ações do capital social; proceder abertura de capital; aumentar o capital social; emitir debêntures, títulos ou valores mobiliários; promover cisão, fusão ou incorporação societária; e permutar ações ou valores mobiliários.

Em 2008, a Assembleia Geral Ordinária (AGO) ocorreu em 25 de abril. Realizaram-se cinco Assembleias Gerais Extraordinárias (AGE), para deliberar sobre transferência de participação societária, eleição de membros do conselho de administração e remuneração de dirigentes e conselheiros, entre outras competências.

Conselho de Administração

Instância máxima da Administração de FURNAS, composto de um presidente e cinco conselheiros, todos acionistas, com mandato de três anos, eleitos em AGO, podendo ser reconduzidos após o término do mandato. Um representante é indicado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e os demais, pelo MME, cabendo a um deles a presidência

do colegiado, observando-se a prévia aprovação, pelo Presidente da República, de todos os nomes indicados. Este colegiado reuniu-se 21 vezes durante o exercício para deliberar sobre planejamento estratégico, projetos de expansão, aquisição de novos ativos, entre outros assuntos.

Diretoria Executiva

Constitui-se de um Diretor-Presidente e de cinco Diretores, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de três anos, gestores nas seguintes áreas de atividade: Presidência; Gestão Corporativa; Financeira; Engenharia; Construção; e Operação do Sistema e Comercialização de Energia. As decisões regulamentares e estatutárias da Diretoria Executiva são tomadas em reunião semanal e constituem o processo deliberativo em que as matérias de interesse de cada Diretoria são submetidas. Em 2008, foram realizadas 53 reuniões.

Conselho Fiscal

Compõe-se de três membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos por AGO para mandato de um ano, podendo ser reeleitos. Um de seus membros efetivos e respectivo suplente são indicados pelo Ministério da Fazenda, como representantes do Tesouro Nacional, e os demais pelo MME, com prévia aprovação do Presidente da República. Este colegiado reuniu-se onze vezes para fiscalizar os atos dos Administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna promove o exame das atividades desenvolvidas pelas unidades organizacionais, com o objetivo de analisar a gestão das mesmas e verificar os procedimentos, controles aplicados, sistemas informatizados, registros, arquivos de documentos e dados, cumprimento das diretrizes, atos normativos internos e preceitos da legislação vigente.

Suporte ao Processo Deliberativo

As seguintes estruturas de apoio ao processo deliberativo são comunicadas por Circular Geral e encontram-se disponíveis na intranet:

- normas internas: definidas a partir do trabalho dos representantes normativos, designados por cada Diretoria e aprovadas pela Diretoria Executiva;
- grupos de trabalho transitórios criados por decisão da Diretoria Executiva para analisar e definir ações em relação às matérias em que haja conflitos de interesses;
- políticas corporativas de gestão utilizadas como instrumentos balizadores dos atos deliberativos da Diretoria Executiva;
- colegiados permanentes compostos por representantes de cada Diretoria, para apoiar a Diretoria Executiva no suporte ao cumprimento das políticas corporativas de gestão.

No que diz respeito aos controles de riscos, a Empresa adota as seguintes práticas:

- risco de crédito: controle, mantido pela Diretoria Financeira, que acompanha a avaliação da Empresa pelas agências classificadoras de risco;
- risco de mercado: controle mantido pela Diretoria de Operação do Sistema e Comercialização de Energia, pelo Comitê de Comercialização de Energia;

- risco operacional: controle de riscos relevantes, mitigados por meio de contratação de seguros, ou por auto-seguro, conforme critérios definidos pelo Comitê de Seguros, baseados na probabilidade de ocorrência de perdas, determinada com base no histórico de contingências de FURNAS, e na viabilidade econômica e de mercado destas duas modalidades alternativas de proteção dos seus ativos.

Divulgação de Informações Corporativas

Página na Internet

Disponibiliza os Relatórios Corporativos Oficiais: Anual (em português, inglês e espanhol), da Administração (em português e inglês) e Socioambiental (em português). Apresenta, também, as seguintes publicações institucionais: Anuário Estatístico, Resenhas do Mercado de Energia Elétrica, Informativos Gerenciais de Mercado e Economia, Balanço Social e Revista FURNAS.

Em 2008 o *site* de FURNAS registrou 78.751 visitas, obtendo em média cerca de 215 visitas por dia. Foram implementadas 187 atualizações ou alterações e publicadas 332 notícias corporativas.

Revista FURNAS

Publicação mensal de matérias relativas à atuação da Empresa, com distribuição gratuita de 10.000 exemplares. Destina-se, internamente, a todos os empregados e, externamente, as autoridades federais, estaduais e municipais, jornalistas, universidades, centros de pesquisa, empresas do setor elétrico e pessoas físicas cadastradas. É distribuída em locais de visitação da Empresa, feiras, congressos e seminários.

Publicidade Institucional e Legal

Com o intuito de dar visibilidade à marca FURNAS e fortalecer sua imagem ante a sociedade e formadores de opinião, a Empresa fez investimentos em publicidade institucional, em jornais e revistas de grande circulação e rádios das principais capitais brasileiras. Todas as peças publicitárias foram, previamente, aprovadas pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom-PR). No ano de 2008, as campanhas Institucionais trataram de temas como: Meio Ambiente, Responsabilidade Social, Geração e Transmissão, Novos Empreendimentos e Ações Regionais.

Na parte de Utilidade Pública, foi feita a Campanha de Queimadas em TV aberta e fechada, rádio e cartilhas explicativas, alertando sobre riscos de queimadas próximas às linhas de transmissão.

A Publicidade Legal atua prestando serviço para os demais órgãos da Empresa, publicando a prestação de contas, atas, avisos de licitação e alteração, editais, comunicados, chamadas públicas etc.

Vídeos Corporativos

A Empresa possui um acervo de 1.500 vídeos institucionais que abordam, desde sua criação, ações nas áreas de geração, transmissão, meio ambiente e responsabilidade social, com o intuito de divulgar a sua imagem corporativa.

Código de Ética

O Código de Ética e Padrões de Conduta Profissional da Empresa tem por objetivo afirmar os princípios e os valores que norteiam as suas ações e assegurar lisura e transparência na condução das atividades institucionais. O Código também foi concebido para:

- proteger o patrimônio físico e intelectual;
- prevenir e administrar situações de conflito de interesses;
- preservar a imagem e reputação da Empresa;
- contribuir para um clima de harmonia nos relacionamentos internos e externos.

A Comissão de Ética de FURNAS é responsável pela difusão e aplicação dos padrões de conduta estabelecidos no Código de Ética. Atua como instância consultiva da Diretoria Executiva, emitindo pareceres a partir da apuração das denúncias recebidas, no tocante aos possíveis desvios éticos.

Além das competências estabelecidas pelo Decreto nº 6.029, de 01.02.2007, que instituiu o Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, os participantes da Comissão de Ética, nos moldes do Decreto nº 1.171/1994, são o elo entre FURNAS e a Comissão de Ética Pública, integrando a Rede de Ética do Poder Executivo Federal.

2.3. PROGRAMAS

2.3.1. Programas e Ações Pertencentes ao Plano Plurianual (PPA)

A execução das Ações Orçamentárias do Governo Federal sob responsabilidade de FURNAS, constantes do PPA 2008-2011, correspondeu a um volume de investimento de R\$ 1.087,2 milhões, valores orçamentários informados ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (Dest), cujos empreendimentos encontram-se relacionados a seguir.

Gestão da Política de Energia

Programa do PPA: 0276

Ação: Estudos de Viabilidade para Ampliação da Geração de Energia Elétrica

Programa de Trabalho: 6508

- Orçado em 2008: R\$ 3.400 mil
- Realizado em 2008: R\$ 2.914 mil
- Objetivo: Elaboração de estudos de novos aproveitamentos de geração para expansão da oferta de energia elétrica por meio da implantação de novas usinas.
- Principais realizações em 2008:
 - Entregue a Aneel, o Relatório Final dos estudos de viabilidade da UHE Água Limpa. Encontram-se em elaboração os estudos antropológicos, os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente (RIMA);
 - Em andamento os estudos de inventário dos rios Jequitinhonha e Araçuaí, realizados em parceria com as empresas Cemig e Neoinvest;
 - Os estudos de viabilidade das UHE Maranhão e Buriti Queimado foram retomados com a assinatura dos Acordos de Parceria.
- Justificativa do desvio: A execução dos estudos de viabilidade e de inventário situou-se dentro do previsto para o ano de 2008. Porém, a realização financeira foi inferior à prevista em virtude dos custos relativos aos estudos de inventário dos rios Jequitinhonha e Araçuaí, previstos, inicialmente, por FURNAS, terem sido realizados pelos parceiros (Cemig e Neoinvest), ficando sob a responsabilidade de FURNAS a parcela relativa à mão de obra.

Ação: Estudos de Viabilidade para Ampliação da Transmissão de Energia Elétrica

- Programa de Trabalho: 6510
- Orçado em 2008: R\$ 1.023 mil
- Realizado em 2008: R\$ 853 mil
- Objetivo: Promover estudos que visem definir obras necessárias para viabilizar a ampliação da transmissão de energia elétrica, além de permitir otimização energética entre os subsistemas elétricos e aumentar a confiabilidade e a segurança do SIN.
- Principais realizações em 2008:
 - Concluído e entregue ao MME, com cópia para a EPE, o Relatório de Caracterização e Análise Sócio-Ambiental para o Sistema de Transmissão das UHE Santo Antônio e Jirau (rio Madeira) e subestações associadas;
 - Conclusão dos estudos para caracterização sócio ambiental do corredor da LT 230 kV Serra da Mesa – Niquelândia – Barro Alto;
 - Continuidade dos estudos de viabilidade técnica e econômica para a expansão do suprimento às áreas de Goiás e de Brasília;
 - Prosseguimento dos estudos de análise técnica e econômica, no âmbito da transmissão, para a integração das UHE Santo Antônio, Jirau e Belo Monte ao SIN;
 - Continuidade do Estudo de Avaliação do Sistema do Estado do Rio de Janeiro, considerando novos agentes geradores e consumidores.
- Justificativa do desvio: A execução dos estudos de análise técnica e econômica para a expansão do sistema de transmissão ocorreu conforme o cronograma previsto para 2008. Porém, a mão-de-obra empregada foi inferior à prevista.

Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste

Programa do PPA: 0296

Ação: Sistema de Transmissão de Itaipu (PR) – São Paulo (SP) (Reforços nas Torres da LT 750 kV Foz – Ivaiporã, LT Ivaiporã – Itaberá I e II e na LT Itaberá –Tijuco Preto I e II)

- Programa de Trabalho: 3360
 - Orçado em 2008: R\$ 442 mil
 - Realizado em 2008: R\$ 0 (zero)
 - Objetivo: Reforçar as estruturas das torres do 3º trecho das LT 750 kV Ivaiporã – Itaberá I e II e Itaberá – Tijuco Preto I e II, do circuito de Itaipu, com o objetivo de minimizar os riscos de queda das estruturas, devido a ventos fortes na região. A execução das obras depende de autorização do ONS para desligamento das respectivas LT.
 - Justificativa do desvio: Os investimentos destinados a essa ação não foram realizados, em função do ONS não ter autorizado o desligamento das LT envolvidas.
-

Ação: Implantação da UHE Batalha, com 52,5 MW (MG/GO) e Sistema de Transmissão Associado, em 138 kV, com 75 km de extensão

- Programa de Trabalho: 1G96 – Faz parte do PAC
 - Orçado em 2008: R\$ 190.708 mil
 - Realizado em 2008: R\$ 95.855 mil
 - Objetivo: Construção da UHE Batalha, localizada no rio São Marcos, entre os municípios de Cristalina (GO) e Paracatu (MG), com área inundada de 138,13 km², 2 turbinas do tipo *Kaplan*, potência total instalada de 52,5 MW. Contempla, além disso, a conexão da Usina ao SIN, por meio de uma LT 138 kV, com 75 km de extensão, circuito simples, entre a SE Paulistas (implantação de um módulo geral 138 kV, 1 entrada de linha 138 kV e 2 vãos de conexão de transformador 138 kV) e a SE Paracatu 1 (implantação de uma entrada de LT 138 kV), pertencente à Cemig. Empreendimento adjudicado a FURNAS, por meio do Leilão Aneel nº 002/2005. O contrato de concessão foi assinado em agosto de 2006.
 - Principais realizações, em 2008:
 - Emitida, pelo Ibama, em 02/04/2008, Licença de Instalação nº 499, com 37 condicionantes, os quais encontram-se em execução;
 - Obtida Autorização de Supressão de Vegetação junto ao Ibama. Com isso foram iniciados os serviços de levantamento topográfico para implantação da LT 138 kV Batalha – Paracatu 1 e a Supressão de Vegetação para a implantação do canteiro de obras;
 - Assinado o contrato para execução das obras civis;
 - Obtida Declaração de Utilidade Pública por meio da Resolução Autorizativa Aneel nº 1.389;
 - Emitida, pela Agência Nacional de Águas (ANA), Resolução nº 489/2008, que transforma a Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica, objeto da Resolução nº 364/2005, em outorga de direito de uso de recursos hídricos, com a finalidade de exploração do potencial de energia hidráulica. Encontra-se em andamento a elaboração do processo para a transformação da Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica em outorga de direito de uso de recursos hídricos;
 - Firmado Termo de Cooperação entre FURNAS e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA);
 - Prosseguimento de ações voltadas à aquisição de terrenos e execução do Projeto Básico Ambiental;
 - Continuação de serviços referentes à elaboração do Plano de Utilização do Reservatório;
 - Prosseguimento da execução de Programas de Educação e de Comunicação Social Ambiental, de Monitoramento Limnológico e de Qualidade de Água;
 - Concluídos estudos de corredores da linha de transmissão para conexão da Usina a SE Paracatu 1, com a alternativa de conexão na SE Paracatu 4, que aguardam definição da Aneel;
 - Continuação do programa de prospecção e salvamento do patrimônio arqueológico, educação patrimonial e valorização do patrimônio cultural e paisagístico na área de influência da UHE Batalha, em parceria com o Instituto de Arqueologia Brasileira;
 - Prosseguimento de vistorias técnicas em campo (levantamento de benfeitorias, análise de solo etc.), que auxiliam os trabalhos de avaliação dos imóveis e de elaboração de laudos,
-

-
- e processos de aquisições de áreas;
 - Paralisados os serviços de levantamento de campo, de materialização do traçado e de levantamento de perfil da LT, em função de embargos judiciais em duas propriedades rurais;
 - Emitida pela Aneel a Resolução nº 1.511, de 19.08.2008, que declara de utilidade pública, para fins de desapropriação as áreas de terras necessárias à implantação da UHE Batalha, nos municípios de Paracatu (MG), Cristalina (MG) e Campo Alegre de Goiás (GO);
 - Emitida, pelo Ibama, autorização nº 134/2008/CGFAP, em 19.11.2008, que permite a coleta e transporte de material ictiofaunístico;
 - Continuação dos serviços de nivelamento de áreas referentes à cota de inundação;
 - Continuação dos levantamentos para relocação de LT, em 13,8 e 34,5 kV, na área que será alagada;
 - Em fase de formalização o contrato para fornecimento e montagem dos equipamentos (usina, subestação e linha de transmissão).
- Justificativa do desvio: Somente em 19.12.2008 foi aprovada a Lei nº 11.872, que reviu a LOA, suplementando o limite de investimento deste empreendimento. Assim, a realização de gastos acima do limite da LOA original ficou inviabilizada.
-

Ação: Modernização UHE Funil (RJ) – 216 MW

- Programa de Trabalho: 1H08
 - Orçado em 2008: R\$ 92 mil
 - Realizado em 2008: R\$ 0 (zero)
 - Objetivo: Modernização das 3 unidades geradoras, de 72 MW cada, com objetivo de recuperar a confiabilidade operacional das mesmas. Inclui a modernização dos sistemas de excitação e regulação de velocidade/potência e de supervisão, os quais se encontram em condições operacionais críticas em função do estado de obsolescência e envelhecimento.
 - Justificativa do desvio: Devido à reavaliação do cronograma de modernizações das usinas de FURNAS em operação, as atividades referentes a esta ação foram postergadas.
-

Ação: Manutenção do Sistema de Geração de Energia Elétrica

- Programa de Trabalho: 4469
 - Orçado em 2008: R\$ 21.332 mil
 - Realizado em 2008: R\$ 11.836 mil
 - Objetivo: Relaciona-se aos programas de manutenção e recuperação das usinas de FURNAS em atividade, de modo a permitir a operação segura dessas unidades. Considera, além disso, os investimentos relacionados ao Sistema de Hidrometrologia de FURNAS, cuja implantação da Rede Telemétrica (em especial o monitoramento telemétrico das bacias contribuintes aos reservatórios) é considerada obrigação da Empresa, a partir da Resolução Aneel nº 396/1998.
 - Principais realizações, em 2008:
 - Na UHE Furnas, concluídas as seguintes atividades: construção de abrigo para o compressor de ar de serviço, as atividades de ampliação do laboratório de química da estação de Piscicultura, a construção de guarita de segurança na barragem auxiliar do rio Piumhi e a execução de reparos em transformadores elevadores;
 - Na UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho, concluídas as seguintes atividades: abertura de rua próxima ao almoxarifado; construção de depósito para óleo isolante e para sucata, de cabines para transformadores, de estufa galpão, de edificações para atender às áreas de transporte leve e pesado, de depósito de gases da Usina; instalação de tubulação de alimentação e descarga da caixa separadora de água e óleo e da estação de tratamento de esgoto. Em andamento a construção de posto hidrológico na crista da barragem e de prédio da brigada de incêndio;
 - Na UHE Mascarenhas de Moraes, concluídas as seguintes atividades: construção de estação de tratamento de esgoto da Vila 1 e serviços de urbanização e paisagismo. Em andamento a construção da estação de tratamento de água da Vila 1;
 - Na UHE Marimondo, concluída a reforma do Centro de Treinamento e a construção de muro na divisa da área industrial com a rodovia BR-153. Iniciada a construção da cobertura do estacionamento do prédio da administração. Em andamento a construção de: base das vias de transferência, bacia de contenção para o segundo transformador reserva e muro na divisa da área industrial com a rodovia BR-153;
-

-
- Na UHE Itumbiara, concluída a instalação de rede de água bruta na galeria de drenagem das estruturas da Usina;
 - No Centro Técnico de Ensaios e Medições, concluída a implantação de portão e gradil na área do escritório e a complementação da construção da calçada e da cerca de proteção na área dos laboratórios;
 - Na UHE Porto Colômbia, concluída a recuperação da cerca de divisa da área industrial;
 - No Sistema de Hidrometrologia de FURNAS, prossegue a execução de obras civis de infraestrutura da Rede Telemétrica e encontra-se em fase de comissionamento a rede telemétrica hidrológica emergencial, composta por 21 estações hidrológicas. Em fase de contratação: a aquisição de estação central de telemetria hidrometeorológica e o fornecimento e instalação de 42 estações meteorológicas.
 - Justificativa do desvio: Atraso na emissão dos projetos necessários para a elaboração dos editais para as obras de manutenção da UHE Funil e das UTE Santa Cruz e Campos. Atraso na contratação da proteção contra incêndio das UHE Itumbiara, Funil e UTE Campos. Dificuldades para a aquisição de materiais, por processo de pregão eletrônico, das obras de recuperação e adequação dos empreendimentos de FURNAS, impactando o prazo de execução. As obras que sofreram impactos nos seus cronogramas são: serviços complementares na ampliação do Laboratório de Química da Estação de Piscicultura, na UHE Furnas; execução da rede de combate a incêndios junto às novas edificações, na UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho; execução de base, vias de transferência e bacia de contenção com drenagem para o segundo trafo reserva das UG, na UHE Marimbondo.
-

Ação: Implantação de Sistema de Transmissão Macaé (RJ) – Campos (RJ), 3º circuito (345 kV – 92 km)

- Programa de Trabalho: 1A01 – Faz parte do PAC
 - Orçado em 2008: R\$ 22.386 mil
 - Realizado em 2008: R\$ 5.659 mil
 - Objetivo: Permitir pleno escoamento da energia produzida pelas usinas termelétricas a gás, conectadas nesse tronco, a partir da SE Macaé. As UTE Macaé *Merchant* e Norte Fluminense possuem, somados, cerca de 1.700 MW de capacidade geradora. A importância dessa interligação está em evitar as restrições de transmissão, que poderiam impedir o despacho pleno e simultâneo das duas Usinas, localizadas nesse tronco de transmissão, e na melhoria da confiabilidade ao atendimento à região Norte Fluminense e ao Estado do Espírito Santo. Obra adjudicada a FURNAS por meio do Leilão Aneel nº 001/2004 – lote G.
 - Principais realizações, em 2008:
 - Emitida, em 24.07.2008, pela Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA), Licença de Instalação FE 014501, permitindo o início das obras;
 - Obtida Autorização para Supressão de Vegetação com o Instituto Estadual de Florestas (IEF);
 - Emitida Resolução Autorizativa Aneel nº 1.633, que declara de utilidade pública, para fins de desapropriação e de instituição de servidão administrativa, as áreas de terra necessárias à implantação da LT Macaé – Campos III nos municípios de Macaé (RJ), Campos dos Goytacazes (RJ), Conceição de Macabu (RJ) e Carapebus (RJ);
 - Concluídas as atividades de projeto e de fornecimento de equipamentos e materiais, com exceção dos disjuntores e painéis elétricos;
 - Continuidade das atividades relacionadas à aquisição de terrenos, além dos serviços de levantamento e resgate do patrimônio arqueológico na área de influência do empreendimento, sob execução do Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB);
 - Justificativa do desvio: Como a Licença de Instalação foi emitida somente em 24.07.2008, permitindo o início das obras, não foi possível realizar as ações previstas, com atraso no cronograma de implantação do empreendimento.
-

Ação: Modernização da Usina Hidrelétrica de Mascarenhas de Moraes (MG), com Capacidade Instalada de 476 MW – Fase II

- Programa de Trabalho: 1D35
 - Orçado em 2008: R\$ 92 mil
 - Realizado em 2008: R\$ 0 (zero)
 - Objetivo: O projeto conclui os serviços de modernização da UHE Mascarenhas de Moraes,
-

não contemplados na Fase I. Objetiva, principalmente, recuperar a confiabilidade operacional das UG 1 a 4 e 9 e 10, em função da atual situação dos equipamentos em geral e, especificamente, do isolamento das barras do enrolamento dos estatores dos geradores dessas unidades, bem como a eliminação da crescente dificuldade de obtenção de sobressalentes devida à idade tecnológica dos componentes.

- Justificativa do desvio: Devida à reavaliação do cronograma de modernizações das usinas de FURNAS em operação, as atividades referentes a esta ação foram postergadas.
-

Ação: Preservação e Conservação Ambiental de Empreendimentos de Geração e Transmissão de Energia Elétrica

- Programa de Trabalho: 8549
 - Orçado em 2008: R\$ 32.797 mil
 - Realizado em 2008: R\$ 17.864 mil
 - Objetivo: Promover ações de preservação e conservação do meio ambiente, relacionadas aos projetos em operação, incluindo obtenção e renovação de licenças ambientais de funcionamento, além de resgatar o passivo sócio-ambiental advindo da implantação dos empreendimentos de geração e transmissão.
 - Principais realizações, em 2008:
 - Na UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho: conclusão da implantação de proteção do talude na caixa separadora de água e óleo no canal de fuga (margem esquerda) e continuidade à recuperação ambiental das áreas remanescentes da Usina;
 - Na UHE Marimondo: continuidade da recuperação da vegetação de proteção da barragem de terra, de áreas gramadas na área industrial e a recuperação ambiental das áreas remanescentes da Usina;
 - Na UHE Furnas: continuidade das atividades de recuperação ambiental das áreas do Centro Técnico de Ensaios e Medições e das áreas remanescentes da Usina;
 - Na UHE Itumbiara: modernização da estação de tratamento de esgoto da casa de força e recuperação da vegetação de proteção da barragem de terra e de áreas gramadas da área industrial;
 - Nas UHE Mascarenhas de Moraes, Corumbá e Itumbiara: atividades de recuperação ambiental das áreas remanescentes;
 - Na UHE Porto Colômbia: recuperação ambiental das áreas remanescentes da Usina, bem como a recuperação da vegetação de proteção da barragem de terra e de áreas gramadas da área industrial;
 - Na UTE Santa Cruz: em cumprimento a condicionante da Licença de Instalação emitida pela FEEMA/RJ, foi adquirida estação de monitoramento do ar, que se encontra em fase de calibração para entrada em operação, sob supervisão da mesma;
 - Na UHE Serra da Mesa: adquiridas duas áreas para compor a proteção da cabeceira dos rios; iniciado o Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD). As atividades relacionadas às áreas da terra indígena (comunidade Avá-Canoeiro), dependem de autorização da Funai. Atualmente, encontra-se em andamento o ajustamento do convênio com a mesma, que incluirá o Programa de Apoio aos Avá-Canoeiros;
 - Na UHE Manso: ações de apoio logístico aos programas ambientais de monitoramento da ictiofauna e limnologia; continuidade das ações de saúde pública, adquirida a fazenda Morro Pontudo, em Alto Paraguai (MT), para reassentamento da população atingida; em andamento a negociação para aquisição de outras duas fazendas e ações, no INCRA e na Secretaria de Estado do Meio Ambiente – Governo de Mato Grosso (SEMA/MT), visando a regularização das áreas de reassentamento; em fase de reformulação o convênio com o órgão de licenciamento ambiental responsável, em atendimento ao Programa de Consolidação de Unidade de Conservação; continuidade das ações de saúde pública, em parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT);
 - Nas UHE Serra da Mesa e Corumbá, na UTE Santa Cruz e nas LT Foz do Iguaçu – Ivaiporã – Itaberá – Tijuco Preto III e Cachoeira Paulista – Adrianópolis III: prosseguiram as atividades relacionadas ao monitoramento e gerenciamento dos programas ambientais, os quais são requisitos das respectivas Licenças de Operação;
 - Na LT Ouro Preto 2 – Vitória: execução de atividades relacionadas aos processos de desapropriações e de monitoramento das ações definidas no licenciamento ambiental;
 - As negociações dos contratos de compensação ambiental para as LT Ouro Preto 2 – Vitória, Cachoeira Paulista – Adrianópolis III, Bateias – Ibiúna, Foz – Ivaiporã III, Itaberá – Tijuco Preto III, Serra da Mesa – Samambaia I Norte – Sul (complemento), UTE Santa
-

Cruz e SE Viana ainda não foram concluídas com os órgãos ambientais licenciadores, sendo que parte da Compensação Ambiental da LT Cachoeira Paulista – Adrianópolis III encontra-se em realização, em atendimento ao Termo de Compromisso estabelecido com o Ibama. Do mesmo modo, para a LT Itaberá – Tijuco Preto III, encontram-se em andamento as ações definidas no Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta para as comunidades indígenas;

- Encontra-se em andamento o processo relativo ao Convênio FURNAS / UFMT (Museu Rondon), para construção da reserva técnica destinada à guarda do material arqueológico, pré-histórico e histórico recuperado em campo pela equipe do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, da Universidade Católica de Goiás;
- Na SE Viana: visando à compensação ambiental pela implantação da subestação, foi concluído o convênio com a Prefeitura Municipal de Viana, com a participação do Instituto Estadual do Espírito Santo, onde FURNAS adquiriu terrenos com o propósito de ampliar o Parque Natural Rota das Garças.
- Justificativa do desvio: Demora na negociação para aquisição de fazendas com o INCRA e a FEEMA, para o assentamento dos atingidos pela UHE Manso e suspensão dos pagamentos referentes ao convênio de compensação ambiental da UHE Corumbá, com a Agência Goiana do Meio Ambiente, devido à falta de prestação de contas.

Ação: Reforços no Sistema de Transmissão na Área dos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo

- Programa de Trabalho: 2192
- Orçado em 2008: R\$ 85.049 mil
- Realizado em 2008: R\$ 61.424 mil
- Objetivo: Promover a implantação de reforços em subestações e linhas de transmissão voltados à adequação do suprimento de energia elétrica na área dos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, com qualidade e confiabilidade. Considera os reforços no sistema de transmissão indicados no Plano de Ampliações e Reforços (PAR), do ONS, e no Plano de Expansão da Transmissão (PET), da EPE, período 2006-2010, que são de extrema relevância para o desempenho e segurança do Sistema Elétrico Brasileiro.
- Principais realizações em 2008:
 - Na LT 138 kV Santa Cruz – Jacarepaguá II, no trecho entre a SE Palmares e a SE Jacarepaguá II e na LT Santa Cruz – Jacarepaguá III: concluída a recapacitação, que faz parte da integração da potência adicional da UTE Santa Cruz (Resolução Autorizativa Aneel nº 487/2006). Quanto aos demais empreendimentos da referida Resolução, a contratação dos serviços para o recondutoramento da LT Santa Cruz – Jacarepaguá II, no trecho entre as SE Santa Cruz e Palmares, encontra-se em processo licitatório;
 - Nas SE Santa Cruz e Jacarepaguá: concluído, parcialmente, o fornecimento de materiais e equipamentos para ampliação das mesmas, que faz parte da integração da potência adicional da UTE Santa Cruz (Resolução Aneel nº 487/2006). Na SE Santa Cruz foi concluída a terraplanagem e encontram-se em andamento os serviços de obras civis e de montagem eletromecânica. Na SE Jacarepaguá encontram-se em execução as obras civis e a montagem eletromecânica dos equipamentos;
 - Na SE Adrianópolis: iniciados os serviços de obras civis e montagem eletromecânica para instalação de uma chave seccionadora de 500 kV (Resolução Aneel nº 546, de 14.10.2003). Com relação à instalação de um módulo de interligação de barramentos em 345 kV simplificado, uma chave seccionadora e sistema de proteção adaptativa, proveniente do seccionamento do barramento B da SE (Resolução Aneel nº 1.107/2007) encontra-se em fase de assinatura o contrato para execução dos serviços de construção. O fornecimento e o Projeto Básico foram concluídos;
 - Na SE Viana: executados os serviços de construção das bases e das bacias de contenção de óleo, sendo que os serviços de montagem eletromecânica e obras civis, referentes à instalação do 3º banco de transformadores, encontram-se em fase de elaboração do processo licitatório. Com relação à transferência de um banco de reatores manobráveis de barra, em 345 kV, composto por três unidades de 20 Mvar (Resolução Aneel nº 758/2006), foi concluída a revisão do projeto básico e encontra-se em execução o projeto executivo. O contrato para a execução dos serviços de montagem eletromecânica e obras civis foi assinado e as obras civis iniciadas. Os equipamentos associados ao vão serão transferidos da SE Vitória. Com relação à instalação de um módulo de conexão, em 138

-
- kV, um módulo de conexão, em 345 kV, um módulo de interligação de barramentos, em 345 kV, e um complemento de módulo geral, em 345 kV (Resolução Aneel nº 940/2007), encontram-se em fase de análise e revisão o projeto básico. Os processos licitatórios para a contratação do projeto executivo, do fornecimento dos equipamentos principais e da construção estão em fase de elaboração;
- Assinatura do contrato para execução dos serviços relativos à transferência e instalação do Compensador Síncrono da SE Brasília Sul para a SE Vitória;
 - Concluído o Projeto Básico e iniciada a elaboração do Projeto Executivo relativo ao seccionamento da LT Rocha Leão – Campos (Resolução Aneel nº 970/2007);
 - Na SE Iriri: instalação de um módulo geral, cinco vãos de entrada de linha e um vão de interligação de barra em 138 kV (Resolução Aneel nº 970/2007) teve o projeto básico concluído e o projeto executivo foi iniciado. Em 12.12.2008 a Secretaria Executiva do Meio Ambiente, da Prefeitura do Município de Macaé, emitiu Licença de Instalação, com isso o contrato para a realização das obras civis e da montagem eletromecânica foi assinado;
 - Na SE Macaé: conclusão do projeto básico relativo à instalação de banco de reatores manobráveis de barra, em 345 kV, composto por três unidades de 20 Mvar (Resolução Aneel nº 940/2007). Iniciados os processos licitatórios para projeto executivo, fornecimento e construção.
- Justificativa do desvio: Atraso no processo de contratação de obras civis dos empreendimentos: SE Viana – montagem do 3º banco de autotransformadores monofásicos 345/138/13,8 kV, 3x75 MVA e SE Macaé – banco de reatores 345 kV, 60 (3x20) Mvar. Postergação de eventos relacionados ao reforço na SE Santa Cruz, por atraso no estaqueamento, causando indefinições no projeto.
-

Ação: Implantação de Complexo de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – UHE Simplício com 305,7 MW, PCH Anta com 28 MW e Sistema de Transmissão Associado em 138 kV, com 120 km de extensão (MG/RJ)

- Programa de Trabalho: 1G98 – Faz parte do PAC
 - Orçado em 2008: R\$ 527.316 mil
 - Realizado em 2008: R\$ 491.169 mil
 - Objetivo: Construção da UHE Simplício e da PCH Anta, localizadas no rio Paraíba do Sul, entre os municípios de Três Rios (RJ), Sapucaia (RJ), Além Paraíba (MG) e Chiador (MG), com área inundada de 13,56 km². Para UHE Simplício serão 3 turbinas do tipo *Francis*, com 101,9 MW cada, e para a PCH Anta, 2 do tipo *Kaplan*, com 14 MW cada, com potência total instalada de 333,7 MW. Além disso, contempla uma LT interligando a PCH Anta a UHE Simplício, bem como a conexão ao SIN, por meio de uma LT, 138 kV, com 120 km de extensão, em circuito duplo entre a SE Simplício e a SE Rocha Leão. Empreendimento adjudicado a FURNAS por meio do Leilão Aneel nº 002/2005. O contrato de concessão foi assinado em agosto de 2006.
 - Principais realizações, em 2008:
 - Iniciada a realocação e a compensação financeira para a população atingida pelo empreendimento e prosseguimento à fase de aquisição dos terrenos;
 - Continuidade das atividades relativas ao desenvolvimento do projeto executivo;
 - Prosseguimento dos projetos de Arqueologia Pré-Histórica e Histórica e dos demais programas ambientais;
 - Emitida Resolução Autorizativa Aneel nº 1.587, que declara de utilidade pública, para fins de desapropriação e de instituição de servidão administrativa, as áreas de terra necessárias à implantação da UHE Simplício nos municípios de Três Rios, Sapucaia, Chiador e Além Paraíba;
 - Continuidade das atividades de implantação: dos canais 1, 2, 3, 6 e 7; dos túneis 1, 2, 3, A5, C5 e C8, sendo que o túnel 3 terá cerca de 6 km de extensão e ligará os reservatórios de Calçado e Antonina, no município de Além Paraíba; ao dique Louriçal 1; ao canal de desvio do dique Louriçal 1; ao dique Antonina; ao dique Sul; ao dique Estaca 2; ao canal de desvio do córrego Estaca; ao dique Tocaia e ao dique Louriçal 2; à tomada d'água e ao canal de adução;
 - Iniciada a implantação dos túneis 2A;
 - Concluídas as atividades de montagem eletromecânica relativas à comporta ensecadeira do dique Estaca 2;
 - Continuidade nas atividades de implantação da tomada d'água, da casa de força, do canal de fuga, do canal de adução e dos condutos forçados 1, 2 e 3;
-

-
- Continuidade de pesquisas no sítio arqueológico, na região do canal de fuga, da UHE Simplício;
 - Prosseguimento, na área de instalação da PCH Anta, dos serviços de topografia, identificação, cadastramento e avaliação das propriedades, sendo que já foram adquiridas algumas áreas;
 - Continuidade de atividades: escavação comum para implantação das estruturas principais, na margem direita do rio Paraíba do Sul, e implantação dos vertedouros 1 e 2;
 - Conclusão de atividades: implantação da ensecadeira longitudinal da margem direita; escavação comum na margem direita do rio Paraíba do Sul; execução de terraplanagem e obras civis para implantação do canteiro industrial e do administrativo na margem direita;
 - Continuidade dos trabalhos no corredor da linha de transmissão: identificação e cadastramento das propriedades atingidas ao longo do trecho; execução de serviços de topografia e elaboração dos relatórios EIA/RIMA.
- Justificativa do desvio: Esta ação não apresentou desvio significativo.
-

Ação: Reforços no Sistema de Transmissão na Área dos Estados de São Paulo e de Minas Gerais

- Programa de Trabalho: 2194
 - Orçado em 2008: R\$ 86.860 mil
 - Realizado em 2008: R\$ 81.787 mil
 - Objetivo: Promover a implantação de reforços em subestações e linhas de transmissão voltados à adequação do suprimento de energia elétrica, na área dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, com qualidade e confiabilidade. Considera os reforços nas instalações de transmissão indicadas no PAR, do ONS, e no PET, da EPE, período 2006-2010, que são de extrema relevância para o desempenho e segurança do Sistema Elétrico Brasileiro.
 - Principais realizações em 2008:
 - Na SE Luiz Carlos Barreto de Carvalho: concluída a instalação de chave seccionadora em 345 kV (Resolução Aneel nº 242/2004);
 - Na SE Ibiúna: concluída a implantação de banco de reatores, 180 Mvar, 500 kV, e mais uma unidade reserva de 60 Mvar (Resolução Aneel nº 676/2006);
 - Concluída a transferência do banco de capacitores, 200 Mvar, 345 kV, da SE Itutinga e sua montagem na SE Ouro Preto 2, correspondente à Resolução Aneel nº 758/2006;
 - Na SE Campinas: implantação do 5º banco de autotransformadores, composto por três unidades, 50 MVA, 345/138 kV (Resolução Aneel nº 676/2006); concluído fornecimento dos equipamentos principais, sendo que os serviços de montagem eletromecânica e as obras civis continuam em andamento;
 - Andamento ao processo licitatório para implantação de 4 vãos de linha na SE Estreito e seccionamento das LT Luiz Carlos Barreto – Furnas e Luiz Carlos Barreto – Mascarenhas de Moraes (Resolução Aneel nº 1.107/2007);
 - Andamento ao projeto básico nas seguintes SE: Ivaiporã – instalação de dois bancos de reatores, 180 Mvar, 69 kV, para o terciário do 3º autotransformador 750/500/69 kV – 1.650 MVA, da Resolução Aneel nº 1.266/2008; Poços de Caldas – instalação de banco de capacitores, 150 Mvar, 138 kV (Resolução Aneel nº 1.266/2008); e Guarulhos – substituição de 4 disjuntores e 15 chaves seccionadoras (Resolução Aneel nº 758/2006);
 - Na SE Tijuco Preto: aprovação do projeto básico e prosseguimento do processo licitatório relativo à implantação de dois bancos de reatores limitadores de corrente de curto-circuito, 15 ohm por fase (seis fases) e conexões associadas (Resolução Aneel nº 1.410/2008).
 - Justificativa do desvio: Esta ação não apresentou desvio significativo.
-

Ação: Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica

- Programa de Trabalho: 4478
 - Orçado em 2008: R\$ 96.823 mil
 - Realizado em 2008: R\$ 68.651 mil
 - Objetivo: Promover a manutenção, reabilitação e otimização do Sistema de Transmissão de FURNAS, contando com a aquisição de sobressalentes e equipamentos-reserva para evitar indisponibilidades e aumentar a confiabilidade. Além disso, também são contemplados pagamentos indenizatórios para liberação de terrenos de linhas de transmissão e subestações, implantação e expansão de terminais remotos do *Supervisory Control and Data Acquisition* (SCADA) / Controle Automático de Geração (CAG) e da rede de oscilografia das
-

subestações.

- Principais realizações em 2008:
 - Realizadas diversas obras de manutenção e modernização nas subestações da Empresa, envolvendo troca de sistemas de proteção, substituição de equipamentos, instalação de para-raios, de equipamentos de proteção contra incêndio e de ar condicionado;
 - Continuidade das ações relativas ao fornecimento e projeto de modernização dos sistemas de supervisão e controle (Sinocon) para substituição de proteção em diversas subestações;
 - Nas SE Campinas, Itumbiara e Rio Verde: em andamento as atividades relativas a substituição de válvulas dilúvio, do sistema de proteção contra incêndio (sistema de água nebulizada);
 - Na SE Jacarepaguá: concluído o processo licitatório referente à modernização do sistema de proteção contra incêndio (sistema de água nebulizada) e iniciado o projeto executivo;
 - Na SE 138 kV Angra: revisão dos projetos para implantação de sistema de proteção contra incêndio; de drenagem de óleo isolante das bacias de contenção dos transformadores de 138/13,8 kV; e montagem eletromecânica de dois disjuntores;
 - Na SE Adrianópolis: em andamento os serviços de reforma da estação de bombeamento de água e modernização dos serviços auxiliares. Concluídas a confecção de blocos de ancoragem e a substituição de para-raios dos setores de 500 kV, 345 kV e 138 kV;
 - Na SE Grajaú: concluída a recuperação das fachadas e impermeabilização dos prédios;
 - Na SE Brasília Geral: concluído fornecimento de três disjuntores e de chaves seccionadoras; aguardando a entrega de cinco transformadores de corrente e de três transformadores de potência.
- Justificativa do desvio: Atraso no fornecimento de painéis de proteção e disjuntores para as obras de modernização do sistema de transmissão, atraso nos processos licitatórios de diversos empreendimentos: Sinocon, *System for Integrated Data Acquisition and Control* (Sindac) e substituição das proteções.

Ação: Implantação do Sistema de Transmissão Tijuco Preto – Itapeti – Nordeste (345 kV – 50 km) – (SP)

- Programa de Trabalho: 1G97 – Faz parte do PAC
- Orçado em 2008: R\$ 20.527 mil
- Realizado em 2008: R\$ 14.503 mil
- Objetivo: Implantação das LT 345 kV Tijuco Preto – Itapeti (circuitos 3 e 4) e Itapeti – Nordeste (circuito duplo, com a construção inicial, apenas, do primeiro circuito) e instalações vinculadas, integrantes do Sistema de Transmissão da Região Sudeste. Esta LT interligará a SE Tijuco Preto, situada no Estado de São Paulo, e as SE Itapeti e Nordeste, de propriedade da CTEEP, visando reforçar o atendimento à região da Grande São Paulo, dando-lhe maior confiabilidade. Esse empreendimento foi adjudicado a FURNAS por meio do Leilão Aneel nº 001/2005 (Lote G). O contrato de concessão foi assinado em 27.04.2006.
- Principais realizações em 2008:
 - Continuidade ao processo de fornecimento de equipamentos e materiais para as subestações e linhas de transmissão;
 - Continuidade da pesquisa de avaliação de terras e da elaboração do caderno de preços de benfeitorias, que possibilitarão o início das negociações das servidões;
 - Assinado o contrato de compartilhamento de faixa do trecho Tijuco Preto – Itapeti, pela CTEEP. Em negociação o compartilhamento do trecho Itapeti – Nordeste.
- Justificativa do desvio: Encontra-se em negociação o compartilhamento do trecho Itapeti – Nordeste. O início da obra depende da emissão de Licença de Instalação, que está comprometendo o cronograma de implantação do empreendimento. A previsão é que a energização ocorra 10 meses após a emissão da LI.

Ação: Reforços no Sistema de Transmissão na Área dos Estados de Goiás, Mato Grosso e do Distrito Federal

- Programa de Trabalho: 2200
 - Orçado em 2008: R\$ 32.250 mil
 - Realizado em 2008: R\$ 24.301 mil
 - Objetivo: Promover a implantação de reforços em subestações e linhas de transmissão
-

voltados à adequação do suprimento de energia elétrica na área dos Estados de Goiás, Mato Grosso e do Distrito Federal, com qualidade e confiabilidade. Considera os reforços indicados no PAR, do ONS, e no PET, da EPE, período 2006-2010, que são de extrema relevância para o desempenho e segurança do Sistema Elétrico Brasileiro.

- Principais realizações em 2008:
 - Na SE Samambaia: concluído o projeto básico para instalação de banco de compensadores *shunt*, 345 kV, 150 Mvar (Resolução Aneel nº 1.080/2007), bem como de banco de transformadores, 345/138 kV, 225 MVA (Ofício Aneel nº 199/2007);
 - Na SE Serra da Mesa: execução dos serviços de instalação de banco de reatores manobrável, 73,5 Mvar, 500 kV (Resolução Aneel nº 1.080/2007) que será transferido da SE Campinas;
 - Na SE Brasília Geral: execução dos serviços de substituição de 12 chaves seccionadoras, 6 transformadores de corrente e 2 transformadores, 230/34,5 kV, 60 MVA; continuidade da execução do projeto básico para substituição de 2 transformadores trifásicos, 30 MVA, para 60 MVA, 230/34,5 kV (Resolução Aneel nº 1.107/2007);
 - Na SE Brasília Sul: substituição de 8 disjuntores, 138 kV, 12 transformadores de corrente e 10 chaves seccionadoras, 345 kV (Resolução Aneel nº 758/2006);
 - Na SE Itumbiara: continuidade da execução do projeto básico para substituição de 5 disjuntores, 230 kV, 8 disjuntores, 345 kV, e 3 filtros de onda, 345 kV (Resolução Aneel nº 758/2006).
- Justificativa do desvio: Atraso na realização de eventos de fornecimento dos transformadores das SE Serra da Mesa – 5A e Samambaia – 6A; atraso no processo de contratação da transferência do banco de reator da SE Campinas para a SE Serra da Mesa e de disjuntores na SE Itumbiara.

Ação: Modernização da UHE Furnas de 1.200 MW (MG)

- Programa de Trabalho: 3292
- Orçado em 2008: R\$ 63.833 mil
- Realizado em 2008: R\$ 61.390 mil
- Objetivo: Modernizar as unidades geradoras da UHE Furnas, 1.216 MW de capacidade instalada, visando aumentar a vida útil e a confiabilidade operacional, por meio da implantação de novos sistemas de controle, comando, supervisão, monitoramento e proteção. A digitalização da Usina, por intermédio da adequação de suas unidades geradoras, permitirá o aumento da segurança operacional e aumentará a confiabilidade dos equipamentos e sistemas eletromecânicos. O empreendimento considera os serviços de modernização das UG 1 a 6, bem como a execução de serviços nas UG 7 e 8, a fim de possibilitar a operação remota da UHE Furnas, o que consiste, basicamente, do detalhamento do projeto executivo, execução das obras civis, fornecimento de equipamentos e materiais, transporte, desmontagem, montagem, instalação e ensaios de campo.
- Principais realizações, em 2008:
 - Conclusão dos seguintes serviços na UHE: montagem do sistema de circuito interno de TV – CITV; serviços de descomissionamento da UG 4; modernização da comporta nº 1 do vertedouro; montagem do sistema de CO₂ na casa de força – UG 5 e montagem do sistema de CO₂ da sala de controle da UG 4; montagem do sistema de água potável; montagem dos ventiladores na sala de ventilação nº 1; construção do muro de arrimo da sala de ventilação nº 1; montagem das tubulações de drenagem do telhado da casa de força e construção da sala de ventilação nº 1 e adaptações das bacias de contenção dos transformadores da UG 4; primeira etapa da construção da sala de controle local das UG 1 e 2; instalação da unidade de aquisição e controle do vertedouro (painel de controle); comissionamento da UG 5, que voltou a operar em 20.02.2008;
 - Continuidade dos seguintes serviços na UHE: montagem de leitos e eletrodutos para cabos; lançamento e ligação de cabos de força e controle; montagem do sistema de iluminação da casa de força; montagem de dutos do sistema de ventilação da casa de força e implantação do Sistema Digital de Supervisão e Controle, na sala de controle da Usina; montagem de tubulação de água e óleo na área dos transformadores e lançamento de cabos das comportas do vertedouro; modernização da UG 4;
 - Conclusão de serviços na SE Furnas: modernização do *Bay* da SE Itutinga 2 e lançamento de cabos do vão; e instalação dos painéis do vão para a SE Poços de Caldas II na casa de relés;
 - Continuidade de serviços na SE 345 kV Furnas (pátio, casa de relés e casa do grupo

Diesel): montagem dos painéis na casa de relés; escavação para os embutidos dos transformadores de corrente e seccionadoras no Bay da UG 3; escavação para a instalação dos embutidos no Bay; instalação dos painéis de proteção e ligação dos cabos na casa de relés referente ao vão.

- Justificativa do desvio: Esta ação não apresentou desvio significativo.
-

Ação: Modernização da UHE Mascarenhas de Moraes com 476 MW (MG) – Fase I

- Programa de Trabalho: 3302
 - Orçado em 2008: R\$ 11.875 mil
 - Realizado em 2008: R\$ 10.909 mil
 - Objetivo: Modernizar a UHE Mascarenhas de Moraes, 476 MW de potência instalada, visando aprimorar e otimizar as condições de funcionamento, preservar o desempenho e maior eficiência, além de restabelecer sua vida útil para mais algumas décadas. A Usina apresentava degradação avançada do seu isolamento, além de carecer de peças sobressalentes, o que poderia ocasionar paradas não programadas de longa duração, com perda de produção de energia. Os investimentos são destinados à modernização total das UG 5, 6, 7 e 8, e parcial das UG 1, 2, 3, 4, 9 e 10 da UHE Mascarenhas de Moraes, recuperando as turbinas, geradores e equipamentos auxiliares, incluindo a implantação de novos sistemas de controle, comando, supervisão, monitoramento e proteção. Além disso, prevê a digitalização da Usina, por meio da adequação das suas UG, o que permitirá a sua operação remota, a partir da UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho, possibilitando aumento da segurança operacional e da confiabilidade dos equipamentos e sistemas eletromecânicos, prolongando a vida útil da Usina.
 - Principais realizações em 2008:
 - Concluídas as modernizações das UG 6 e 8;
 - UG 10, 3, 1 e 7 voltaram a operar, após a retirada de pendências, em 05.05.2008, 30.05.2008, 19.08.2008 e 09.09.2008, respectivamente;
 - UG 9 parou para retirada de pendências, em 27.10.2008;
 - Em andamento os serviços de apoio à modernização da Usina
 - Justificativa do desvio: Esta ação não apresentou desvio significativo.
-

Ação: Implantação de Ciclo Combinado na UTE Santa Cruz – Fase 1 – com acréscimo de 350 MW (RJ)

- Programa de Trabalho: 3414
 - Orçado em 2008: R\$ 4.317 mil
 - Realizado em 2008: R\$ 2.851 mil
 - Objetivo: Ampliação da capacidade da UTE Santa Cruz, por meio da implantação de ciclo combinado, que consiste na incorporação de 2 turbogeradores, com capacidade de 175 MW cada, tendo como combustível principal o gás natural e como alternativo o óleo diesel. Esses equipamentos geram energia complementar por meio de caldeiras de recuperação de calor que acionam outros 2 turbogeradores a vapor, de 80 MW, agregando 350 MW novos aos 600 MW já existentes.
 - Principais realizações em 2008:
 - O comissionamento para operação em ciclo combinado, das unidades geradoras, está paralisado aguardando o fornecimento do gás natural para sua devida conclusão.
 - Justificativa do desvio: O comissionamento do ciclo combinado a gás não pode ser feito, pois o fornecimento de gás está previsto para 2012.
-

Ação: Modernização da UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho com 1.050 MW (MG)

- Programa de Trabalho: 7066
 - Orçado em 2008: R\$ 75.691 mil
 - Realizado em 2008: R\$ 73.244 mil
 - Objetivo: Modernizar a UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho, 1.050 MW de capacidade instalada. A Usina possui seis unidades geradoras, sendo que a primeira entrou em operação em março de 1969, estando em atividade há quase 40 anos. Devido ao estado dos equipamentos e sistemas há dificuldades na execução das manutenções, tanto devido à falta de peças de reposição como do estado físico dos componentes dos equipamentos. O projeto em questão visa recuperar a confiabilidade operacional das unidades geradoras, bem como
-

evitar indisponibilidades forçadas intempestivas das mesmas, sem prazo pré-determinado, envolvendo custos adicionais significativos em relação às modificações planejadas, além de perdas maiores de geração. A modernização dessa Usina contempla ações envolvendo a recuperação total das turbinas, geradores e sistemas associados e, ainda, a implantação de novos sistemas de controle, comando, supervisão, monitoramento e proteção, prolongando a vida útil da planta. Considera, também, a sua digitalização, por meio da adequação das UG, o que permitirá o incremento da segurança operacional e aumentará a confiabilidade dos equipamentos e sistemas eletromecânicos.

- Principais realizações em 2008:
 - Iniciados os serviços na UG 3: modernização da turbina, do gerador, do sistema de regulação, do sistema de água nebulizada, da comporta vagão, de desmontagem do sistema de águas de resfriamento; reforma do conduto forçado; montagem do sistema de drenagem da bacia do tanque de óleo do gerador diesel do vertedouro; lançamento e ligação de cabos do pórtico rolante da tomada d'água; montagem de vias de cabo da bacia do tanque de óleo do gerador diesel do vertedouro; montagem dos transformadores de corrente; desmontagem do enrolamento estatórico; ampliação da bacia do transformador e construção de base dos transformadores de corrente;
 - Continuidade de serviços: sala de controle da UG 4; sistema de ar comprimido de serviço; sala de controle local 3 na casa de força; bases das câmeras do circuito Interno de TV; construção de bacia de manutenção dos transformadores; montagem do circuito Interno de TV da casa de força e subestação; melhoria no sistema de iluminação da casa de força; furações e construções de bases na casa de força; implantação do sistema de proteção contra incêndio da casa de força; montagem do novo sistema de iluminação do pátio de manobras da subestação; montagem de tubulações de águas de serviço, na galeria mecânica; montagem do aterramento nas canaletas do pátio da SE; retirada de pendência do pórtico rolante de sucção; reforma da comporta segmento nº 6 do vertedouro; implantação do novo sistema de teleproteção das linhas da SE 345 kV; reforma do pórtico rolante da tomada d'água; montagem de vias de cabos entre tomada d'água e vertedouro; montagem das novas bombas de drenagem na casa de força e montagem do medidor de nível da UG 2; serviços de jateamento e pintura da caixa espiral e conduto forçado da UG 2; ampliação do abrigo do Grupo Diesel de Emergência do vertedouro; modernização do elevador de passageiros no edifício de controle; montagem do sistema de CO₂ da sala de controle local da UG 4; montagem de vias de cabo do pórtico rolante da tomada d'água; lançamento de cabos entre painéis na casa de relés; montagem de painéis na sala de controle local 3 e reclassificação e regularização da brita ao longo das canaletas na SE;
 - Concluído o comissionamento da UG 1, que voltou a operar em 20.02.2008, e a modernização da UG 2, em novembro de 2008.
- Justificativa do desvio: Esta ação não apresentou desvio significativo.

Investimento das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio

Programa do PPA: 0807

Ação: Manutenção e Adequação de Bens Imóveis

- Programa de Trabalho: 4101
- Orçado em 2008: R\$ 14.224 mil
- Realizado em 2008: R\$ 5.420 mil
- Objetivo: Promover ações voltadas à adequação de bens imóveis e modernizações nas edificações existentes, em função das atividades da Empresa.
- Principais realizações em 2008:
 - Continuidade das obras de reforma do refeitório das Áreas de Construção de Transmissão Centro e de Produção Brasília.
 - Concluída, na Área de Apoio e Controle Técnico, em Aparecida de Goiânia (GO), a construção do galpão 2 e de muro de arrimo e os serviços complementares na edificação do Centro de Treinamento, tais como colocação de rodapés, tomadas elétricas, ajustes nas janelas e portas e ajardinamento na área externa;
 - Concluídos, no Laboratório de Hidráulica Experimental e Recursos Hídricos, no Rio de Janeiro (RJ), os serviços de implantação do sistema de captação de água de chuva e as

-
- obras para ampliação e reforma do escritório e a construção da cobertura (galpão) do canal de ensaios II;
 - Concluída, no Centro Técnico de Ensaios (GO), a construção da casa do grupo gerador de emergência, no prédio dos laboratórios e da cerca de delimitação, na área do centro de treinamento;
 - Justificativa do desvio: Indefinições e atraso nos seguintes projetos: construção de muro em torno da edificação ocupada pela Área de Apoio e Controle Técnico, pela SE Bandeirantes e pela Estação de Tratamento de Esgotos; drenagem de águas pluviais e obras de infraestrutura. Atrasos na definição da infraestrutura do Sistema Integrado de Gestão Empresarial (*Enterprise Resource Planning – ERP*) e nos processos licitatórios dos seus equipamentos.
-

Ação: Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos

- Programa de Trabalho: 4102
 - Orçado em 2008: R\$ 30.533 mil
 - Realizado em 2008: R\$ 19.972 mil
 - Objetivo: Aquisição, manutenção e adequação de bens móveis, máquinas e equipamentos em função das atividades da Empresa.
 - Principais realizações em 2008:
 - Continuidade das ações de renovação do mobiliário e dos demais equipamentos gerais, em especial para a implantação de escritório em Porto Velho (RO);
 - Conclusão do processo de aquisição de veículos leves para fiscalização do Sistema de Transmissão e de caminhão para atividade de construção;
 - Concluída a implantação de torres de transmissão para treinamento da equipe de manutenção, na UHE Furnas.
 - Justificativa do desvio: Processos de licitação (Pregão Eletrônico) abaixo da estimativa das Requisições de Compra; atrasos dos processos licitatórios, em função de necessidades de pareceres jurídicos e financeiros, resultando em exiguidade de tempo para entrega e pagamento no exercício orçamentário; Pregões Eletrônicos sem concorrentes; aquisições reclassificadas, pela Contabilidade, como custeio em vez de investimento; redução do preço final das aquisições, com dispêndio menor que o previsto.
-

Ação: Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento

- Programa de Trabalho: 4103
 - Orçado em 2008: R\$ 67.795 mil
 - Realizado em 2008: R\$ 36.533 mil
 - Objetivo: Expansão do Sistema de Telecomunicações da Empresa e adequação da infraestrutura necessária à manutenção da tecnologia e à gestão com qualidade e confiabilidade.
 - Principais realizações em 2008:
 - Iniciada a fase de fornecimento dos equipamentos ópticos para as LT Rio Verde – Barra do Peixe, Corumbá – Brasília Sul e Manso – Nobres;
 - Iniciada a implantação do Sistema de Supervisão de Infraestrutura de Telecomunicações e da Rede Operativa de FURNAS;
 - Continuidade do processo de aquisição de ar condicionado referentes à digitalização da rota Itaipu e da LT Ibiúna – Bateias;
 - Andamento das atividades de licenciamento e atualização de *softwares* para o Sistema Geográfico de Informações de FURNAS e para o Gerenciamento Integrado de Empreendimentos e Projetos;
 - Prosseguimento dos processos de aquisição de equipamentos de informática e atualização de *softwares*, para instalação de escritório em Porto Velho (RO);
 - Concluída a instalação da nova central telefônica do Escritório Central;
 - Concluídas as melhorias nos subsistemas de acesso e continuam em andamento as melhorias no subsistema de multiserviços, do Sistema Óptico Digital, que utiliza cabos OPGW instalados em linhas de transmissão;
 - Concluída a implantação da segunda etapa do sistema de videoconferência;
 - Concluído o projeto executivo para as estações repetidoras de telecomunicações e o processo licitatório referente à aquisição de rádios de transmissão para o sistema rádio da rota Ibiúna – Bateias;
-

-
- Concluída a contratação e o fornecimento de 47 conjuntos de equipamentos para a Rede Integrada de Sincronismo, que abrange todas as subestações e usinas de FURNAS; encontra-se em andamento a implantação do 1º lote;
 - Concluída, no Sistema de Detecção de Descargas Atmosféricas, a atualização de *softwares*, a aquisição de equipamentos e a instalação de dois sensores de descargas atmosféricas, respectivamente, na estação de microondas Santa Terezinha e Novo Horizonte, localizadas no Estado do Paraná. Além disso, estão sendo instalados um no Aeródromo de Guaíra e outro na estação de microondas Roncador, também no Estado do Paraná;
 - Contratado o Sistema Integrado de Gestão Empresarial (ERP) e realizadas adequações nas instalações que servirão de apoio ao mesmo.
 - Justificativa do desvio: Devido ao adiamento do processo licitatório do Sistema Integrado de Gestão Empresarial (ERP), o orçamento destinado a este item não foi executado. Além disso, os processos licitatórios, efetuados por meio de Pregão Eletrônico, foram realizados com resultados inferiores aos previstos no orçamento.
-

Além dos empreendimentos constantes do PPA 2008-2011, FURNAS sagrou-se vencedora do Lote C do Leilão Aneel nº 006, realizado em outubro de 2008, referente à construção da LT Bom Despacho 3 – Ouro Preto 2, em 500 kV, circuito simples, com 180 km de extensão total, que interligará a SE Ouro Preto 2, e a SE Bom Despacho 3, ambas situadas no Estado de Minas Gerais, de propriedade da Cemig. Este empreendimento, também constante do PAC, proporcionará maior confiabilidade no suprimento de energia para a região da Serra da Mantiqueira. Aguarda Licença de Instalação, a ser concedida pelos órgãos ambientais, para dar início às obras, com data de entrada em operação prevista para outubro de 2010.

Orçamento

Demonstrativo de Fontes e Usos dos Recursos – 2008

O Demonstrativo de Fontes e Usos dos Recursos de FURNAS foi aprovado pelo Decreto nº 6.646 de 18.11.2008.

PDG 2008	Realizado (A)	Decreto nº 6.646 (B)	R\$ Milhões Utilização (%) (A/B)*100
RECURSOS TOTAIS	7.783	8.910	87,35
Receitas	6.696	7.050	94,97
Operacional	6.340	6.757	93,83
Não Operacional	355	293	121,32
Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	0	0	0,00
Retorno Financiamento de Longo Prazo	160	142	113,07
Recursos de Financiamentos de Longo Prazo	844	1.547	54,58
Operações Internas – Moeda	0	1.247	0,00
Operações Internas – Bens e Serviços	0	0	0,00
Operações Externas – Moeda	0	300	0,00
Operações Externas – Bens e Serviços	0	0	0,00
Outras Fontes	0	0	0,00
Outras Fontes	81	178	45,68
DISPÊNDIOS TOTAIS	6.965	7.784	89,48
Dispêndios de Capital	1.586	2.221	71,41
Investimento	1.087	1.389	78,28
Inversões Financeiras	304	327	93,16
Amortização de Principal	276	305	90,68
Operações Internas	20	62	33,23
Operações Externas	0	0	0,00
Outras Fontes	255	242	105,40
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	0	0	0,00
Dividendos	0	199	0,00
Dispêndios Correntes	5.379	5.563	96,70
Pessoal e Encargos Sociais	659	655	100,58
Serviços de Terceiros	381	400	95,45
Utilidades e Serviços	22	24	93,95
Materiais e Produtos	2.740	2.802	97,76
Tributos e Encargos Parafiscais	829	911	91,03
Juros e Outros	228	200	113,74
Operações Internas	66	89	74,96
Operações Externas	0	0	0,00
Outras Fontes	161	111	144,78
Outros Dispêndios Correntes	516	567	91,05
Variação de Empréstimo Curto Prazo (IF)	0	0	0,00
Variação de Capital de Giro	(806)	(747)	107,92
Ajuste Receitas e Despesas Financeiras	10	0	0,00
Variação do Disponível	(21)	(386)	5,48
TOTAL LÍQUIDO DE RECURSOS	6.965	7.784	89,48

Acompanhamento da Execução Orçamentária dos Programas de Investimento

R\$ Mil

Descrição	Programa	Realizado 2008	Limite da Lei nº 11.872/2008	Diferença
Estudos de Viabilidade para Ampliação da Geração de Energia Elétrica	1EH	2.914	3.400	486
Estudos de Viabilidade para Ampliação da Transmissão de Energia Elétrica	1ER	853	1.023	170
Manutenção e Adequação de Bens Imóveis	2BI	5.420	14.224	8.804
Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos	2BM	19.972	30.533	10.561
Manutenção e Adequação de Ativos de Informática e Teleprocessamento	2IE	36.533	67.795	31.262
Sistema de Transmissão de Itaipu (PR) – São Paulo (SP)	4IT	0	442	442
Implantação UHE Batalha	5BT	95.855	190.708	94.853
Modernização UHE Funil – 216 MW	5FL	0	92	92
Manutenção do Sistema de Geração de Energia Elétrica	5GM	11.836	21.333	9.497
Modernização da UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho	5LC	73.244	75.692	2.448
Implantação do Sistema de Transmissão LT Macaé – Campos III	5MC	5.660	22.386	16.726
Modernização da UHE Furnas (1.200 MW)	5MF	61.390	63.834	2.444
Modernização da UHE Mascarenhas de Moraes (600 MW) – Fase I	5MM	10.909	11.875	966
Modernização da UHE Mascarenhas de Moraes – Fase II	5MS	0	92	92
Preservação e Conservação Ambiental	5PA	17.864	32.797	14.933
Reforços no Sistema de Transmissão RJ / ES	5RE	61.504	85.049	23.545
Implantação Ciclo Combinado UTE Santa Cruz	5SC	2.851	4.317	1.466
Implantação UHE Simplício	5SI	491.169	527.316	36.147
Reforços no Sistema de Transmissão SP / MG	5SP	81.787	86.860	5.073
Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica	5TM	68.651	96.823	28.172
Implantação do Sistema de Transmissão Tijuco Preto – Itapeti – Nordeste	5TN	14.503	20.527	6.024
Reforços no Sistema de Transmissão GO / MT / DF	6GO	24.301	32.250	7.949
Total		1.087.215	1.389.368	302.152

Investimento Realizado por Programa nos Últimos Três Anos

Descrição	Programa	Valor Realizado			R\$ Mil
		2006	2007	2008	Total
Estudos de Viabilidade para Ampliação da Geração de Energia Elétrica	1EH	16.672	8.582	2.914	28.168
Estudos de Viabilidade para Ampliação da Transmissão de Energia Elétrica	1ER	545	400	853	1.798
Manutenção e Adequação de Bens Imóveis	2BI	6.478	5.284	5.420	17.182
Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos	2BM	20.955	12.254	19.972	53.181
Manutenção e Adequação de Ativos de Informática e Teleprocessamento	2IE	42.015	26.041	36.533	104.589
Sistema Transmissão Itaipu (PR) – São Paulo (SP)	4IT	638	0	0	638
Implantação UHE Batalha	5BT	9.763	18.396	95.855	124.014
Implantação do Ciclo Combinado UTE Roberto Silveira	5CA	0	0	0	0
Modernização UHE Funil – 216MW	5FL	8	0	0	8
Manutenção do Sistema de Geração de Energia Elétrica	5GM	18.987	16.314	11.836	47.137
Modernização da UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho	5LC	157.496	92.177	73.244	322.917
Implantação de Sistema de Transmissão LT Macaé – Campos III	5MC	24.615	6.564	5.659	36.838
Modernização da UHE Furnas (1.200 MW)	5MF	72.186	45.294	61.390	178.870
Modernização da UHE Mascarenhas de Moraes (600 MW) – Fase I	5MM	23.459	9.594	10.909	43.962
Modernização da UHE Mascarenhas de Moraes – Fase II	5MS	0	0	0	0
Preservação e Conservação Ambiental (Instalações em Operação)	5PA	24.304	20.211	17.864	62.379
Modernização da UHE Porto Colômbia (320 MW)	5PC	0	0	0	0
Reforços no Sistema de Transmissão RJ / ES	5RE	93.397	52.772	61.504	207.673
Implantação do Ciclo Combinado na UTE Santa Cruz	5SC	39.102	14.769	2.851	56.722
Implantação do Ciclo Combinado na UTE São Gonçalo	5SG	0	0	0	0
Implantação UHE Simplício	5SI	11.425	265.284	491.169	767.878
Reforços no Sistema de Transmissão SP / MG	5SP	97.636	28.413	81.787	207.836
Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica	5TM	75.676	82.599	68.651	226.926
Implantação do Sistema de Transmissão Tijuco Preto – Itapeti – Nordeste	5TN	20.444	35.341	14.503	70.288
Reforços no Sistema de Transmissão GO / MT / DF	6GO	125.506	82.250	24.301	232.057
Total		881.299	822.539	1.087.215	2.791.061

Compromissos de Longo Prazo

Investimento Plurianual

Descrição	Programa	R\$ Milhões				Total
		Valor Orçado Anual				
		2009	2010	2011	2012	
Estudos de Viabilidade para Ampliação da Geração de Energia Elétrica	1EH	2,6	7,1	2,7	3,0	15,4
Estudos de Viabilidade para Ampliação da Transmissão de Energia Elétrica	1ER	1,1	1,3	0,5	0,5	3,4
Manutenção e Adequação de Bens Imóveis	2BI	19,8	34,8	14,9	14,9	84,4
Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos	2BM	42,5	44,9	21,8	20,0	129,2
Manutenção e Adequação de Ativos de Informática e Teleprocessamento	2IE	89,5	92,4	30,4	26,0	238,3
Sistema Transmissão Itaipu (PR) - São Paulo (SP)	4IT	11,8	15,6	17,1	0	44,5
Sist. Transmissão Bom Despacho 3 – Ouro Preto 2	5BD	43,4	46,7	0	0	90,1
Implantação UHE Batalha	5BT	294,1	242,4	69,8	9,7	616,0
Implantação do Ciclo Combinado UTE Roberto Silveira	5CA	0	0,1	0,1	0,1	0,3
Modernização da UHE Funil (216 MW)	5FL	0,1	0,1	22,0	26,0	48,2
Manutenção do Sistema de Geração de Energia Elétrica	5GM	23,9	46,0	17,1	16,9	103,9
Modernização da UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho	5LC	113,1	65,3	36,3	13,3	228,0
Implantação de Sistema de Transmissão LT Macaé – Campos III	5MC	34,6	15,9	1,0	0,7	52,2
Modernização da UHE Furnas (1.200 MW)	5MF	46,9	53,9	26,8	8,0	135,6
Modernização da UHE Mascarenhas de Moraes (600 MW) – Fase I	5MM	0,6	0	0	0	0,6
Modernização da UHE Mascarenhas de Moraes – Fase II	5MS	0,1	57,1	27,1	22,1	106,4
Preservação e Conservação Ambiental	5PA	35,4	39,5	11,1	8,4	94,4
Modernização da UHE Porto Colômbia (320 MW)	5PC	0	0,1	0,1	23,0	23,2
Reforços no Sistema de Transmissão RJ / ES	5RE	115,8	94,5	71,3	4,1	285,7
Implantação do Ciclo Combinado UTE Santa Cruz	5SC	2,5	2,8	0	0	5,3
Implantação do Ciclo Combinado UTE São Gonçalo	5SG	0	0,1	0,1	0,1	0,3
Implantação UHE Simplício	5SI	703,8	0	0	0	703,8
Reforços no Sistema de Transmissão SP / MG	5SP	151,5	310,7	60,1	8,2	530,5
Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica	5TM	127,9	193	62,7	58,1	441,7
Implantação do Sistema de Transmissão Tijuco Preto – Itapeti – Nordeste	5TN	28,1	8,7	0,7	0,5	38,0
Reforços no Sistema de Transmissão GO / MT / DF	6GO	42,7	75,2	126,4	0,8	245,1
Total		1931,8	1448,2	620,1	264,4	4264

2.3.2. Empreendimentos Realizados em Articulação com Outros Agentes sob a Forma de Sociedade de Propósito Específico (SPE)

Empreendimentos de Geração

A Empresa está à frente de cinco projetos de geração, constantes do PAC, considerados de fundamental importância para garantir o aumento da oferta de energia elétrica no País, com as seguintes características:

UHE Retiro Baixo

- Parceiros: FURNAS (49%), Orteng Equipamentos e Sistemas (25,5%), Logos Engenharia (15,5%) e Arcadis Logos Energia (10%), da SPE Retiro Baixo Energética S.A.;
- Características: 82 MW de capacidade instalada, com duas unidades geradoras;
- Localização: rio Paraopeba, nos municípios de Pompeu e Curvelo, no Estado de Minas Gerais;
- Previsão de entrada em operação: 2009;
- Contrato de Concessão: MME nº 007/2006;
- Status: apresenta cerca de 70% da obra concluída;
- Valor do Investimento Estimado na SPE: R\$ 322 milhões (Base: Jul/2008)

UHE Baguari

- Parceiros*: FURNAS (30,6%), e Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) (69,4%), na SPE UHE Baguari Energia S.A.;
- Características: 140 MW de capacidade instalada, com quatro unidades geradoras;
- Localização: rio Doce, nos municípios de Fernandes Tourinho, Governador Valadares, Periquito, Alpercata e Sobrália, no Estado de Minas Gerais;
- Previsão de entrada em operação: duas unidades em 2009 e duas, em 2010;
- Contrato de Concessão: MME nº 001/2006;
- Status: apresenta cerca de 70% da obra concluída;
- Valor do Investimento Estimado na SPE: R\$ 517 milhões (Base: Abr/2007)

* .Participação societária alterada, em 2008, em função da saída da empresa Neoenergia da SPE.

UHE Serra do Facão

- Parceiros*: FURNAS (100%), na SPE Serra do Facão Participações, que participa com 49,5% do acordo de acionistas com as empresas Alcoa Alumínio (35%), DME Energética (10%) e Camargo Corrêa Energia (5,5%), da SPE Serra do Facão Energia S.A.;
- Características: 210 MW de capacidade instalada, com duas unidades geradoras;
- Localização: rio São Marcos, nos municípios de Catalão e Divinópolis, no Estado de Goiás;
- Previsão de entrada em operação: 2010;
- Contrato de Concessão: Aneel nº 129/2001;
- Status: apresenta cerca de 60% da obra concluída;
- Valor do Investimento Estimado na SPE: R\$ 859,3 milhões (Base: Dez/2008)

* O Aditivo 1 do Acordo de Acionistas, de 07.11.2008, alterou a participação societária da SPE Serra do Facão Participações S.A. FURNAS adquiriu a parcela da empresa parceira, Oliveira *Trust Servicer* S.A., passando a possuir 100% da referida SPE.

UHE Foz do Chapecó

- Parceiros: FURNAS (49,9%) e Pentágono *Trust* (50,1%) na SPE Chapecoense Geração, que participa com 40% do acordo de acionistas com as empresas CPFL Geração de Energia (51%) e Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) (9%), da SPE Foz do Chapecó Energia S.A.;
- Características: 855 MW de capacidade instalada, com quatro unidades geradoras;
- Localização: rio Uruguai, nos municípios de Águas do Chapecó e Alpestre, nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul;
- Previsão de entrada em operação: três unidades em 2010 e uma, em 2011;
- Contrato de Concessão: Aneel nº 128/2001;
- Status: apresenta cerca de 60% da obra concluída;
- Valor do Investimento Estimado na SPE: R\$ 2.577,5 milhões (Base: Out/2008)

UHE Santo Antônio

- Parceiros: FURNAS (39%), Fundo de Investimento em Participações Amazônia Energia (20%), Odebrecht Investimentos em Infra-Estrutura (17,6%), Andrade Gutierrez Participações (12,4%), Cemig Geração e Transmissão (10%) e Construtora Norberto Odebrecht (1%), da SPE Madeira Energia S.A.;
- Características: 3.150 MW de capacidade instalada, com 44 unidades geradoras;
- Localização: rio Madeira, a 10 km de Porto Velho, Estado de Rondônia
- Previsão de entrada em operação: entre 2012 e 2016;
- Contrato de Concessão: MME nº 001/2008;
- Status: apresenta cerca de 5% da obra concluída;
- Valor do Investimento Estimado na SPE: R\$ 12.198 milhões (Base: Dez/2007)

Em adição aos empreendimentos constantes do PAC, FURNAS, constituiu associação com outros agentes, sob a forma de SPE, para construção do seguinte empreendimento que encontra-se em operação desde 2006.

UHE Peixe Angical

- Parceiros: FURNAS (40%) e Energias do Brasil (60%), da SPE Enerpeixe S.A.;
- Características: 452 MW de capacidade instalada, energia assegurada 271 MW, com três unidades geradoras;
- Localização: rio Tocantins, nos municípios Peixe e São Salvador, no Estado de Tocantins;
- Linha de Transmissão Associada: LT 500 kV Peixe Angical – Peixe 2, com 20 km de extensão (*);
- Contrato de Concessão: Aneel nº 130/2001;
- Status: em operação desde 2006;
- Valor do investimento com base na posição do Balanço Patrimonial da SPE, em 31.12.2008: R\$ 1.881,8 milhões.

* A LT Peixe Angical – Gurupi 500 kV, com 92 km, que conecta a UHE Peixe Angical ao SIN, fez parte do empreendimento SPE Enerpeixe S.A. até 27.04.2006, quando a Aneel assinou com a Integração Transmissora de Energia S.A. (Intesa) o Contrato de Concessão da LT referente à LT de Interligação Norte – Sul III, que absorveu parte da referida LT. Esse seccionamento deu origem às LT Peixe Angical – Peixe 2, com 20 km, de propriedade da SPE Enerpeixe, e Peixe 2 – Gurupi, com 72 km, de propriedade da Intesa, mediante indenização de R\$ 7,1 milhões. Em abril de 2008, a SPE Enerpeixe efetivou esta transferência para a Intesa, com pagamento da indenização atualizada monetariamente pelo IGP-M, desde agosto de 2005.

Ainda em 2008, foi assinado Acordo de Acionistas para participação em projeto pioneiro no Peru, descrito a seguir:

UHE Inambari (Peru)

- Parceiros: FURNAS (19,6%), Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás (29,4%) e Construtora OAS (51%) na SPE Inambari Geração de Energia S.A.;
 - Características: estudos de viabilidade para implantação da Central Hidrelétrica Inambari, com capacidade instalada de 2.000 MW, e sistema de transmissão associado, que inclui a elaboração de projeto para exportação de energia elétrica para o Brasil;
 - Localização: rio Inambari, província de Madre de Dios, Peru, a 300 km da fronteira com o Brasil;
 - Status: concluídos os estudos de pré-viabilidade;
 - Valor do Investimento Estimado na SPE: R\$ 37 milhões (Base: Out/2008).
-

Empreendimentos de Transmissão

Encontra-se em fase de construção a linha de transmissão abaixo indicada, constante do PAC, sob a forma de SPE:

LT Furnas – Pimenta

- Parceiros: FURNAS (49%) e Cemig (51%), da SPE Companhia de Transmissão Centroeste de Minas;
 - Tensão: 345 kV;
 - Previsão de Extensão: 75 km;
 - Contrato de Concessão: Aneel nº 004/2005;
 - Status: aguarda a Licença de Instalação, a ser concedida pelos órgãos ambientais;
 - Valor do Investimento Estimado na SPE: R\$ 54 milhões (Base: Set/2008).
-

Em 2008, FURNAS participou de empreendimentos vencedores em leilões da Aneel, todos integrantes do PAC, a saber:

Conexão de Usinas de Biomassa e Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) ao SIN – ICG e IEG

- Empreendimento referente ao Lote C do Leilão Aneel nº 008, realizado em 24.11.2008;
 - Parceiros: FURNAS (49%) Delta (25,5%) e Fuad Rassi (25,5%), da SPE Transenergia Renovável S.A.;
 - Características: Sistema de transmissão localizado nos Estados de Mato Grosso do Sul e Goiás, integrará usinas de biomassa e PCH ao SIN
Rede Básica (SIN):
LT Chapadão – Jataí, CD, 230 kV; LT Barra dos Coqueiros – Quirinópolis, CS 230 kV; LT Palmeiras – Edéia, CS, 230 kV; SE Jataí 230 kV; SE Quirinópolis 230 kV; SE Edéia 230 kV.
ICG:
LT Jataí – Mineiros, CS, 138 kV; LT Mineiros – Morro Vermelho, CS, 138kV; SE Jataí 138 kV; SE Mineiros 138 kV; SE Morro Vermelho 138 kV; SE Quirinópolis 138 kV; SE Edéia 138 kV.
IEG:
LT Jataí – UTE Jataí, CS, 138 kV; LT Jataí – UTE Perolândia, CS, 138 kV; LT Mineiros – UTE Água Emendada, CS, 138 kV; LT Morro Vermelho – UTE Alto Taquari, CS, 138 kV; LT Quirinópolis – UTE Quirinópolis, CS, 138 kV; LT Quirinópolis – UTE Boa Vista, CS, 138 kV; LT Edéia – UTE Tropical Bioenergia I, CS, 138 kV; LT Edéia – UTE Tropical Bioenergia II, CS, 138 kV.
-

-
- Tensão: 230 kV e 138 kV
 - Extensão aproximada: 635 km (238 km em 230 kV e 397 km em 138 kV);
 - Contrato de Concessão: não assinado até 31.12.2008;
 - Status: previsão de energização 18 meses após assinatura do Contrato de Concessão;
 - Valor do Investimento Estimado na SPE: R\$ 299 milhões (Base: Nov/2008).

Nota: ICG – instalações de transmissão de centrais de geração para conexão compartilhada.
IEG – instalações de interesse exclusivo e de caráter individual das centrais de geração.

LT Coletora Porto Velho (RO) – Araraquara 2 (SP)

- Empreendimento referente ao Lote D do Leilão Aneel nº 007, realizado em 26.11.2008;
 - Parceiros: FURNAS (24,5%), CTEEP (51%), CHESF (24,5%) da SPE IE Madeira – Interligação Elétrica Madeira S.A.;
 - Tensão: ±600 kV;
 - Extensão aproximada: 2.375 km;
 - Contrato de Concessão: não assinado até 31.12.2008;
 - Status: previsão de energização 36 meses após assinatura do Contrato de Concessão;
 - Valor do investimento Estimado na SPE: R\$ 1.946,3 milhões (Base: Nov/2008).
-

Estação Retificadora CA/CC e Estação Inversora CC/CA

- Empreendimento referente ao Lote F do Leilão Aneel nº 007, realizado em 26.11.2008;
 - Parceiros: FURNAS (24,5%), CTEEP (51%), CHESF (24,5%) da SPE IE Madeira – Interligação Elétrica Madeira S.A.;
 - Características: Estações Retificadora, com 3.150 MW, na SE Coletora Porto Velho, e Inversora, com 2.950 MW, na SE Araraquara 2
 - Tensão: 500/±600 kV e ±600/500 kV, respectivamente;
 - Contrato de Concessão: não assinado até 31.12.2008;
 - Status: previsão de entrada em operação 50 meses após assinatura do Contrato de Concessão;
 - Valor do investimento Estimado na SPE: R\$ 1.378 milhões (Base: Nov/2008).
-

Os empreendimentos em continuidade, também constantes do PAC, em operação desde 2007, apresentam as seguintes características:

LT Irapé – Araçuaí

- Parceiros: FURNAS (24,5%), Companhia Técnica de Engenharia Elétrica – Alusa (41%), Cemig (24,5%) e Orteng Equipamentos e Sistemas (10%), da SPE Companhia Transirapé de Transmissão;
 - Tensão: 230 kV;
 - Extensão: 61 km;
 - Contrato de Concessão: Aneel nº 012/2005;
 - Status: em operação desde 2007;
 - Valor do investimento com base na posição do Balanço Patrimonial da SPE, em 31.12.2008: R\$ 70,5 milhões.
-

LT Itutinga – Juiz de Fora

- Parceiros: FURNAS (25%), Alusa (41%), Cemig (24%) e Orteng Equipamentos e Sistemas (10%), da Companhia Transudeste de Transmissão;
 - Tensão: 345 kV;
 - Extensão: 144 km;
-

-
- Contrato de Concessão: Aneel nº 005/2005;
 - Status: em operação desde 2007;
 - Valor do investimento com base na posição do Balanço Patrimonial da SPE, em 31.12.2008: R\$ 84,6 milhões.
-

Além dos empreendimentos constantes do PAC, FURNAS constituiu associação com outros agentes, sob a forma de SPE, para construção do seguinte empreendimento, em operação desde 2006.

LT Montes Claros – Irapé

- Parceiros: FURNAS (24%), Alusa (41%), Cemig (25%) e Orteng Equipamentos e Sistemas (10%), da SPE Companhia de Transleste de Transmissão;
 - Tensão: 345 kV;
 - Extensão: 139 km;
 - Contrato de Concessão: Aneel nº 009/2004;
 - Status: em operação desde 2006;
 - Valor do investimento com base na posição do Balanço Patrimonial da SPE, em 31.12.2008: R\$ 126,3 milhões.
-

2.4. Desempenho Operacional e Corporativo

Desempenho Operacional

Operação do Sistema

Com o objetivo de manter o padrão de qualidade e confiabilidade na prestação de serviços, no contexto do cenário eletro-energético atual, as áreas de estudos elétricos, planejamento elétrico da operação e de operação do SIN desenvolveram atividades visando compatibilizar, de um lado, necessidades de manutenção, limitações operativas e, de outro, características dos equipamentos de FURNAS de forma a atender aos requisitos exigidos pelos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), pelos Atos Regulatórios da Aneel e pelas normas operacionais vigentes entre as empresas interligadas, geradoras, transmissoras e distribuidoras.

Com relação ao arcabouço regulatório, destinou-se especial atenção à divulgação e ao cumprimento das diretrizes estabelecidas na Resolução Normativa Aneel nº 270, de 26 de junho de 2007, que dispõe sobre a qualidade do serviço público de transmissão de energia elétrica associada à disponibilidade das instalações integrantes da Rede Básica que compõem o SIN (parcela variável).

As instalações de geração ficaram disponíveis em 89,3% do tempo (83,3%, se incluídas as indisponibilidades devidas ao processo de modernização), e as de transmissão tiveram suas linhas disponíveis em 99,5%.

Na área de transmissão, destacou-se a entrada em operação de novas instalações, relacionadas a seguir, que proporcionaram maior confiabilidade e melhor desempenho na operação do SIN:

- na UTE e SE Campos, repotencialização dos circuitos 1 e 2 da LT 138 kV, que interligam a UTE Campos à SE de mesmo nome, com aumento de 35% da capacidade de transmissão de energia. A ação, planejada pela área de estudos e desenvolvida, em caráter de urgência, pelas áreas de manutenção envolvidas, permitiu o despacho pleno das UTE Mário Lago (Macaé *Merchant*) e Norte Fluminense, de forma a atender à determinação do Comitê de Monitoramento do Sistema Elétrico (CMSE) e do ONS tendo em vista os baixos índices pluviométricos que ocorreram na região Sudeste;
- na SE Vitória e Ouro Preto, entrada em operação do esquema de religamento automático monopolar da LT 345 kV Vitória – Ouro Preto, após estudos desenvolvidos pela Empresa, aumentando a confiabilidade de abastecimento ao Estado do Espírito Santo;
- na UHE Serra da Mesa e nas SE Samambaia e Gurupi, entrada em operação dos esquemas de religamento automático tripolar dos circuitos 1 e 2 da LT 500 kV Serra da Mesa – Samambaia, do circuito 1 da LT 500 kV Serra da Mesa – Gurupi, do circuito 1 da LT 500 kV Gurupi – Peixe e do circuito 1 da LT 500 kV Gurupi – Miracema, após estudos desenvolvidos pela Empresa, melhorando o desempenho sistêmico e a confiabilidade da interligação das regiões Sudeste – Norte do SIN;
- na UHE Mascarenhas de Moraes, substituição de transformador com capacidade de 5 MVA, por transformador de 30 MVA, responsável pelo atendimento às cargas

em 13,8 kV, das cidades de Ibiraci e Delfinópolis, em Minas Gerais, reforçando, significativamente, essa conexão;

- na SE Ouro Preto (Cemig), entrada em operação comercial do banco de capacitores, 200 MVAR, em 345 kV, transferido da SE Itutinga. Esse equipamento reduz a necessidade de geração térmica na área Minas para controle de tensão, gerando economia nos gastos de combustível no SIN.

No âmbito do planejamento elétrico da operação foram realizados estudos pré-operacionais para a entrada em operação de novos equipamentos, análises de solicitações de acesso ao SIN, estudos para ajustes, testes de aceitação e comissionamentos de proteções e sistemas de controle, bem como estudos no Simulador de Sistemas Elétricos, destacando-se:

- religamento automático de linhas de transmissão, visando minimizar a redução de receita por incidência de parcela variável;
- análise de perturbações nas instalações de FURNAS para atendimento ao ONS, Aneel e CMSE;
- implantação de Esquemas de Controle de Emergências (ECE), com o objetivo de melhorar o desempenho e a confiabilidade do SIN.

Para fazer frente à complexidade imposta pela Resolução Normativa nº 270/2007, da Aneel (Parcela Variável), foi intensificado o desenvolvimento de novo programa de análise de intervenções.

Visando à melhoria contínua do desempenho dos sistemas de regulação, controle e proteção de usinas, linhas e demais equipamentos, a Empresa fez uso intensivo do seu Simulador de Sistemas Elétricos em tempo real, instalado no Escritório Central. O equipamento em questão é referência internacional e vem atendendo a demandas de empresas nacionais e internacionais de energia elétrica.

Na mesma linha de atendimento às necessidades de melhoria contínua, foi realizada a atualização dos diversos equipamentos que compõem o Sistema de Supervisão e Controle dos Centros de Operação.

Em 2008, foi desenvolvido o Simulador de Treinamento para Operadores de Centros de Operação para criação de cenários, a partir de dados históricos de valores analógicos e digitais do sistema elétrico, processados pelo Sistema de Supervisão e Controle (SOL) de forma instantânea. Esse Sistema também tem a capacidade de configurar a rede elétrica e executar programa de fluxo de potência, considerando as alterações topológicas inseridas, manualmente, pelo instrutor. O instrutor simula as manobras em equipamentos, enquanto as grandezas analógicas são recalculadas automaticamente. Os resultados são apresentados no ambiente do Sistema SOL de forma idêntica aos dados em tempo real, simulando, exatamente, o que ocorre na sala de controle.

Manutenção das Instalações

Com objetivo de manter elevadas taxas de disponibilidade dos equipamentos, refletido, diretamente, na confiabilidade operacional do SIN, FURNAS procura aliar a experiência de seu corpo técnico à implementação de rigorosas filosofias de manutenção.

Desta forma, pratica a execução fiel do planejamento de manutenção dos equipamentos de seu parque gerador e transmissor, garantindo de forma adequada o atendimento à demanda do sistema elétrico.

Em conformidade com essas orientações, prosseguiram os trabalhos de modernização das usinas geradoras Furnas, Luiz Carlos Barreto de Carvalho (Estreito) e Mascarenhas de Moraes.

Destacaram-se outras atividades de manutenção, em diversos locais da Empresa, a saber:

- na UTE Santa Cruz, prosseguimento dos trabalhos de recuperação da turbina a vapor da unidade 1, de modernização do sistema de supervisão das turbinas e recuperação dos sistemas de combustão das caldeiras das unidades 3 e 4, além da substituição de vários trechos de tubos da fornalha da caldeira 4;
- na UHE Manso, implantação de comando remoto, a partir da UHE Itumbiara.

No que se refere às ações realizadas nas subestações, destacaram-se:

- revisão geral de 20 disjuntores, 31 módulos e 6 polos de disjuntores, aquisição de 36 retificadores para substituição por final de vida útil, modernização de 20 seccionadores de 500 kV e 800 kV, aquisição de disjuntores de 145 kV, 245 kV e 362 kV e de 8 seccionadores de 34,5 kV para substituir equipamentos em final de vida útil de diversas áreas da Empresa, de forma a manter a alta confiabilidade operacional;
- reparo/revitalização de 10 transformadores/autotransformadores/ transformadores conversores/reatores e iniciados os reparos de 17 outros transformadores/ autotransformadores/ reatores;
- revisão do projeto do sistema de supervisão de controle da SE Ibiúna, 500 kV, de acordo com novo padrão desenvolvido pelo Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel) / SAGE (Sistema Aberto de Gerenciamento de Energia);
- substituição do Sistema Digital de Supervisão e Controle da SE Rio Verde pelo SAGE;
- implantação do comando remoto da SE Rocha Leão, a partir da SE Macaé;
- instalação de cabos ópticos na rota Adrianópolis – Magé – Rocha Leão – Macaé.

Dando continuidade ao Plano de Recuperação de Linhas de Transmissão, foi efetuada a substituição de 6.734 isoladores, 1.847 espaçadores-amortecedores, pintura de 50 torres e recuperação de 401 fundações de torres em vários circuitos de linhas.

Cabe registrar ainda:

- atendimento de emergência, para restabelecimento da capacidade de transmissão do circuito danificado por tempestade da LT Adrianópolis – Itutinga 1, 345 kV, após a queda de torres causada pela incidência de fortes ventos;

- continuação da implantação do sistema de estruturas modulares de alumínio, para atendimento a emergências, visando aumentar a disponibilidade da transmissão e reduzir o tempo de recomposição de linhas, em casos de quedas de estruturas;
- instalação, testes e entrada em operação do novo PABX do Escritório Central da Empresa;
- realização de 13 treinamentos sobre manutenção em linha energizada, montagem de estruturas e inspeção de linhas para técnicos de todos os departamentos da área de produção.

Comercialização de Energia Elétrica

A comercialização de energia elétrica é realizada, no Brasil, de acordo com o estabelecido pela Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, e pelo Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004. O mercado é organizado segundo dois ambientes instituídos para celebração de contratos de compra e venda de energia:

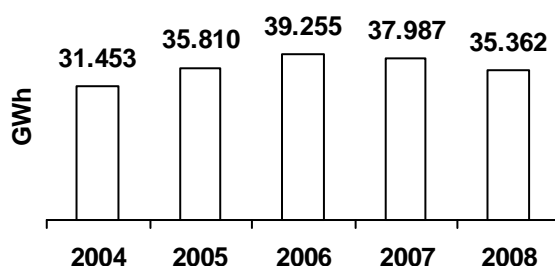
- Ambiente de Contratação Regulada (ACR), do qual participam Agentes de Geração e de Distribuição de Energia;
- Ambiente de Contratação Livre (ACL), do qual participam Agentes de Geração, Comercializadores e Consumidores Livres.

No ACR, a comercialização de energia se realiza por meio de leilões públicos de energia, regulados pela Aneel, que podem ser conduzidos diretamente pela Agência ou por intermédio da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Desses leilões resultam contratos bilaterais regulados, denominados Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (Ccear), celebrados entre cada Agente de Geração vendedor (Concessionárias de Serviço Público ou Produtores Independentes) e todos os compradores (Distribuidores de Energia) participantes dos leilões. Nesse ambiente, FURNAS participa de leilões, sejam estes destinados à venda de energia existente (energia de usinas já implantadas) ou à licitação de novos empreendimentos de geração.

No ACL há livre negociação entre os Produtores Independentes, Comercializadores e Consumidores Livres. Já para os Concessionários de Serviço Público, sob Controle Federal, como é o caso de FURNAS, existe a exigência legal de Leilão ou Chamada Pública para compra e venda de energia. Nesse Ambiente os acordos de compra e venda de energia são pactuados por meio de contratos bilaterais.

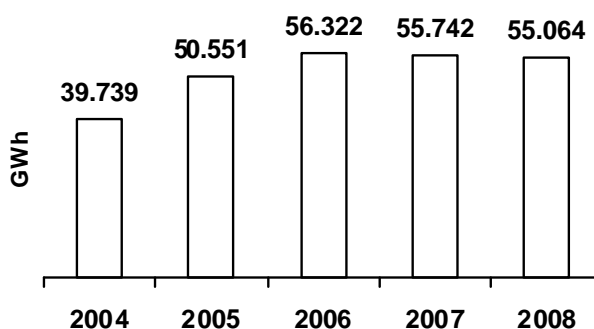
Os recursos disponíveis para venda de energia existente são compostos pela energia de usinas próprias de FURNAS e pela compra de energia das empresas Semesa, Proman, EPE – Pantanal Energia, Companhia de Interconexão Energética (Cien) e Eletrobrás Termonuclear S. A. (Eletronuclear). No caso da Eletronuclear, tal compra, homologada por meio da Resolução Aneel nº 252/2005, está vinculada ao cumprimento dos Decretos nº 2.655/1998 e 4.550/2002 e da Portaria nº 320/2004, do Ministério de Minas e Energia (MME).

Evolução da Geração Própria de Energia de FURNAS



Nota: Informações ajustadas no período apresentado para considerar, apenas, a parcela de energia de propriedade de FURNAS referente às UHE Serra da Mesa e Manso, respectivamente, 48,46 e 70%.

Energia Elétrica Comercializada por FURNAS



Comercialização da Transmissão

A comercialização dos serviços de transmissão é realizada segundo duas modalidades, a saber: no ambiente do serviço público (concessão) e no ambiente de interesse exclusivo do acessante (extra-concessão).

Ambiente de Concessão de Serviço Público

A prestação de serviço público de transmissão de energia elétrica é caracterizada no Contrato de Concessão pela disponibilização das instalações de transmissão.

- Rede Básica de Transmissão

As instalações de transmissão, classificadas pela Aneel como integrantes da Rede Básica (RB), são disponibilizadas ao ONS mediante recebimento da correspondente Receita Anual Permitida (RAP), conforme registrado no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão (CPST). A RAP é atualizada, anualmente, por meio de resolução homologatória específica emitida pela Aneel, com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) e, também, pela incorporação de novas instalações.

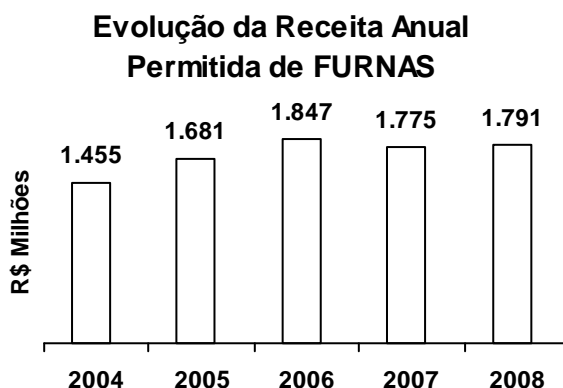
Para as novas instalações de transmissão autorizadas pela Aneel, a partir de 31 de maio de 2000, deve ocorrer, a cada quatro anos, um processo de revisão tarifária para a correspondente parcela da RAP.

O primeiro processo de revisão tarifária, que deveria ter ocorrido em 2005, foi realizado em 2007 e reduziu a RAP de FURNAS no ciclo 2007-2008, retroagindo aos ciclos 2005-2006 e 2006-2007. Em consequência, a partir do segundo semestre de 2007, além da redução da RAP do próprio ciclo, vem sendo descontada parcela de ajuste referente aos valores recebidos a mais nos dois ciclos anteriores.

No ciclo 2008-2009 foi considerado o acréscimo de receita decorrente, principalmente, da entrada em operação comercial das seguintes instalações de transmissão da RB:

- na SE Ibiúna, instalação do terceiro e quarto bancos de filtros, em 345 kV, de 3º e 5º harmônicos, com 59 Mvar;
- na SE Tijuco Preto, retorno à operação de um banco de autotransformador monofásico 750/345 kV, de 1.500 MVA e suas respectivas conexões.

O gráfico, a seguir, apresenta a evolução da RAP nos últimos cinco anos para as instalações de transmissão da Rede Básica.



- **Instalações de Transmissão Fora da Rede Básica**

As demais instalações de transmissão, não integrantes da RB, são disponibilizadas diretamente aos acessantes interessados mediante recebimento da correspondente RAP, denominada especificamente “encargo de conexão”, conforme registro em Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão (CCT).

De acordo com a regulamentação, os CCT são diretamente negociados com os consumidores livres, agentes de geração e agentes de importação e/ou exportação de energia. No caso de agentes de distribuição, os “encargos de conexão” são definidos e atualizados, anualmente, por meio de resolução homologatória específica da Aneel, com base na variação do IGP-M.

- **Compartilhamento de Instalações**

Na concessão de serviço público de transmissão existe, ainda, a obrigação de compartilhamento com outros concessionários, de instalações e infra-estruturas, fazendo jus à correspondente receita, mediante, conforme o caso, Contrato de

Compartilhamento de Instalações (CCI) ou Contrato de Compartilhamento de Faixa de Passagem (CCFP).

A evolução das receitas auferidas, decorrentes desses contratos, é apresentada a seguir:

Natureza do Contrato	R\$ Mil				
	2004	2005	2006	2007	2008
Conexão ao Sistema de Transmissão (CCT)	6.314	11.352	13.180	14.221	14.784
Compartilhamento de Instalações (CCI)	703	2.633	2.031	2.284	6.582
Compartilhamento de Faixa de Passagem (CCFP)	519	155	-	-	-
Total	7.536	14.140	15.211	16.505	21.366

Ambiente Extra-Concessão

O Contrato de Concessão permite o desenvolvimento de outras atividades mediante recebimento de “outras receitas” que não fazem parte da prestação do serviço público regulado pela Aneel, regido por instrumento contratual próprio a título oneroso. Incluem-se, nesse caso, os Contratos de Prestação de Serviços de Operação e Manutenção (CPSOM), os Contratos de Prestação de Serviços de Manutenção (CPSM) e ainda os Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura (CCIF), sendo estes com agentes externos ao setor elétrico.

A evolução das receitas auferidas, decorrentes desses contratos, é apresentada a seguir:

Natureza do Contrato	R\$ Mil				
	2004	2005	2006	2007	2008
Prestação de Serviços de Operação e Manutenção (CPSOM)	-	2.717	1.563	1.684	2.461
Prestação de Serviços de Manutenção (CPSM)	581	1.177	1.036	1.163	1.201
Compartilhamento de Infraestrutura (CCIF)	-	-	2.000	1.700	-
Total	581	3.894	4.599	4.547	3.662

Comercialização de Serviços de Apoio Técnico, Operacional e Administrativo

Em 2008, FURNAS prestou serviços técnicos e gerenciais, na área de geração e transmissão, para empresas tanto públicas quanto da iniciativa privada, nacionais e internacionais. Nesse período, foram emitidas 25 propostas.

Principais Atividades Desenvolvidas

Cliente	Atividade
Hidropastaza S.A. – Equador	Finalização dos serviços de fiscalização da construção da UHE <i>San Francisco</i>
Repúblicas de Angola e Namíbia	Estudos de viabilidade técnica-econômica da UHE Baynes, 360 MW, no rio Cunene, fronteira de Angola e Namíbia, na África
Enerpeixe S.A.	Para a UHE Peixe Angical: <ul style="list-style-type: none"> – elaboração e fornecimento do Manual de Operação; – operação e manutenção da UHE, subestação e transmissão associada; – auscultação da barragem. Prosseguimento dos serviços hidrométricos na bacia do rio Tocantins, na área da UHE

Cliente	Atividade
Cachoeira Paulista Transmissão e Energia S.A.	Serviços de operação e manutenção da LT 500 kV Cachoeira Paulista – Tijuco Preto, circuito simples, com 180 km
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	Para a LT 345 kV Furnas – Pimenta, circuito simples, com 75 km: – serviços de apoio técnico-administrativo às atividades da contratante; – gerenciamento ambiental e técnico da implantação e controle de qualidade.
Operador Nacional do Sistema Elétrico	Desenvolvimento de programas e procedimentos associados à evolução tecnológica de recursos de <i>hardware</i> e <i>software</i>
Petrobrás – Petróleo Brasileiro S.A.	Instalação de esferas de sinalização em diversas linhas de transmissão de FURNAS, em vãos de travessias sobre dutos da Transpetro
Serra do Facão Energia S.A.	Para a UHE Serra do Facão: – serviços de Engenharia do Proprietário, relativos à implantação da UHE, subestação e transmissão associada, e obras civis na área do reservatório; – reestudo do remanso no reservatório.
Foz do Chapecó Energia S.A.	Serviços de Engenharia do Proprietário, relativos à implantação da UHE Foz do Chapecó, subestação e transmissão associada
Votorantim Metais – Unidade de Aço (Siderúrgica Barra Mansa)	Seccionamento da LT 500 kV Adrianópolis – Cachoeira Paulista
Thyssenkrupp CSA Companhia Siderúrgica (TKCSA)	Conexão de Unidade Industrial à Rede Básica
Telvent do Brasil S.A.	Ensaio de modelo para avaliação do desempenho do sistema de proteção, LT 500 kV Marabá – Itacaiúnas
Construtora Norberto Odebrecht S.A.	Serviços de análises de planejamento e estudos de expansão do sistema elétrico Norte de Angola
Bretech Energia S.A.	Gerenciamento, acompanhamento e controle de qualidade da implantação do vão de linha para conexão da UTE Goiânia II na SE Bandeirantes
Foz do Rio Claro Energia S.A.	UHE Foz do Rio Claro – serviços de Engenharia do Proprietário, para implantação do empreendimento; – estudos hidráulicos a serem desenvolvidos por meio de modelo reduzido.
Ijuí Energia S.A.	Serviços de Engenharia do Proprietário, para implantação da UHE São José
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	Treinamento para técnicos da Eletrosul no Curso de Construção de Subestações
Consórcio UHE Baguari	Cotação de ensaios de modelo para avaliação do desempenho do sistema de proteção, 230 kV, das LT que interligarão a UHE Baguari ao SIN, composto por relés, da Areva, utilizando o simulador de sistemas elétricos
Clientes Diversos	Serviços na área de tecnologia do concreto e mecânica dos solos Treinamentos na área de apoio e controle da qualidade e serviços no simulador de sistemas elétricos

Evolução das Instalações Elétricas em Operação

Usinas Geradoras – Capacidade Instalada, Propriedade e Energia Assegurada

Os montantes de energia assegurada, de cada usina operada por FURNAS, correspondem às quantidades máximas de energia e potência elétricas associadas ao empreendimento, que poderão ser utilizadas para comprovação de atendimento de carga ou comercialização por meio de contratos.

A revisão desses montantes foi realizada em 2004, quando o MME, mediante critérios de garantia de suprimento de déficit máximo de 5%, definiu a forma de cálculo da garantia física dos empreendimentos de geração.

Usina	Capacidade Instalada (MW)	Propriedade das Instalações (%)	Energia Assegurada (MW Médio)				
			2004	2005	2006	2007	2008
Hidrelétrica							
Propriedade Integral							
Itumbiara	2.082	100,00	1.015	1.015	1.015	1.015	1.015
Marimbondo	1.440	100,00	726	726	726	726	726
Furnas *	1.216	100,00	598	598	598	598	598
Luiz Carlos B. de Carvalho (Estreito) *	1.050	100,00	495	495	495	495	495
Mascarenhas de Moraes *	476	100,00	295	295	295	295	295
Corumbá I	375	100,00	209	209	209	209	209
Porto Colômbia	320	100,00	185	185	185	185	185
Funil	216	100,00	121	121	121	121	121
Propriedade Compartilhada							
Em Parceria							
Serra da Mesa	1.275	48,46	671	671	671	671	671
Manso	212	70,00	92	92	92	92	92
Sociedade de Propósito Específico							
Peixe Angical	452	40,00	-	-	63	271	271
Térmica							
Propriedade Integral							
Santa Cruz	766	100,00	450	547	496	496	496
Roberto Silveira (Campos)	30	100,00	21	21	21	21	21
São Gonçalo (Fora de Operação)	-	100,00	-	-	-	-	-

* em processo de modernização.

Nota: Parceiros de FURNAS na propriedade das instalações:

UHE Serra da Mesa: Serra da Mesa Energia S.A. – Semesa (51,54%).

UHE Manso: Produtores Energéticos de Manso S.A. – Proman (30%).

UHE Peixe Angical: EDP Energias do Brasil – EDP Brasil (60%), na SPE Enerpeixe S.A.

Subestações – Tensão e Capacidade de Transformação

Em 2008, não houve alteração da capacidade de transformação instalada (MVA) das subestações de FURNAS.

Tensão (kV)	MVA				
	2004	2005	2006	2007	2008
≤ 230	4.074	4.048	5.213	5.095	5.095
345	24.426	25.021	25.246	24.985	24.985
500	43.078	44.888	47.598	47.421	47.421
750	21.400	23.050	23.050	24.150	24.150
Total	92.978	97.007	101.107	101.651	101.651

Linhas de Transmissão – Tensão de Operação, Propriedade e Extensão

A partir de 2006, além das Linhas de Transmissão próprias, entraram em operação as primeiras linhas construídas em associação com outras empresas, sob a forma de SPE. Assim, a extensão das mesmas passa a ser informada, em rubricas separadas, como se segue.

Propriedade Integral

Em 2008, não houve acréscimo de linhas de transmissão de propriedade exclusiva.

Tensão (kV)	km				
	2004	2005	2006	2007	2008
≤ 230	4.349	4.349	4.349	4.349	4.349
345	5.686	6.069	6.070	6.070	6.070
500	4.549	4.549	4.549	4.549	4.549
± 600 (CC)	1.612	1.612	1.612	1.612	1.612
750	2.698	2.698	2.698	2.698	2.698
Total	18.894	19.277	19.278	19.278	19.278

Propriedade Compartilhada

Sociedades de Propósito Específico (SPE)

Propriedade Compartilhada – Sociedades de Propósito Específico (SPE)

Em 2008 não houve acréscimo de linhas de transmissão de propriedade compartilhada.

A LT Peixe Angical – Gurupi, 500 kV, com 92 km, que conecta a UHE Peixe Angical ao SIN, fez parte do empreendimento SPE Enerpeixe S.A. até 27.04.2006 quando a Aneel assinou, com a empresa Integração Transmissora de Energia S.A. (Intesa), o Contrato de Concessão da LT referente à Interligação Norte – Sul III, que absorveu parte desta LT. Esse seccionamento deu origem às LT Peixe Angical – Peixe 2, com 20 km, de propriedade da SPE Enerpeixe, e Peixe 2 – Gurupi, com 72 km, de propriedade da Intesa, mediante indenização de R\$ 7,1 milhões. Em abril de 2008, a SPE Enerpeixe efetivou esta transferência para a Intesa, com pagamento da indenização, atualizada, monetariamente, pelo IGP-M, desde agosto de 2005.

Linha de Transmissão	Tensão (kV)	Entrada em Operação			
		2006		2007	
		Total (km)	Participação de FURNAS (%)	Total (km)	Participação de FURNAS (%)
Irapé – Araçuaí **	230	-	-	61*	24,5
Itutinga – Juiz de Fora **	345	-	-	144*	25
Montes Claros – Irapé	345	139*	24	-	-
Peixe Angical – Peixe 2	500	20	40	-	-

* km efetivos de extensão que, após a construção do empreendimento, apresentaram pequenas diferenças em relação à previsão constante do contrato de concessão da Aneel.

** LT constantes do PAC, do Governo Federal.

Nota: Parceiros de FURNAS na propriedade das instalações:

LT Montes Claros – Irapé: Companhia Técnica de Engenharia Elétrica – Alusa (41%), Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig (25%) e Orteng Equipamentos e Sistemas (10%), na SPE Companhia Transleste de Transmissão.

LT Peixe Angical – Peixe 2: Energias do Brasil (60%), na SPE Enerpeixe.

LT Irapé – Araçuaí: Alusa (41%) Cemig (24,5%) e Orteng Equipamentos e Sistemas (10%), na SPE Companhia Transirapé de Transmissão.

LT Itutinga – Juiz de Fora: Alusa (41%), Cemig (24%) e Orteng Equipamentos e Sistemas (10%), na SPE Companhia Transudeste de Transmissão.

Supervisão e Controle de Usinas Geradoras e Subestações

Desde 1997, FURNAS vem implantando Sistemas Digitais de Supervisão e Controle em todos os novos empreendimentos de geração e transmissão, seja em novas instalações, seja na ampliação de instalações existentes. Em 2008, 17 instalações encontravam-se totalmente digitalizadas e 19 com digitalização parcial.

A Empresa participa, desde 2003, do projeto Sistema Nacional de Observabilidade e Controlabilidade (Sinocon), sob responsabilidade do ONS, com o objetivo de modernizar os equipamentos digitais de supervisão dos agentes.

Com relação às atividades de gestão documental, foram adquiridos novos equipamentos para realizar o resgate dos arquivos digitais, em *software* específico, até sua plotagem, distribuição e armazenamento no Sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentos Técnicos (GED). Em 2008, foi concluído o processo de licitação para aquisição do *software*. Sua implantação encontra-se em fase de aprovação pela Diretoria.

Sistema de Transmissão de Telecomunicações

O Sistema de Transmissão de Telecomunicações, formado por subsistemas rádio e óptico, possui 5.251 km de rotas digitalizadas, que atendem a 78% do total das unidades operativas de FURNAS. Das 60 unidades operativas (46 subestações, 13 usinas e o Centro de Operação, localizado no Escritório Central, no Rio de Janeiro), 47 são atendidas por tecnologia digital e 3 por analógica. Dez unidades são atendidas por terceiros.

Em 2008, foram instalados 177 km de cabo *Optical Ground Wire* (OPGW) nas LT 138 kV Adrianópolis – Magé, Magé – Rocha Leão e trecho da LT Rocha Leão – Campos, até a SE Macaé. Esta instalação faz parte de empreendimento, com 494 km, que interligará unidades do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, desde a SE Adrianópolis até a SE Vitória.

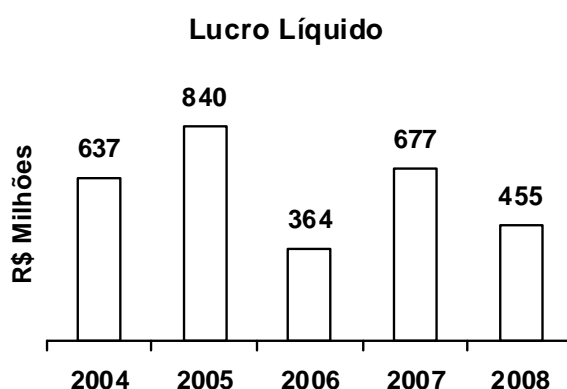
Desempenho Operacional

Com o advento da Lei nº 11.638, de 28.12.2007, e da Medida Provisória nº 449, de 03.12.2008, houve alteração na Lei nº 6.404/1976, causando reflexos significativos na apresentação das Demonstrações Contábeis, inclusive no exercício de 2007.

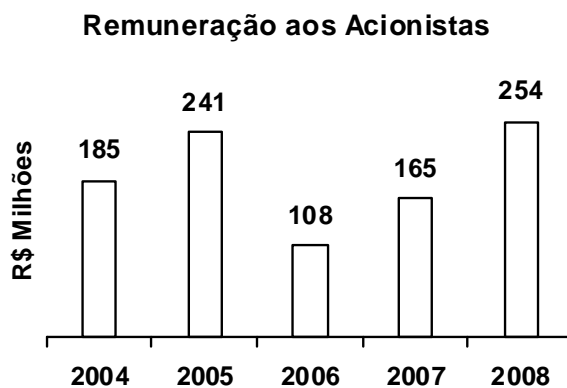
Os indicadores apresentados, a seguir, refletem a evolução do desempenho corporativo, no período 2004-2008.

Resultados

A redução do lucro líquido, em 2008, é resultado do aumento das despesas financeiras, em função da variação cambial no exercício, bem como do registro de novas provisões.

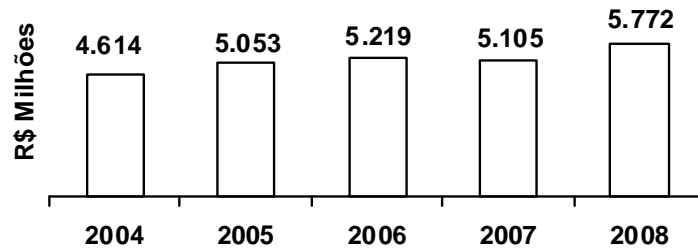


Em conformidade com os dispositivos legais e estatutários, FURNAS destina a seus acionistas o montante de 25% do lucro líquido ajustado. No exercício de 2008, está sendo proposta uma distribuição de 50% do lucro líquido ajustado.



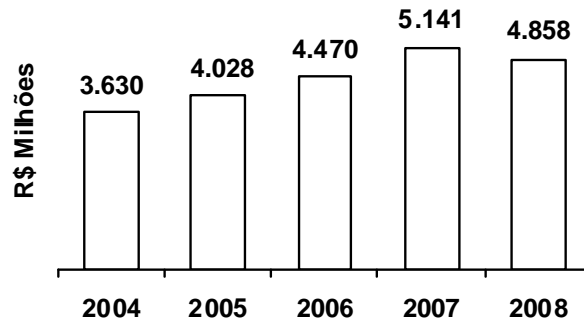
A receita operacional líquida, em 2008, foi 13% superior à do exercício anterior, resultado dos efeitos da Revisão Tarifária Periódica da atividade de Transmissão, reconhecidos em 2007, assim como pelo incremento de novas receitas geradas pelos empreendimentos de transmissão e, também, pelos reajustes contratuais ocorridos em 2008.

Receita Operacional Líquida



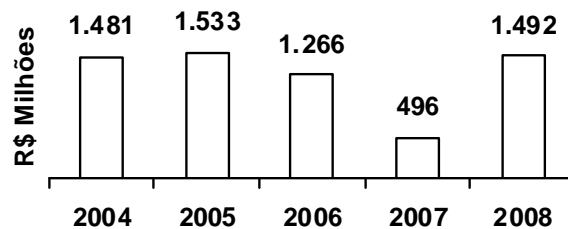
A redução de 5,5% nos custos e despesas operacionais, em 2008, reflete o empenho da Empresa na otimização de seus dispêndios, alinhada ao conservadorismo contábil, no que tange a provisões de riscos para prováveis perdas.

Custos e Despesas Operacionais

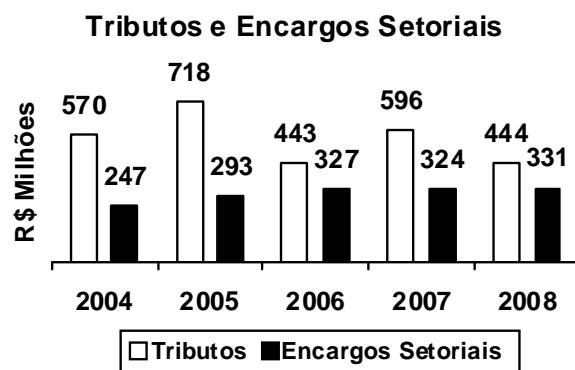


O EBITDA, de 2008, voltou a apresentar resultado compatível com os verificados nos exercícios anteriores, com exceção do exercício de 2007, que refletiu os efeitos da Revisão Tarifária Periódica da atividade de Transmissão, bem como pela baixa e constituição de provisões para créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber relativas à Recomposição Tarifária Extraordinária e sobre créditos pendentes de liquidação, desde 2003, na CCEE.

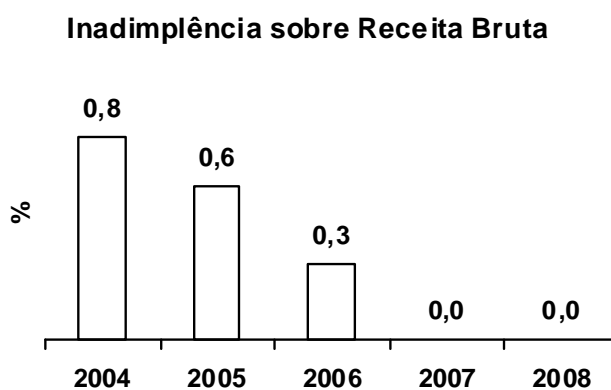
Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (EBITDA)



A apropriação de tributos e encargos, em 2008, representou 12% da receita bruta, apresentando redução de 16% em relação ao exercício anterior. Tal resultado é consequência da redução do lucro líquido e do aperfeiçoamento das práticas de gestão tributária.

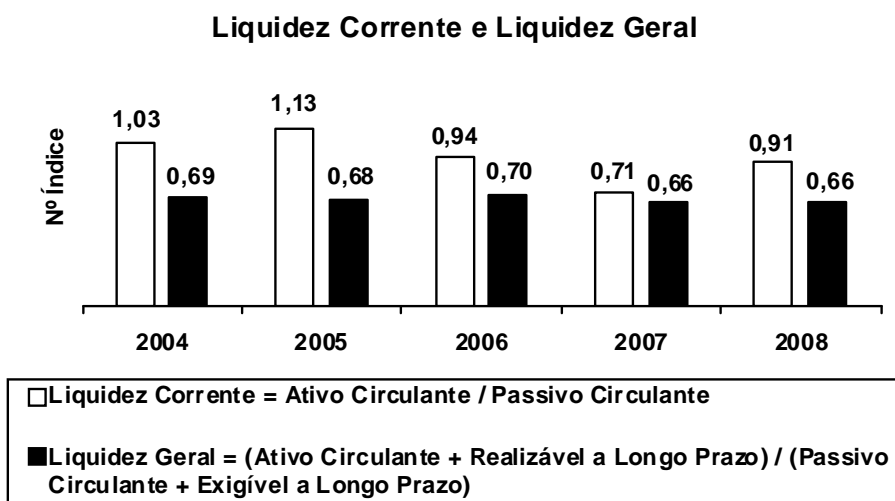


A inadimplência vem se mantendo em patamares muito baixos, praticamente zero, nos últimos dois anos, em função de práticas de gestão e controle eficazes.



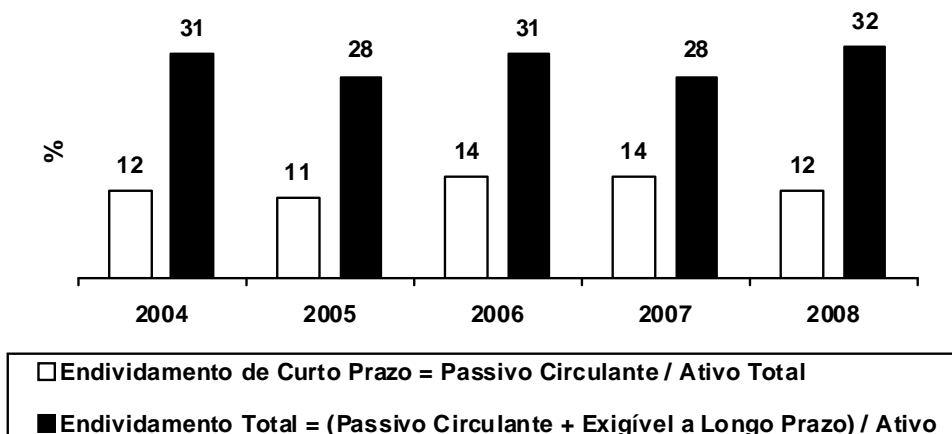
Indicadores Econômico-Financeiros

Os índices de liquidez corrente e geral mantiveram-se próximos à média dos últimos anos.



Os níveis reduzidos dos endividamentos de curto prazo e de longo prazo traduzem-se em oportunidades de alavancagem adicional da Empresa para fazer frente a eventuais necessidades do seu programa de investimento.

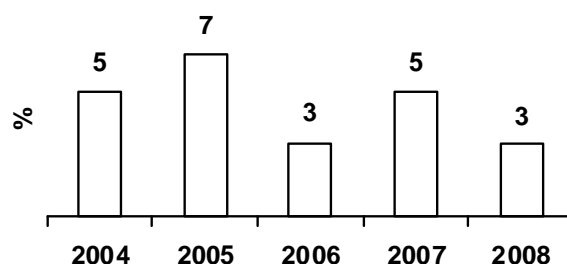
Endividamento de Curto Prazo e Endividamento Total



A redução da rentabilidade, em 2008, foi motivada pelos reflexos das variações cambiais e constituição de provisões que impactaram o resultado do exercício.

Rentabilidade do Período

Rentabilidade do Período =
 Lucro Líquido / Patrimônio Líquido



2.4.1. Evolução de Gastos Gerais

Descrição	R\$ Mil		
	2006	Ano 2007	2008
1. Passagens	11.921	11.136	12.562
2. Diárias e Ressarcimento de Despesas em Viagens	2.228	2.744	3.484
3. Serviços Terceirizados			
3.1. Publicidade	10.414	20.186	21.469
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	21.270	23.337	26.529
3.3. Tecnologia da Informação	5.562	3.060	3.651
3.4. Outras Terceirizações	393.137	421.281	452.140
3.5. Suprimento de Fundos	0	0	0
4. Cartão de Corporativo	0	0	0
Total	444.532	481.744	519.835

3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Não aplicável a FURNAS.

4. RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Não aplicável a FURNAS.

5. DEMONSTRATIVO DE TRANSFERÊNCIAS

Tipo	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos	Objeto da Avença	Data de Publicação no DOU	Valor Total Pactuado (R\$)	Valor Total Recebido / Transferido (R\$)	Beneficiário (Razão Social)	Beneficiário (CNPJ)
Voluntariado	15920	Incentivar a organização dos Catadores de Papel, identificando-os, capacitando-os, e promovendo a integração de suas atividades com a Estrutura Física da Estação Reciclar, expandindo sua ação de coleta para as casas., promovendo sua geração de renda.	23/11/2005	28.000	8.000	Associação Cristã de Amparo à Maternidade e Proteção à Infância	002.199.974/0001-71
Parceria	16505	Desenvolver projetos, ações e programas para a melhoria das práticas sociais implantadas no ambiente da rede do COEP.	22/06/2006	420.000	140.000	Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos Coppetec	072.060.999/0001-75
Parceria	16589	Qualificação profissional que tem por objetivo dar acesso a conhecimentos teóricos e práticos necessários para prestação de serviço em buffet, despertando uma visão empreendedora e responsável que viabilize formas individuais ou associativas de geração de renda.	10/08/2006	120.200	2.852	Ação Comunitária do Brasil	033.628.769/0001-08
Parceria	16590	Oferecer capacitação em Agropecuária, em nível técnico, a alunos dos municípios adjacentes de Alpinópolis - MG.	11/08/2006	286.905	141.345	Associação de Pais, Mestres e Amigos da Escola Estadual Dona Indá	006.023.940/0001-82
Parceria	17011	Viabilizar tratamento e acompanhamento a 20 dependentes químicos, residentes em Passos - MG.	08/05/2007	44.320	11.517	Associação Civil para Manutenção dos Trabalhos do Programa Justiça Cidadã.	007.464.396/0001-77
Parceria	17030	Criação de um acervo na área social contendo materiais de educação à distância voltados para assuntos como informática, base pública de dados, geração de renda e tecnologia populares e, ainda, vídeos, textos e outros materiais de interesse dos 27 COEPS estaduais, 25 COEPS municipais, organizações e comunidades beneficiadas.	13/04/2007	573.218	50.000	Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos Coppetec	072.060.999/0001-75
Parceria	17034	Promover a inclusão digital e capacitação profissional na área de informática com foco para o mercado de trabalho de 400 pessoas com deficiência física, mental, auditiva, idosos e pessoas de baixa renda da cidade de São Paulo - SP. (Doação ?)	14/06/2007	82.000	54.667	Instituto Efort de Ação Social, Cultura, Educação e Desenvolvimento em Energia, Informática, Meio Ambiente	004.623.800/0001-10
Parceria	17037	Promover a musicalização através de oficinas de música para 30 crianças e adolescentes dos bairros de Pompéia, Taquaril, Saudade, Paraíso e Vera Cruz - MG.	08/05/2007	50.760	14.620	Fundação Cultura do Espírito	002.648.514/0001-83

Tipo	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos	Objeto da Avença	Data de Publicação no DOU	Valor Total Pactuado (R\$)	Valor Total Recebido / Transferido (R\$)	Beneficiário (Razão Social)	Beneficiário (CNPJ)
Parceria	17042	Desenvolver programa de fortificação da água potável com ferro e vitamina 'C' para redução da desnutrição e da anemia ferropriva em 8.500 crianças em Belo Horizonte - MG e Belford Roxo - RJ.	29/05/2007	254.017	126.119	Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa - Fundep	018.720.938/0001-41
Parceria	17050	Formar, capacitar e atualizar profissionais que atuam em programas sociais desenvolvidos por organizações e empresas associadas ao COEP, através de curso de extensão em gestão e acompanhamento de projetos e iniciativas sociais.	17/07/2007	100.000	40.000	Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos Coppetec	072.060.999/0001-75
Parceria	17093	O projeto visa fazer integração social, resgate de aprendizagem e cidadania, através da formação de uma orquestra de flautas e de um coral.	22/06/2007	44.000	26.578	Educandário Social Lar de Frei Luiz	033.760.398/0001-13
Parceria	17146	Implantação e gestão de 50 telecentros comunitários de software livre nas comunidades do milênio e do Programa Luz para Todos, capacitando 350 multiplicadores nos conteúdos básicos de informática e internet.	11/05/2007	573.218	179.928	Sociedade Digital	004.620.929/0001-74
Parceria	17152	Oportunizar a prática do voleibol a crianças e adolescentes, prioritariamente em situação de risco social, beneficiando um total de 100 jovens, matriculados na rede pública de ensino, com idade de 08 a 13 anos.	09/08/2007	41.625	22.673	Federação Matogrossense de Voleibol - FMTV	014.936.603/0001-04
Parceria	17195	O projeto tem por objetivo elevar a qualidade da produção artesanal de grupos oriundos de comunidades do Estado do Rio de Janeiro que já desenvolvam trabalhos baseados em técnicas minimamente estruturadas.	24/07/2007	99.700	24.925	ATOAR - Associação Para o Desenvolvimento Humano e Social	008.069.542/0001-22
Parceria	17196	Organização de um grupo cultural para jovens em situação de vulnerabilidade, qualificando-os para a geração de renda, através de atividades artísticas.	26/07/2007	96.514	52.195	Instituto Trabalho e Cidadania	004.361.913/0001-94
Parceria	17267	O projeto é composto por 2 objetivos: O primeiro destina-se à formação artística de jovens das Comunidades do Morro Santa Marta e do Morro da Formiga; o segundo objetivo é capacitar 2 jovens para o exercício de atividade regular remunerada.	12/07/2007	95.120	45.000	CDPDRJ Centro de Documentação em Dança do Rio de Janeiro	005.320.592/0001-42
Parceria	17268	O projeto tem o objetivo de realizar oficinas de arte-educação e atividades pedagógicas de alfabetização, leitura e acompanhamento escolar, para crianças de 6 a 11 anos, estudantes da rede pública de ensino.	03/08/2007	103.960	16.490	Associação Querubins	003.396.776/0001-60

Tipo	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos	Objeto da Avença	Data de Publicação no DOU	Valor Total Pactuado (R\$)	Valor Total Recebido / Transferido (R\$)	Beneficiário (Razão Social)	Beneficiário (CNPJ)
Parceria	17309	Promover oficinas de marcenaria com o objetivo de desenvolver cadeira especial para atividades exercidas no chão, como leitura, educação física e jogos, visando atender 150 crianças com deficiência física tais como, paralisia cerebral, doenças degenerativas, síndrome de down, entre outras, na cidade de Belo Horizonte - MG.	10/08/2007	97.000	14.750	Instituto Noisinho da Silva	005.872.278/0001-72
Parceria	17382	Usar a função social do esporte enquanto provedor educacional e de valores úteis à vida. Serão implantadas escolas de introdução e aperfeiçoamento das 4 lutas olímpicas (judô, tae kwon do, boxe e luta olímpica), indo além da mera formação de atletas, se preocupando, também, em formar homens e mulheres de bem, evidenciando signos da cultura de paz.	14/08/2007	101.930	52.423	Associação Brasileira de Desenvolvimento Humano	005.494.322/0001-58
Parceria	17383	Inclusão social através de aulas judô com ensinamentos de sua filosofia e técnicas em busca da valorização da auto estima, respeito e educação.	24/08/2007	32.400	12.300	Associação Amigos do Judô - Mogi das Cruzes	003.885.846/0001-44
Voluntariado	17460	Elevar a qualidade de produção artesanal do grupo "Tecer e Crescer" e capacitar 15 mulheres de baixa renda do bairro Nossa Senhora de Fátima - MG, em trabalhos artesanais do tear, visando à comercialização dos produtos e à criação de uma cooperativa.	19/09/2007	34.940	17.470	Associação MultiRecreativa do Bairro Nossa Senhora de Fátima	007.688.219/0001-74
Parceria	17461	Criar atividades complementares ao período escola, motivando para uma ação educativa por meio da informática. Oferecendo-lhes perspectivas de um futuro melhor.	14/07/2008	59.600	31.500	Agência de Desenvolvimento Sustentável de Castelo	007.617.768/0001-58
Parceria	17463	Formar centros de Educação Musical e Artística que ofereçam ensino gratuito de música para 50 crianças e adolescentes, preferencialmente de baixa renda e em situação de risco, afastando-as da situação de risco social, na Chapada dos Guimarães - Cuiabá - MT.	04/09/2007	85.000	63.750	Projeto Ciranda Música e Cidadania	005.527.180/0001-88
Parceria	17464	Alfabetizar 1.750 jovens e adultos trabalhadores, através de 70 turmas localizadas em comunidades de baixa renda nos municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, Itaboraí, Nova Iguaçu, São Gonçalo, São João de Meriti e Rio de Janeiro.	05/09/2007	97.200	27.770	Centro Ativo de Programas Sociais	003.638.124/0001-95
Contribuição	17468	Recursos para aquisição de material escolar	27/12/2007	1.500	1.500	Associação Clube de Mães e Voluntárias	007.457.647/0001-96

Tipo	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos	Objeto da Avença	Data de Publicação no DOU	Valor Total Pactuado (R\$)	Valor Total Recebido / Transferido (R\$)	Beneficiário (Razão Social)	Beneficiário (CNPJ)
Contribuição	17480	Recursos para aquisição de máquinas de costura, equipamentos e materiais de consumo para execução do curso de modelagem, corte e costura.	14/01/2008	35.283	35.283	Prefeitura Municipal de Itauçu	000.167.437/0001-14
Contribuição	17485	Recursos para aquisição de equipamentos para o Centro de Terapia Intensiva e para o Berçário.	21/02/2008	50.000	50.000	Santa Casa de Misericórdia de Cachoeiro de Itapemirim	027.187.087/0001-04
Contribuição	17487	Recursos para aquisição de equipamentos, materiais de consumo, móveis e utensílios para o projeto Cozinha da Urgência Comunitária	21/11/2007	19.970	19.970	Associação Dona Durvalina Teixeira Rosa	050.215.607/0001-67
Parceria	17534	Inclusão digital de 90 crianças, adolescentes e seus familiares atendidos no CREAARTE.	15/01/2008	28.220	25.634	Centro de Reabilitação do Instituto Anna Freud	000.833.214/0001-49
Parceria	17537	Promover a capacitação em informática para 100 indivíduos portadores de deficiências - física, auditiva e hemofílica - que vivem em situação de vulnerabilidade social em torno do bairro Sampaio do Rio de Janeiro.	05/11/2007	92.113	76.519	Espaço, Cidadania e Oportunidades Sociais	002.539.959/0001-25
Contribuição	17546	Recursos para construção de rampa para acesso ao 2º piso	18/12/2007	10.089	10.089	Abrigo Doce Morada	000.462.017/0001-60
Contribuição	17548	Recursos para construção de 2 salas para oficina profissionalizante e informática	28/08/2008	30.000	30.000	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais	041.774.175/0001-33
Evento	17615	Recursos para realização do XII Seminário Nacional de Educação Comunitária e o VII Encontro Nacional de Diretores da CNEC.	15/09/2008	100.000	100.000	Campanha Nacional de Escolas da Comunidade	033.621.384/0001-19
Evento	17637	Realização do evento 9º Prêmio ABRASCA ao Melhor Relatório Anual de 2006.	19/12/2007	10.000	10.000	Associação Brasileira das Companhias Abertas	043.218.569/0001-30
Evento	17656	Realização do evento I Encontro de Cinema Negro Brasil/África	18/01/2008	25.000	25.000	Centro de Apoio ao Desenvolvimento	002.593.213/0001-08
Contribuição	17657	Recursos para substituição do sistema de iluminação	10/03/2008	28.000	28.000	Associação Fluminense de Reabilitação	030.139.950/0001-62
Evento	17661	Realização do evento Prêmio Nacional da Qualidade	14/05/2008	100.000	100.000	Fundação Nacional da Qualidade	067.145.383/0001-67
Contribuição	17664	Recursos para aquisição de brinquedos para parquinho pré-escolar, construção da área do parquinho e aquisição de microcomputador .	10/03/2008	5.000	5.000	Fraternidade Assistencial Cristã	030.478.267/0001-50
Contribuição	17665	Recursos para aquisição de móveis, eletroeletrônicos e equipamentos para a enfermaria de clínica médica do Hospital das Clínicas de Goiânia.	10/03/2008	28.000	28.000	Hospital das Clínicas/UFG	001.567.601/0002-24

Tipo	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos	Objeto da Avença	Data de Publicação no DOU	Valor Total Pactuado (R\$)	Valor Total Recebido / Transferido (R\$)	Beneficiário (Razão Social)	Beneficiário (CNPJ)
Evento	17677	Realização do V Seminário Internacional de Sustentabilidade e Integração Latino Americana da Amazônia e VI Prêmio Ecoturismo e Agroenergias Renováveis.	18/02/2008	50.000	50.000	H. J. Publicidade e Promoções Ltda	015.843.303/0001-43
Contribuição	17678	Recursos para a aquisição de 1.200 m² de piso e argamassa	03/07/2008	15.000	15.000	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jetibá	003.258.716/0001-81
Contribuição	17680	Recursos para aquisição de equipamentos para o Setor de Fisioterapia, Fonaudiologia, Pedagogia e para as instalações da Entidade.	04/08/2008	28.000	28.000	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Lorena	051.785.590/0001-46
Contribuição	17683	Recursos para aquisição de materiais para a reforma da estrutura física de um dos pavilhões da entidade.	06/02/2008	28.000	28.000	Casa Transitória André Luiz	045.284.353/0001-07
Contribuição	17684	Recursos para aquisição de equipamentos/eletrônicos (aparelho de TV, ventiladores de teto, nebulizadores, FAX e desfibrilador cardíaco) e mobiliário (poltronas, cadeiras, mesas para refeitório, camas hospitalares, cadeiras de rodas e cadeiras de banho).	11/01/2008	28.000	28.000	Instituto Sul Capixaba de Atenção à Saúde	006.040.402/0001-04
Contribuição	17690	Recursos para aquisição de material de consumo para consultório odontológico.	21/02/2008	18.000	18.000	Fundação Ministério Comunidade Cristã	002.207.877/0001-83
Contribuição	17702	Recursos para construção do refeitório; pintura do Centro de Atividades; colocação da Cobertura do Terraço, compra de freezer, purificador de água e móveis para o escritório.	06/02/2008	26.128	26.128	Centro de Atividades Comunitárias Esperança do Futuro	031.925.936/0001-57
Contribuição	17703	Recursos para compra de um resfriador de leite	10/03/2008	28.000	28.000	Associação dos Produtores Rurais da Com. de Santa Rosa de Goiás	002.096.608/0001-97
Parceria	17705	Capacitar 90 mulheres da comunidade na produção de alimentos enriquecidos com proteínas vegetais especialmente à base de soja e com aproveitamento integral da safra. Dentre essas, 8 mulheres serão capacitadas em aprendizes de Cozinha Natural para geração de renda.	19/02/2008	65.496	37.368	Alecrim Cultural & Saúde	004.972.699/0001-02
Parceria	17708	Oferecer apoio pedagógico e orientação educacional visando o resgate da cidadania.	11/02/2008	100.000	100.000	Associação Beneficente Rio Criança Cidadã	073.759.979/0001-50
Contribuição	17709	Recursos para compra de cestas básicas, fraldas geriátricas e 2 cadeiras de rodas	21/02/2008	19.250	19.250	Associação de Paralisia Cerebral do Brasil	031.248.750/0001-00
Parceria	17710	Contribuir para o fortalecimento dos conselhos tutelares da cidade do Rio de Janeiro, através de seminários e produção de informações, beneficiando assim cerca de 10.000 crianças e adolescentes.	11/02/2008	100.000	100.000	Fundação Fé e Alegria do Brasil	046.250.411/0004-89

Tipo	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos	Objeto da Avença	Data de Publicação no DOU	Valor Total Pactuado (R\$)	Valor Total Recebido / Transferido (R\$)	Beneficiário (Razão Social)	Beneficiário (CNPJ)
Parceria	17711	Visa realizar atividades psicomotoras e sócio-educativas para crianças e adolescentes de 0 a 18 anos em sua maioria de baixa renda, portadoras de necessidades especiais. Sendo assim, garantirá melhoria na qualidade de vida das crianças, adolescentes e de seus familiares.	19/02/2008	80.940	70.700	Obra Social Dona Meca	004.524.568/0001-62
Parceria	17712	Proporcionar educação básica e ensino fundamental para 300 crianças e adolescentes, da comunidade de Belford Roxo e adjacências, oferecendo também atividades extra-curricular como oficinas de reforço escolar, de praticas esportivas e culturais.	19/02/2008	100.000	84.624	Escola Comunitária Suely Marques	004.028.147/0001-40
Contribuição	17713	Recursos para o término da construção do primeiro módulo da sede própria.	23/01/2008	28.000	28.000	Associação Assistencial Meimei	006.078.484/0001-78
Parceria	17715	Visa promover a prática de esporte (natação) para deficientes físicos e mentais oportunizando a inclusão social dos mesmos.	19/02/2008	89.000	76.316	Sociedade Síndrome de Down	004.030.287/0001-53
Contribuição	17716	Recursos para compra de um imóvel residencial na cidade de Barretos/SP.	24/06/2008	28.000	28.000	Associação Voluntária de Combate ao Câncer de Palmares Pta	008.329.654/0001-75
Parceria	17717	Solicita recursos para manutenção do projeto Cavalgando Com Cidadania, que visa através da equoterapia trabalhar o desenvolvimento físico-psiquico-social das pessoas portadoras de deficiência.	10/07/2008	100.000	40.955	Associação de Integração de Deficientes Físicos	002.454.295/0001-00
Contribuição	17718	Recursos para compra de brinquedos destinados à montagem de um play-ground.	06/02/2008	14.000	14.000	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cachoeira Paulista	048.276.786/0001-09
Contribuição	17719	Recursos para compra de equipamentos e materiais destinados ao curso de Corte e Costura	21/02/2008	16.230	16.065	Fundação Municipal Grace Machado	000.027.730/0001-86
Contribuição	17721	Recursos para conclusão da obra do Centro Comunitário Multimistura	21/02/2008	19.890	19.681	Centro Comunitário São Paulo Apostolo	019.111.673/0001-47
Contribuição	17725	Recursos para compra de computadores, impressoras, mesas e cadeiras para montagem de uma sala de informática.	19/03/2008	20.000	20.000	Centro de Desenvolvimento e Integração Social da Criança	004.456.594/0001-09
Contribuição	17726	Recursos para compra de material de construção e pagamento de mão de obra para expansão do imóvel utilizado pelo projeto Meninas Moças	11/06/2008	28.000	28.000	Comunidade Rural Casa do Caminho	028.459.667/0001-76
Contribuição	17727	Recursos para pagamento da mão de obra que executará a construção do espaço físico onde será desenvolvido o Projeto Brincando com Anjos.	19/03/2008	4.500	4.500	Lar de Apoio a Criança e ao Adolescente	004.274.350/0001-05

Tipo	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos	Objeto da Avença	Data de Publicação no DOU	Valor Total Pactuado (R\$)	Valor Total Recebido / Transferido (R\$)	Beneficiário (Razão Social)	Beneficiário (CNPJ)
Contribuição	17728	Recursos para o projeto de restauro da Capela Nossa Senhora da Penha, visando à reforma do piso	21/02/2008	28.000	28.000	Mitra Diocesana de Guaxupé	020.775.128/0008-00
Contribuição	17729	Recursos para compra de material destinados aos cursos de capacitação em informática e culinária, ministrados pela instituição para a comunidade.	15/04/2008	24.500	24.500	Mitra Diocesana de Guaxupé	020.775.128/0008-00
Contribuição	17734	Recursos para compra de máquinas e equipamentos para a instalação da Agroindústria de Embutidos e Defumados de Produtos Carneos.	07/08/2008	28.000	28.000	Associação de Produtores Rurais Familiares Unidos do Rosário	007.423.810/0001-08
Contribuição	17735	Recursos para aquisição de materiais de construção para a reforma na Clínica Pró+Vida	08/10/2008	28.000	28.000	Instituto Pró+Vida São Sebastião	049.263.528/0001-42
Contribuição	17737	Recursos para compra de materiais de construção e pagamento de mão-de-obra, destinados ao prosseguimento a obra de construção da sede	02/09/2008	28.000	28.000	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cruzília	017.408.865/0001-94
Contribuição	17738	Recursos para compra de material destinado à construção da sede da Associação dos Moradores.	27/02/2008	28.000	28.000	Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional Francisco Bustamante	005.482.033/0001-39
Contribuição	17739	Recursos para compra de uma máquina de confecção de fraldas, uma geladeira comercial, colchões, kit de lençóis, cobertores, televisão, aparelho de DVD e materiais pedagógico (jogos educativos lúdicos).	11/06/2008	3.749	3.749	Prefeitura Municipal de Itapuranga	001.146.604/0001-03
Contribuição	17739	Recursos para compra de uma máquina de confecção de fraldas, uma geladeira comercial, colchões, kit de lençóis, cobertores, televisão, aparelho de DVD e materiais pedagógico (jogos educativos lúdicos).	11/06/2008	8.000	8.000	Prefeitura Municipal de Itapuranga	001.146.604/0001-03
Contribuição	17740	Recursos para construção de centro de apoio aos idosos, no intuito de fomentar encontros, palestras, lazer e confecções de trabalhos artesanais.	08/04/2008	28.000	28.000	Prefeitura Municipal de Itapuranga	001.146.604/0001-03
Contribuição	17741	Recursos para compra de equipamentos para sala de fisioterapia e mobiliário escolar adaptado para deficientes físicos.	12/05/2008	28.000	28.000	Associação Crianças Especiais de Santa Branca Antonio Narvaes	005.093.351/0001-08
Contribuição	17742	Recursos para construção de um refeitório e término da quadra de esporte.	31/03/2008	22.000	22.000	Escola Municipal Francisco Ferreira de Melo	000.686.001/0001-31
Contribuição	17743	Recursos para compra de computadores, impressora copiadora multifuncional e 1 data show	06/02/2008	22.000	21.830	ONG - Instituto Vitória Régia	008.720.325/0001-50
Contribuição	17744	Recursos para construção da sede própria da Associação dos Diabéticos	14/03/2008	28.000	28.000	Prefeitura Municipal de Itapuranga	001.146.604/0001-03

Tipo	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos	Objeto da Avença	Data de Publicação no DOU	Valor Total Pactuado (R\$)	Valor Total Recebido / Transferido (R\$)	Beneficiário (Razão Social)	Beneficiário (CNPJ)
Contribuição	17750	Recursos para compra de material destinado à construção da sede própria.	03/04/2008	25.000	25.000	Colônia de Pescadores Z-02 de Cachoeira Dourada	008.432.112/0001-23
Contribuição	17754	Recursos para compra de material destinado às atividades esportivas e de teatro, desenvolvidas pela Associação com as crianças e adolescentes da comunidade do Distrito de Simplício - RJ.	31/03/2008	20.000	20.000	Associação de Moradores e Desenvolvimento Comunitário no Terceiro Distrito de Sapucaia	002.902.498/0001-03
Parceria	17759	Capacitar em jardinagem 30 jovens de ambos sexos, promovendo o desenvolvimento pessoal e social, juntamente com a conservação e proteção do meio ambiente, através da preparação para a inserção produtiva no mercado de trabalho.	19/02/2008	70.000	70.000	Associação dos Amigos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro e Laboratório Social	030.114.011/0001-63
Parceria	17761	Recursos para implantação do Núcleo de Memória Audiovisual do Projeto Manguerê - Ponto de Cultura.	26/03/2008	49.880	49.880	Centro Cultural Caieiras	003.919.681/0001-84
Evento	17768	Realização do Seminário de Direito Ambiental	31/03/2008	5.200	5.200	Instituto de Estudos dos Direitos Humanos e do Meio Ambiente	007.704.451/0001-59
Parceria	17850	O projeto pretende coordenar atividades sócio recreativas e culturais, de qualificação profissional e os programas de saúde, desenvolvidos no Centro Comunitário de São José.	31/03/2008	36.417	21.927	Centro Comunitário Vila Santa Tereza	073.794.125/0001-04
Evento	17928	Participação de FURNAS como empresa patrocinadora do VI Simpósio Brasileiro sobre Pequenas e Médias Hidrelétricas	28/05/2008	50.000	50.000	Comitê Brasileiro de Barragens	042.334.193/0001-67
Evento	17929	Recursos financeiros para realização do V WORKSPOT - International Workshop on Power Tranformes	16/07/2008	9.000	9.000	Comitê Nacional Brasileiro de Produção e Transmissão de Energia Elétrica-Cigré-Brasil	030.033.823/0001-84
Institucional	17951	Elaboração dos Projetos Executivos para as obras de saneamento básico, compreendendo prioritariamente o sistema de esgotamento sanitário, em 52 municípios da bacia hidrográfica do Lago de Furnas, constantes do item 4 do Plano de Trabalho.	08/05/2008	3.960.610	105.125	Associação dos Municípios do Lago de Furnas	019.093.137/0001-66
Evento	17956	Promover a integração entre fabricantes de equipamentos, universidades, centros de pesquisas e empresas do setor elétrico a partir da apresentação de trabalhos científicos, palestras, mesas redondas e exposições, além de conferências proferidas por profissionais qualificados.	26/06/2008	50.000	50.000	Fundação Empresarial Christiano Otoni	018.218.909/0001-86

Tipo	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos	Objeto da Avença	Data de Publicação no DOU	Valor Total Pactuado (R\$)	Valor Total Recebido / Transferido (R\$)	Beneficiário (Razão Social)	Beneficiário (CNPJ)
Evento	18019	** Seminário Conservando Energia para o Futuro ** Será realizado no Centro de convenções Sul América, contribuindo para sensibilizar os consumidores para a importância do aumento da eficiência energética e da conservação de energia em todos os locais e em todos os níveis.	14/07/2008	30.000	30.000	Instituto Cultural de Eco-Desenvolvimento Nacional	006.288.069/0001-49
Parceria	18020	Projeto Esporte para Todos - Ginástica Artística	14/07/2008	48.000	48.000	Qualidade de Vida Qualivida	005.537.339/0001-45
Evento	18029	Apresentar o cenário projetado da oferta e do consumo de energia até o ano 2030, com ênfase na mudança das participações relativas dos diferentes energéticos utilizados na geração elétrica.	08/10/2008	20.000	20.000	Associação Brasileira de Engenheiros Eletricistas	042.408.831/0001-47
Evento	18030	O evento será realizado nos dias 15 e 16 de maio de 2008, reunindo uma média de 400 pessoas por edição, oferecendo proximadamente 18 horas de palestras.	07/07/2008	15.000	15.000	GRUPISA RIO - Grupo de Permuta de Informações Salariais do Estado do Rio de Janeiro	040.406.266/0001-53
Evento	18031	Recursos financeiros para realização do I Encontro Goiano do meio Ambiente - Magistratura e Ministério Público - uma visão conjunta para a comunidade. O objetivo do evento é discutir a relevância do meio ambiente no aspecto social, jurídico e econômico, com nomes de grande destaque na área jurídica.	26/06/2008	40.000	39.438	Associação Goiana do Ministério Público	002.220.135/0001-98
Evento	18032	Recursos para realização do 5º Congresso Nacional de Meio Ambiente de Poços de Caldas.	03/07/2008	25.000	25.000	GSC Eventos Especiais Ltda	019.111.913/0001-03
Evento	18033	Recursos financeiros para realização do V Congresso Brasileiro de Eficiência Energética, que é o maior evento Brasileiro voltado ao tema.	26/06/2008	25.000	25.000	Associação Brasileira das Empresas de Serviços de Conservação de Energia	002.247.352/0001-71
Evento	18044	Recursos para realização do Prêmio Atitude Sustentável 2008.	14/07/2008	50.000	50.000	Câmara de Comércio e Indústria do Estado do Rio de Janeiro	029.521.473/0001-16
Evento	18045	Recurso financeiros para realização do IX Seminário Técnico de Proteção e Controle - STPC	04/07/2008	50.000	50.000	Comitê Nacional Brasileiro de Produção e Transmissão de Energia Elétrica - Cigré-Brasil	030.033.823/0001-84
Evento	18046	Recursos financeiros para realização do II Seminário de Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Alto Tocantins que terá como tema central a gestão dos recursos hídricos e a interface com os empreendimentos hidrelétricos da Bacia do Tocantins- Araguaia, em especial do alto Tocantins.	03/07/2008	40.000	40.000	Agência Brasileira de Meio Ambiente e Tecnologia da Informação	002.898.300/0001-65
Evento	18047	Realização do Evento (Visão de Futuro - Um Novo Olhar Sobre a Gestão de Negócio)	25/07/2008	40.000	39.642	Comitê Brasileiro da Qualidade - ABNT/CB-25	033.402.892/0001-06

Tipo	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos	Objeto da Avença	Data de Publicação no DOU	Valor Total Pactuado (R\$)	Valor Total Recebido / Transferido (R\$)	Beneficiário (Razão Social)	Beneficiário (CNPJ)
Evento	18054	Recursos _ 8º Oeste Export - Encontro Internacional de Desenvolvimento e Comércio Exterior do Estado do Rio de Janeiro, a realizar-se no período de 11 ao dia 14 de junho de 2008, na cidade do Rio de Janeiro/RJ.	14/07/2008	30.000	30.000	Centro de Desenvolvimento - Associação Centro Cultural Moacyr Bastos	040.448.953/0001-31
Evento	18055	Recurso para realização do Congresso Brasileiro das Carreiras Jurídicas de Estado	07/07/2008	100.000	100.000	Aplauso Organização de Eventos Ltda.	037.986.239/0001-92
Evento	18056	Apoio financeiro para realização do XXXIV Forum Nacional de Secretários Estaduais do Planejamento. Que será realizado nos dias 12 e 13 de Junho, com o objetivo de reunir Secretários Estaduais do Planejamento de todo País para discussões de diversos temas.	21/08/2008	30.000	30.000	Conselho Nacional de Secretários Estaduais do Planejamento.	008.768.532/0001-85
Evento	18057	Recursos financeiro para realização da EXPOVEL 2008, evento que envolve o agronegócio em todas as suas variedades e vertentes.	21/08/2008	150.000	150.000	Associação dos Produtores Rurais de Porto Velho	003.792.684/0001-08
Evento	18058	Recursos financeiros para realização do Simpósio 2008 da Seção Latino-Americana da America Nuclear Society, que tem como tema central a reativação da construção de usinas nucleares na América Latina e abordará, entre outros sub temas: A matriz energética nos países Latino Americanos e A contribuição nuclear e O progresso na demonstração e implantação das centrais nucleares de nova geração	25/07/2008	30.000	30.000	TDN Eventos Feiras e Promoções Ltda.	035.807.916/0001-32
Parceria	18075	Implementar oficinas culturais com atividades circenses para crianças e adolescentes	03/07/2008	94.000	94.000	Centro Interativo de Circo	005.544.438/0001-54
Evento	18104	Recursos financeiros para realização do I Congresso Internacional de Energia e Inclusão Social entre entidades do terceiro setor, lideranças comunitárias, setor acadêmicos e governantes em todos os níveis: E lançamento da ADE-BRASIL.	16/07/2008	50.000	50.000	Associação Direito a Energia - Brasil	008.643.403/0001-60
Parceria	18118	Oficina de elaboração de fantasias e curso de percussão. Projeto de Oficinas de Percussão e Adereços - fantasias.	29/07/2008	174.880	174.880	Grêmio Recreativo Escola de Samba São Clemente	042.582.437/0001-20
Evento	18119	Recursos financeiros para realização do XII Congresso Brasileiro de Ficologia	08/08/2008	43.500	29.462	Sociedade Brasileira de Ficologia	050.996.933/0001-59
Evento	18120	Recursos financeiros para realização do evento "Furnas Novos Talentos" busca realizar 30 apresentações de artista renomados e, novos valores, dos principais centros acadêmicos da cidade e 30 palestras com projeção e áudio. Somente relacionado à música clássica.	16/07/2008	292.770	292.770	Timbales Produções Culturais e Artísticas Ltda	009.476.638/0001-78

Tipo	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos	Objeto da Avença	Data de Publicação no DOU	Valor Total Pactuado (R\$)	Valor Total Recebido / Transferido (R\$)	Beneficiário (Razão Social)	Beneficiário (CNPJ)
Parceria	18121	Capacitar trabalhadores(as) através de atividades de educação profissional, de forma que os participantes desenvolvam competências básicas para o trabalho e habilidades para o manuseio de máquinas e equipamentos de corte, costura e acabamento, resultado em grupos produtivos capazes de se conduzir autonomamente na geração de renda e na própria inserção social.	28/07/2008	100.000	47.670	Instituto Yara Tupinambá	022.644.074/0001-01
Parceria	18122	O projeto visa oferecer oficinas capacitadoras para a criação de cadeirinhas de cirandas, que servem para a locomoção de crianças com deficiência física. Essa iniciativa possibilitará a geração de trabalho e renda pois doará todas as cadeiras produzidas para a renda e ensinará uma nova profissão aos trabalhadores que se encontram desempregados.	28/07/2008	346.180	242.360	Instituto Noisinho da Silva	005.872.278/0001-72
Parceria	18124	Capacitação de 80 Jovens, de ambos sexos, oriundos de famílias de baixa renda, que estejam matriculados e frequentando o ensino médio, para a inserção profissional como Auxiliares de Restaurantes (cozinheiros, garçom e afins).	28/07/2008	114.056	88.490	Instituto de Promoção do Desenvolvimento local Integrado e da Cooperação Sustentável - IDEAL	007.747.232/0001-57
Evento	18150	Recursos _ Reunião Anual da IEC, a realizar-se em outubro de 2008, na cidade de São Paulo/SP.	04/09/2008	50.000	49.944	Comitê Brasileiro de Eletricidade, Eletrônica, Telecomunicações e Iluminação	005.054.996/0001-31
Evento	18170	Recursos para realização do 50º Congresso Brasileiro do Concreto - IBRACON	15/09/2008	200.000	200.000	Instituto Brasileiro do Concreto	043.367.754/0001-97
Evento	18171	Recursos financeiros para realização do IV Conferência de PCH Mercado e Meio Ambiente que será realizado nos dias 19 e 20 de Agosto de 2008. - é um evento que busca discutir os principais aspectos referentes às pequenas Centrais Hidrelétricas.	07/10/2008	25.000	25.000	Associação Pro Energias Renováveis	006.179.285/0001-56
Evento	18203	O XIV Congresso Brasileiro de Mecânica dos Solos é um evento de caráter técnico-científico, que tem a finalidade de promover o intercâmbio de conhecimentos e experiências entre profissionais de engenharia, pesquisadores e estudantes.	22/09/2008	35.000	35.000	Associação Brasileira de Mecânica dos Solos e Engenharia Geotécnica	058.402.579/0001-07
Evento	18204	Recursos financeiro para realização do IX Congresso Brasileiro de Defesa do Meio Ambiente que será realizado no centro de Convenções Sul América, na cidade do Rio de Janeiro - RJ.	15/09/2008	30.000	29.970	Clube de Engenharia	033.489.469/0001-95

Tipo	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos	Objeto da Avença	Data de Publicação no DOU	Valor Total Pactuado (R\$)	Valor Total Recebido / Transferido (R\$)	Beneficiário (Razão Social)	Beneficiário (CNPJ)
Evento	18247	O XVII Reunião Brasileira de Manejo e Conservação de Solo e da Água é um evento com propósito de reunir pesquisadores preocupados em tratar aspectos relevantes dessa área, como problemas de erosão de solos e suas consequências para degradação dos recursos hídricos.	19/09/2008	50.000	50.000	Sociedade Brasileira de Ciência do Solo	042.137.836/0001-82
Evento	18299	Recursos financeiros para realização do da Associação Brasileira de Concessionárias de Energia Elétrica - ABCE	30/10/2008	25.000	25.000	Associação Brasileira de Concessionária de Energia Elétrica	062.659.891/0001-40
Evento	18303	Recursos financeiros para realização do evento: GROUND'2008 - International Conference on Grounding and Earthing & LPE - International Conference on Lightning Physics and Effects.	18/11/2008	35.000	35.000	Sociedade Brasileira de Proteção Elétrica SB-RAI	003.837.870/0001-08
Evento	18304	Recursos financeiros para realização do XI Simpósio Internacional sobre Tratamento do Tabagismo e VII Simpósio Internacional sobre Álcoll, os eventos será realizados em Novembro/2008.	16/12/2008	15.000	15.000	Associação Brasileira de Estudos do Alcool e outras Doenças	088.173.976/0001-07
Evento	18305	Recursos financeiros para execução do XIV SEPEF - Seminário de Planejamento Econômico-Financeiro do Setor Elétrico, no período de 10 á 12 de novembro de 2008 - é o maior evento de discussão sobre temas econômico-financeiros do Setor de Energia Elétrica Nacional.	02/10/2008	40.000	25.020	Fundação Comitê de Gestão Empresarial - Fundação Coge	002.911.903/0001-50
Evento	18307	Recursos financeiros para realização da cerimônia do Prêmio Qualidade Rio - PQRio	18/12/2008	25.000	25.000	União Brasileira para a Qualidade Seccional Rio de Janeiro	028.254.324/0001-75
Evento	18333	Recursos financeiros para realização do Projeto (COEP - 15 Anos Construindo Caminhos para Mudar o Brasil.), compreende a realização de diversas atividades voltadas para a área social, reforçando a atuação do COEP no últimos 15 anos.	08/10/2008	50.000	50.000	Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos COPPETEC	072.060.999/0001-75
Evento	18334	Recursos financeiros para patrocínio ao evento XXIV ENCONSEL	27/10/2008	120.000	120.000	Associação Brasileira dos Contadores do Setor de Energia Elétrica	003.635.356/0001-90
Evento	18352	Recursos financeiros para realização do evento ((Prêmio Inovar para Crescer)), que visa despertar o interesse de jovens para as áreas de ciência, tecnologia e inovação, com vistas ao desenvolvimento das idéias e inovações tecnológicas, premiando os destaques e apoiando projetos que possam vir a se transformar em bons negócios.	14/11/2008	50.000	50.000	Associação Comercial do Rio de Janeiro	033.611.617/0001-00

Tipo	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos	Objeto da Avença	Data de Publicação no DOU	Valor Total Pactuado (R\$)	Valor Total Recebido / Transferido (R\$)	Beneficiário (Razão Social)	Beneficiário (CNPJ)
Evento	18353	XII Congresso Brasileiro de Energia - XII CBE, cujo tema será desafios do setor energético, este evento é considerado pela comunidade energética como sendo o mais importante congresso do setor.	04/11/2008	50.000	50.000	Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos Coppetec	072.060.999/0001-75
Evento	18372	Recursos para realização do Prêmio Atitude Carioca 2008.	11/11/2008	50.000	50.000	Câmara de Comércio e Indústria do Estado do Rio de Janeiro	029.521.473/0001-16
Evento	18373	Recursos para realização do 23º Seminário Nacional de Grandes Barragens e da 77 Reunião Anual da ICOLD (Comissão Internacional de Grandes Barragens)	20/11/2008	200.000	200.000	Comitê Brasileiro de Barragens	042.334.193/0001-67
Evento	18379	Recursos financeiros para realização do II Simpósio de Recursos Hídricos do Sul-Sudeste	26/11/2008	30.000	30.000	Associação Brasileira de Recursos Hídricos	029.969.193/0001-75
Evento	18396	Patrocínio para realização do evento VII Simpósio Nacional de Recuperação de Áreas Degradadas	03/12/2008	30.000	30.000	Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná	075.045.104/0001-11
Evento	18397	Prêmio Mineiro de Qualidade - PMQ tem como objetivo aumentar a qualidade e a competitividade das empresas e organizações de nosso estado por meio de um processo de premiação que avalia as suas práticas de gestão em relação ao referencial (Rumo à Excelência).	05/11/2008	30.000	30.000	Instituto Qualidade Minas	005.093.424/0001-61
Contribuição	18402	Recursos para compra de materiais de construção para reforma e ampliação da creche	18/12/2008	28.000	28.000	Creche Comunitária Hipólita Teresa Eranci	006.123.049/0001-18
Evento	18453	Patrocínio para o evento X EDAO - X Encontro para Debates de Assuntos de Operação	12/12/2008	70.000	70.000	Comitê Nacional Brasileiro de Produção e Transmissão de Energia Elétrica - Cigré-Brasil	030.033.823/0001-84
Evento	18472	Recursos financeiros para realização da Cerimônia do Prêmio Nacional da Qualidade (PNQ), da qual participam importantes autoridades governamentais, é um dos eventos mais prestigiados da FNQ, sendo o momento em que as organizações vencedoras e finalistas obtêm o reconhecimento máximo.	23/12/2008	50.000	50.000	Fundação Nacional da Qualidade	067.145.383/0001-67
Total				12.925.978	6.355.311		

6. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA

a) Identificação da Entidade

Nome:

Real Grandeza – Fundação de Previdência e Assistência Social

CNPJ:

34.269.803/0001-68

b) Demonstrativo Anual

I. Valor total da folha de pagamento dos empregados participantes

R\$ 731.796.931,40 *

* Informação fornecida pela Área de Recursos Humanos de FURNAS.

II. Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes

Plano	Valor (R\$)
Benefício Definido (BD)	27.203.720,18
Contribuição Definida (CD)	12.056.892,84
Total	39.260.613,02

III. Valor total das contribuições pagas pela Patrocinadora

Plano	Valor (R\$)
Benefício Definido (BD)	41.877.749,82
Contribuição Definida (CD)	11.748.744,07
Total	53.626.493,89

IV. Valor total de outros recursos repassados pela Patrocinadora

R\$ 273.490.854,37

V. Repasse de recursos que não sejam contribuições

Discriminação	Valor (R\$)
Reconhecimento e Consolidação de Dívidas	221.050.091,50
Aluguel de edificações na Rua Real Grandeza, 219 (Blocos A, B e C)	27.678.473,59
Custeio Administrativo	24.762.289,28
Total	273.490.854,37

VI. Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal

Os recursos garantidores são aplicados com base nas diretrizes emanadas pela Resolução CMN nº 3.456, de 1 de junho de 2007.

Investimentos da FRG em 31.12.2008:

Plano de Benefício Definido (BD)

Segmento	Valor (R\$)	Participação (%)	
		Plano	Total
Renda Fixa	4.453.498.851	77,25	74,33
Renda Variável	856.500.455	14,86	14,30
Imóveis	216.552.867	3,76	3,61
Empréstimos a Participantes	238.293.134	4,13	3,98
Total do Plano BD	5.764.845.307	100,00	96,22

Plano de Contribuição Definida (CD)			
Segmento	Valor (R\$)	Participação (%)	
		Plano	Total
Renda Fixa	76.996.278	69,77	1,29
Renda Variável	24.095.478	21,83	0,40
Empréstimos a Participantes	9.269.064	8,40	0,15
Total do Plano CD	110.360.820	100,00	1,84

Fundos Assistenciais (FA)			
Segmento	Valor (R\$)	Participação (%)	
		Plano	Total
Renda Fixa	108.431.556	99,73	1,81
Empréstimos a Participantes	289.394	0,27	0,00
Total dos Fundos Assistenciais	108.720.950	100,00	1,81
Investimento Total da FRG	5.991.147.594		

Rentabilidade dos Investimentos

Em 2008, os investimentos dos Planos BD e CD, da FRG, apresentaram rentabilidades de 2,25% e de 0,27%, respectivamente, fazendo com que a rentabilidade global da entidade encerrasse o ano em 2,39%. Os baixos retornos registrados foram decorrentes da crise econômica internacional, que provocou retração da liquidez nos mercados e do nível de crédito nas economias. Como consequência desses fatos, a Bolsa de Valores apresentou desvalorização, medida pelo Ibovespa, de 41,22%, a maior desde o início do Plano Real, o que impactou, negativamente, os resultados das Carteiras de Renda Variável da FRG. O comportamento das taxas de juros reais também contribuiu para os resultados registrados no período em análise, apresentando elevação, fazendo com que as Carteiras de Renda Fixa registrassem rentabilidades inferiores às de 2007.

Ressaltamos, ainda, que o Fundo Assistencial, composto por recursos do plano de saúde gerido pela FRG, registrou, no ano, rentabilidade de 13,66%. Este resultado decorre da não existência de recursos aplicados em Renda Variável.

Em 2008, por recomendação do Conselho Fiscal da FRG, o Comitê de Investimentos aprovou a criação de fundo de investimento próprio para os recursos do Programa Administrativo, que tem por objetivo a manutenção das operações administrativas intrínsecas aos Planos Previdenciários e Assistencial da Fundação visando aumentar a transparência dos seus investimentos.

Discriminação	Rentabilidade de Investimento (%)	Meta de Rentabilidade Exigida (%)
Plano BD	2,25	12,87 *
Plano CD	0,27	15,65 **
Fundo Assistencial	13,66	12,87 ***
Fundo Administrativo	2,62	12,69 ****

* INPC + 6% a.a.

** IGP-DI + 6% a.a.

*** INPC + 6% a.a.

**** Certificado de Depósito Interbancário (CDI) – refere-se, apenas, ao período de 17.10 a 31.12.2008.

VII. Manifestação da Secretaria de Previdência Complementar

Até o momento, não há posição oficial quanto à manifestação da Secretaria.

VIII. Parecer da Auditoria Independente

Parecer constante das páginas 99 e 100.

c) Em caso dos descumprimentos dos limites fixados em lei para o repasse de recursos pela Patrocinadora, informar quais providências estão sendo adotadas para a adequação

Não se aplica.

d) Recursos humanos e patrimoniais cedidos pela Patrocinadora à Patrocinada, destacando como foi formalizada esta cessão

Os empregados Sergio Wilson Ferraz Fontes e Ricardo Carneiro Gurgel Nogueira foram cedidos à Patrocinadora, conforme Resoluções de Diretoria nº 002/2296, de 23.08.2005, e 002/2353, de 19.09.2006, apresentadas nas páginas 101 e 102.

Não houve cessão de recursos patrimoniais à patrocinadora.

e). Valor das Dívidas da Patrocinadora com a FRG em 31.12.2008

Detalhamento	Termo de Reconhecimento e Consolidação de Dívidas	Contrato de Reconhecimento de Obrigação Financeira, Relativo a Reserva a Amortizar
	IGPI	INPC
Longo Prazo (Provisão)	487.300.300,15	261.970.184,22
Principal	144.401.744,20	35.431.135,15
Juros	495.976,02	1.446.885,58
Subtotal	632.198.020,37	298.848.204,95
Total		931.046.225,32

O Termo de Reconhecimento e Consolidação de Dívidas, Obrigação de Pagamento e Outras Avenças assinado em 14.12.2000, e o Contrato de Reconhecimento de Obrigação Financeira e do Respectivo Parcelamento de Pagamento Relativo à Reserva a Amortizar, referentes ao Plano de Benefícios Definidos da Real Grandeza, assinado em 13.10.2003, encontram-se em situação regular quanto as suas condições e adimplentes nos pagamentos das prestações contratuais.

f). Ações executadas no exercício com vistas à supervisão sistemática das atividades da entidade fechada, de conformidade com o disposto no § 2º do art. 41 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001

A partir de setembro de 2006, em atendimento à Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001, e ao disposto na Decisão Normativa TCU nº 81, de 06.12.2006, que trata do controle das Entidades Fechadas de Previdência Complementar Patrocinadas, a Assessoria de Planejamento e Coordenação – APC.G, órgão da Diretoria de Gestão Corporativa, passou a acompanhar o desenvolvimento das atividades da Fundação Real Grandeza, com foco no cumprimento de suas obrigações legais e institucionais perante os órgãos de fiscalização interna e externa, bem como no cumprimento das determinações dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, informando sua evolução ao Diretor.

Esse acompanhamento é formalizado, mensalmente, em relatório encaminhado ao Diretor de Gestão Corporativa e aos Conselhos Deliberativo e Fiscal, assim como à Diretoria Executiva da Real Grandeza.

7. FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

Não se aplica a FURNAS, pois a Empresa não realizou, em 2008, nenhuma operação com Recursos de Origem Externa.

8. RENÚNCIA TRIBUTÁRIA

Controles de Incentivos Fiscais à Cultura – Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991.

Artigo 18

Nº Contrato	Identificação do Projeto	Pronac *	Valor (R\$)
17.815	Portela – Carnaval 2008	07-8461	500.000
17.935	Ballet Nacional de Espanha – <i>Tournée</i> Brasil 2008	07-10991	250.000
17.942	Rio <i>Folle Journée</i> 2008	07-5468	600.000
18.023	Musica ao Museu Sul – Sudoeste IV	05-1138	200.000
18.026	Festival Artes Dramáticas de Língua Portuguesa	07-7077	580.000
18.048	Plural	07-5236	150.000
18.049	À Mesa com Burle Marx	07-8424	200.000
18.060	Sala Cecília Meirelles – Temporada Oficial 2008	07-1160	200.000
18.420	Festival Internacional de Humor do Rio de Janeiro	07-11460	50.000
18.524	Vinicius de Moraes por Hermenegildo Sabat	08-3100	50.000
18.525	Metamorfoses	07-10534	200.000
18.518	Edino Krieger 80 Anos	07-7422	29.455
18.520	Abdias um Brasileiro do Mundo	07-0050	50.000
18.521	Walachai	04-1523	100.000
18.522	Até que a Barriga nos Separe	06-11375	51.644
18.527	A Rainha da Praça Tiradentes	06-8829	65.000
18.529	Antígona	07-8437	50.000
18.539	Estão Tocando a Nossa Música	08-0417	100.000
18.540	Uma Família Feliz	07-2928	63.901
18.544	Os Difamantes	07-3698	80.000
18.545	O Especulador	06-2911	30.000
18.356	Festival do Rio 2008	07-10024	250.000
Total do Patrocínio			3.850.000

* Pronac – Programa Nacional de Apoio à Cultura

Artigo 26

Nº Contrato	Identificação do Projeto	Pronac	Valor (R\$)
17.934	Sergio Cabral – A Cara do Rio	07-0239	150.000
17.936	Acervo das Óperas de Jocy de Oliveira em DVD	06-0526	150.000
18.166	38º Festival Nacional da Canção	07-7137	120.000
18.482	Alô Alô Terezinha	06-0269	250.000
18.519	Catálogo	07-9765	80.000
Total do Patrocínio			750.000

Artigo 18

Cálculo do Incentivo	Valor (R\$)
Patrocínio - 100 %	3.850.000
Doação - 100 %	0
Total (A)	3.850.000

Artigo 26

Patrocínio - 30 %	225.000
Doação - 40 %	0
Total (B)	225.000
Total (A)+(B)	4.075.000

9. DECLARAÇÃO SOBRE REGULARIDADE DOS BENEFICIÁRIOS DIRETOS DE RENÚNCIA

Declaração constante da página 103.

10. OPERAÇÕES DE FUNDOS

Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT/CT-Energ)

Conforme estabelecido pelas Leis nº 9.991/2000 e 10.848/2004, a Empresa destina, anualmente, 0,4% de sua receita operacional líquida ao FNDCT/CT-Energ e outros 0,4%, para o desenvolvimento de projetos científicos e tecnológicos.

Em 2008, foi destinado, contabilmente, R\$ 23.574 mil ao referido Fundo.

11. DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO

A Empresa não utiliza cartões de crédito corporativos.

12. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

Controladoria-Geral da União (CGU) da Presidência da República

Como previsto na legislação, o Paint, referente ao ano de 2009, foi submetido, previamente, à CGU e ao Conselho de Administração.

O Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (Raint) foi encaminhado à CGU, com as seguintes informações básicas: ações realizadas pela Auditoria Interna e informações adicionais; recomendações implementadas; relato gerencial; fatos relevantes de natureza administrativa ou organizacional com impacto sobre a Auditoria Interna; capacitação dos auditores; e ações de fortalecimento da unidade de Auditoria Interna.

A Auditoria Interna, como coordenadora dos trabalhos da Comissão de Atendimento a Organismos Externos de Fiscalização (CAOEF), atuou como facilitadora na realização dos trabalhos da CGU, intermediando as suas solicitações junto às áreas de FURNAS, bem como prestando esclarecimentos.

Recomendações da CGU

Relatório de Auditoria nº 208147 – Item: 3.2.2.1

DESCRIÇÃO DA RECOMENDAÇÃO

Agilizar as providências referentes aos processos licitatórios, de modo a evitar a utilização de procedimento emergencial para efetivar a contratação.

SETOR RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO

Departamento de Geração Térmica – DGT.O

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS (ou justificativas para o caso de não cumprimento)

Por meio de correspondência de 14/12/2007, elaborada em resposta à Solicitação de Auditoria (SA) nº 200720-03, de 14.12.2007, a Divisão de Administração – DTAD.O, informou o seguinte:

1. “[...] O enquadramento do processo de dispensa de licitação DL.RE.DGT.O.0012.2006, no inciso IV do Art.24 da Lei 8.666/1993, foi devidamente analisado pelo órgão jurídico de FURNAS, através da correspondência ACT.P.I.1145.2006.

2. Além das justificativas constantes da Requisição de Serviços da PRD.DO.087.2006, de 04.07.2006, e da RD n.º 011/2343, de 11.07.2006, podemos citar as seguintes:

2.1. O atraso de mais de cinco meses na conclusão do processo de licitação PE.DGT.O.0005.2005 [...] ocasionou a revogação do Pregão, porque a empresa arrematante não manteve o preço.

2.2. Ocasionalmente, também, a dificuldade de acesso aos tanques de óleo diesel, comum, especial e B1, essenciais para o funcionamento e operação das unidades geradoras, uma vez que o roço na área da UTE Santa Cruz não foi feito durante esse período.

2.3. Além disso, foi considerado o aspecto de segurança, tendo em vista que a não visibilidade dos vigilantes para a área existente da Usina estava dificultando o sistema de ronda [...].”

Posteriormente, em resposta ao Ofício n.º 18762/CGU-RJ/CGU-PR, de 12.06.2008, encaminhado pela correspondência AD.E.011.2008, de 23.06.2008, a empresa informou que:

“[...]O termo descuido administrativo, inserido no documento, representou, na verdade, atraso nas rotinas administrativas de condução do processo em questão, uma vez que as medidas

administrativas para renovação do contrato foram iniciadas com antecedência de 05 meses, em 08/09/2005, contra o vencimento do contrato para 15.01.2006.

À época, talvez por excesso de zelo, o processo passou várias vezes, em fases diferentes, pelas assessorias jurídica e financeira, acarretando o seu encerramento em 11.07.2006, ou seja, 10 meses após o seu início. Em decorrência, houve necessidade da contratação por Dispensa de Licitação – DL, com críticas e comentários de todos os órgãos envolvidos, evitando-se a descontinuidade na prestação dos necessários serviços.

Fizemos gestão junto aos demais órgãos da Empresa, conseguindo diminuir o tempo dos processos. Como exemplo, podemos citar o último processo, com mesmo objeto, que iniciou em 04.03.2008 e encerrar-se-á em 23.06.2008.”

Relatório de Auditoria nº 208147 – Item: 3.2.3.1

DESCRIÇÃO DA RECOMENDAÇÃO

Recomendação: 001

Aplicar o dispositivo legal, referente à dispensa de licitação por emergência (Art. 24, inciso IV), aos casos de emergência e calamidade pública quando caracterizada urgência efetiva de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens.

Recomendação: 002

Manter no processo a documentação gerada por conta de reajuste de preço contratual tais como: acordo coletivo, memória de cálculo dos novos valores, aditamento ao contrato, parecer jurídico e contábil.

SETOR RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO

Departamento de Apoio e Controle Técnico – DCT.C

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS (ou justificativas para o caso de não cumprimento)

Em resposta à SA nº 200720-05, de 18.12.2007, efetuada por meio do documento DCT.C.I.1060.2007, de 20.12.2007, o Departamento de Apoio e Controle Técnico – DCT.C apresentou a seguinte justificativa:

“[...] 2. O Contrato nº 16.691 foi firmado em 12.09.2006 entre FURNAS e a empresa de Conservação e Limpeza DALU Ltda., objeto do Edital de Licitação PE.DAQ.G.0156.2006.

2.1 A data da proposta da Contratada é de 31.07.2006.

3. Em 20.01.2007, a empresa DALU reivindicou a FURNAS um reajuste no valor contratual, a partir de janeiro de 2007, da ordem de 9,39% em função do aumento salarial aplicado aos seus colaboradores, por força da Convenção Coletiva de Trabalho 2007/2008.

4. A Assessoria de Coordenação e Análise Financeira – ACA.F e a Assessoria de Assuntos Contratuais e Tributários – ACT.P emitiram pareceres negativos ao reajuste pleiteado, justificando que conforme a legislação vigente, os preços contratuais somente são passíveis de reajuste a cada período de 12 meses, contados da data de apresentação da proposta, no caso em questão, 31.07.2006.

5. Decorridos os 12 meses da data de apresentação da proposta, a ACA.F, com base na planilha de abertura de preços fornecida pela contratada, atualizou a composição do custo total, manifestando-se favorável à correção dos preços contratuais, a partir de agosto de 2007, em 8,11%, suficiente para fazer face aos aumentos verificados pela Empresa de Conservação e Limpeza DALU Ltda.

6. Deste modo, considerando as análises e pareceres de nossas áreas jurídica e financeira, este Departamento tem aplicado desde agosto de 2007, sobre o valor básico mensal igual a R\$ 41.666,58, a correção de 8,11% que equivale mensalmente a R\$ 3.379,16 [...]”.

Posteriormente, em resposta ao Ofício n.º 18762/CGU-RJ/CGU-PR, de 12.06.2008, encaminhado pela correspondência n.º AD.E.011.2008, de 23.06.2008, a empresa informou o que segue:

O contrato em referência foi assinado em 12.09.2006, com a empresa DALU Ltda., e tem por objeto a prestação de serviços de limpeza e conservação.

A proposta da contratada está datada de 31.07.2006.

O contrato prevê o desembolso mensal de R\$ 41.666,58 e tem vigência de 24 meses. Tal período, por si só, já indica a necessidade de reajustamento a cada 12 meses a partir da data da proposta.

As parcelas mensais, no valor de R\$ 3.379,16, referem-se ao reajuste contratual apurado pela Assessoria Financeira de FURNAS, com base na variação dos custos da contratada, tais como, aumento de salários, encargos sociais, uniformes, transportes de funcionários, utensílios e equipamentos, material de limpeza e higiene, dentre outros.

Considerando que o reajuste de preços é direito subjetivo do particular, por força do parágrafo único do artigo 3, da Lei nº 10.192/2001, que independe da vontade da Administração Pública, podendo ser concedido até de ofício, conforme previsto no art. 65 da Lei nº 8666/1993, foi aplicado o reajuste de 8,11% do valor-base, a partir de agosto de 2007, ou seja, após 12 meses da data de apresentação da proposta.

Uma vez que os valores representam um reajuste de preços do contrato, não caracterizando alteração do mesmo, entendemos ser dispensável a celebração do aditamento.

Em função do exposto, ratificamos que os valores pagos são devidos e não representam, em hipótese alguma, danos ou prejuízos à Administração.

Relatório de Auditoria nº 208147 – Item: 3.2.3.2

DESCRIÇÃO DA RECOMENDAÇÃO

Manter controle efetivo dos prazos contratuais, de modo a evitar a ocorrência de atraso nas providências referentes à prorrogação de contrato.

SETOR RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO

Departamento de Aquisição – DAQ.G

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS (ou justificativas para o caso de não cumprimento)

Após o recebimento da Requisição em 16.05.2007, o Departamento de Aquisição – DAQ.G elaborou a minuta do Contrato e atendendo ao item 7 do Parecer Jurídico CJ.P.1306.2007, enviou para apreciação em 18.05.2007. Através da correspondência ACT.P.I.1068.2007, de 26.06.2007, o DAQ.G recebeu o parecer do Jurídico. Em 03.07.2007 enviamos o contrato nº 16.454 para assinatura da Contratada, sendo devolvido em 12.07.2007. O DAQ.G informa estar devolvendo ao requisitante as solicitações de emissão de termo aditivo com prazo inferior a 30 dias do encerramento do Contrato.

13. DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU)

A Auditoria Interna atuou como facilitadora na realização dos trabalhos do TCU, intermediando as suas solicitações junto às áreas de FURNAS, bem como prestando esclarecimentos. Acompanhou o andamento dos processos auditados pelo TCU e a implementação, pelos órgãos da Empresa, das recomendações daquele tribunal.

Número da Decisão ou do Acórdão: 031 / 2008 / Plenário

DESCRIÇÃO DA DETERMINAÇÃO OU DA RECOMENDAÇÃO

Julgar irregulares as contas do Sr. Luiz Carlos Santos (ex Diretor-Presidente) e condená-lo, em solidariedade com o Sr. Alexandre Husni, ao pagamento de R\$ 600.000,00, a FURNAS. Aplicar

ao Sr. Luiz Carlos Santos multa no valor de R\$ 50.000,00, e ao Sr. Alexandre Husni, no valor de R\$ 30.000,00, a serem recolhidas ao Tesouro Nacional. Julgar regulares com ressalva as contas dos demais responsáveis listados no Acórdão, dando-lhes quitação.

SETOR RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO

Secretaria-Geral Corporativa – SA.P

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS (ou justificativas para o caso de não cumprimento)

A Secretaria-Geral Corporativa – SA.P encaminhou correspondências em 03.03.2008, para os responsáveis mencionados no Acórdão.

Número da Decisão ou do Acórdão: 1891 / 2008 / Plenário

DESCRIÇÃO DA DETERMINAÇÃO OU DA RECOMENDAÇÃO

- a) Dispensa irregular de licitação;
- b) Omissão nos quantitativos de serviços;
- c) Inobservância ao princípio constitucional da isonomia e ao princípio básico da igualdade;
- d) Celebração de termo aditivo elevando o valor do contrato em limite superior a 25%, violando o art. 65 da Lei 8.666/1993.

SETOR RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO

Consultoria Jurídica – CJ.P / Superintendência de Recursos Humanos – RH.G /
Superintendência de Construção de Empreendimentos de Geração – SG.G /
Assessoria de Administração de Contratos, Normalização e Arquivo Técnico – AAT.E

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS (ou justificativas para o caso de não cumprimento)

A Auditoria Interna – AD encaminhou ao TCU correspondência em 26.02.2008, apresentando as razões e Justificativas dos gestores responsáveis.

Número da Decisão ou do Acórdão: 313 / 2008 / Plenário

DESCRIÇÃO DA DETERMINAÇÃO OU DA RECOMENDAÇÃO

Ofício para conhecimento do Acórdão 313/2008, destinado ao Sr. Luiz Laércio Simões Machado (ex Diretor-Presidente), que trata da aplicação da multa no valor de R\$ 10.000,00. Considerando, também, que o procurador constituído nos autos é funcionário da Consultoria Jurídica de FURNAS, e que os consultores jurídicos de FURNAS são impedidos de atuar em defesa dos interesses particulares dos dirigentes da entidade, nos termos do artigo 30, inciso I, da Lei 8.906/1994, determinou que a Empresa se abstenha de utilizar advogados de seus quadros para atuarem na defesa de interesses pessoais de dirigentes e empregados da Empresa.

SETOR RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO

Consultoria Jurídica – CJ.P

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS (ou justificativas para o caso de não cumprimento)

A Auditoria Interna – AD encaminhou correspondência para a Consultoria Jurídica para cumprimento do Acórdão.

Número da Decisão ou do Acórdão: 2189 / 2008 / Plenário

DESCRIÇÃO DA DETERMINAÇÃO OU DA RECOMENDAÇÃO

Pronunciamento conclusivo quanto aos argumentos apresentados pelo Consórcio CEMF.

SETOR RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO

Diretoria de Construção – DC

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS (ou justificativas para o caso de não cumprimento)

A Auditoria Interna encaminhou correspondência, em 29.04.2008, para a Diretoria de Construção – DC, para conhecimento e providências. A Consultoria Jurídica de FURNAS – CJ.P, encaminhou, em 14.05.2008, ao TCU a manifestação do Processo TC nº. 008.499.2006-0.

Número da Decisão ou do Acórdão: 1687 / 2008 / Plenário

DESCRIÇÃO DA DETERMINAÇÃO OU DA RECOMENDAÇÃO

Ofício refere-se à empresa J.P. Engenharia Ltda. (implantação do Ciclo Combinado na Usina Termelétrica de Campos) ação ordinária de cobrança de seguro de garantia.

SETOR RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO

Gabinete da Presidência – GP.P

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS (ou justificativas para o caso de não cumprimento)

A Auditoria Interna – AD encaminhou e-mail para o Gabinete da Presidência – GP.P, que tomou as providências cabíveis.

Número da Decisão ou do Acórdão: 1225 / 2008 / Plenário

DESCRIÇÃO DA DETERMINAÇÃO OU DA RECOMENDAÇÃO

Acórdão de monitoramento apontado nos Autos para repasses de recursos efetuados por FURNAS a Caixa de Assistência dos Empregados de FURNAS e da Eletronuclear – CAEFE.

SETOR RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO

Consultoria Jurídica – CJ.P

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS (ou justificativas para o caso de não cumprimento)

A Auditoria Interna – AD, encaminhou, em 29.09.2008, a manifestação apresentando as razões e justificativas dos gestores.

Número da Decisão ou do Acórdão: 2398 / 2008 / Plenário

DESCRIÇÃO DA DETERMINAÇÃO OU DA RECOMENDAÇÃO

Ofício para conhecimento e anotação, nas respectivas pastas funcionais, o qual foi considerado legal, para fins de registro, os atos de admissão de interesse pessoal.

SETOR RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO

Departamento de Suporte à Administração de Pessoal – DAP.G

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS (ou justificativas para o caso de não cumprimento)

A Auditoria Interna encaminhou ofício para conhecimento.

Número da Decisão ou do Acórdão: 1536 / 2008 / Plenário

DESCRIÇÃO DA DETERMINAÇÃO OU DA RECOMENDAÇÃO

a) Estabelecer nas próximas licitações, onde o objeto seja dividido em lotes, os requisitos de habilitação econômico-financeira individualmente, e não em relação a todos os lotes.

b) Abster-se de fixar preços mínimos salariais nas contratações de empresas de prestação de serviços, conforme verificado no PE.DAQ.G.0401.2007, em consonância ao disposto no inciso X do art. 40 da Lei nº 8.666/1993.

c) Realizar os ajustes necessários para o estabelecimento da correspondência entre os objetos

constantes dos contratos nº 17.297 e 17.299.

d) Autorizar o apensamento dos presentes autos ao TC-008.498/2006-3.

e) Encaminhar à Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização do Congresso Nacional, cópia do inteiro teor da presente deliberação, esclarecendo-lhe que as ocorrências observadas no presente Levantamento de Auditoria não ensejam a paralisação da obra sob exame.

SETOR RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO

Superintendência de Empreendimentos de Geração - SG.C

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS (ou justificativas para o caso de não cumprimento)

A Auditoria Interna encaminhou a Correspondência, em 10.09.2008, para Superintendência de Empreendimentos de Geração - SG.C, que acatou as recomendações.

Número da Decisão ou do Acórdão: 1605 / 2008 / Plenário

DESCRIÇÃO DA DETERMINAÇÃO OU DA RECOMENDAÇÃO

Acórdão de Levantamento de Auditoria realizado nas obras de implantação da linha de transmissão Tijuco Preto – Itapeti – Nordeste e Subestações Associadas, no Estado de São Paulo, contempladas pelo Programa de Trabalho - PT nº 25.752.0296.1G97.0035, em atendimento ao Acórdão Nº 461/2008 - TCU - Plenário, por meio do qual este Tribunal determinou a inclusão do referido empreendimento no Fiscobras/2008, hoje denominado Fiscalis Execução 2008.

Acordam os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em arquivar os presentes autos.

SETOR RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO

Superintendência de Empreendimentos de Transmissão – ST.C

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS (ou justificativas para o caso de não cumprimento)

A Auditoria Interna – AD enviou e-mail ao gerente da Superintendência de Empreendimentos de Transmissão – ST.C, em 18.08.2008.

Número da Decisão ou do Acórdão: 1615 / 2008 / Plenário

DESCRIÇÃO DA DETERMINAÇÃO OU DA RECOMENDAÇÃO

Acórdão da realização de licitação na modalidade Pregão Eletrônico para a Contratação de serviços de Engenharia do Proprietário, impossibilidade de conceituação dos serviços como comuns e de aplicação da Lei nº 10.520/2002. Conhecimento. Representação Procedente. Determinação de não contratação de licitante selecionado pelo procedimento licitatório. Comunicações juntadas dos autos às contas anuais. Determinar à FURNAS – Centrais Elétricas S.A. que se abstenha de celebrar o contrato referente ao Pregão Eletrônico PE.DAQ.G. 0413.2007, pois seu objeto não pode ser enquadrado como serviço comum, de modo a atender o disposto no art. 1º da Lei 10.520/2002.

SETOR RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO

Superintendência de Empreendimentos de Geração - SG.C

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS (ou justificativas para o caso de não cumprimento)

A Auditoria Interna encaminhou correspondência, em 10.09.2008, para a Superintendência de Empreendimentos de Geração - SG.C, que acatou as recomendações.

Número da Decisão ou do Acórdão: 1801 / 2008 / Plenário

DESCRIÇÃO DA DETERMINAÇÃO OU DA RECOMENDAÇÃO

1. Nas próximas licitações promovidas em que o objeto for dividido em lotes, os requisitos de habilitação econômico-financeira sejam estabelecidos individualmente e não em relação a todos os lotes e, ainda, que estabeleça, no instrumento convocatório, critérios objetivos a serem observados, visando a assegurar que somente sejam adjudicados a uma mesma empresa os lotes para os quais apresente os requisitos necessários para garantir o cumprimento das obrigações contratuais assumidas;
2. Observar a necessária correspondência entre os objetos constantes dos instrumentos contratuais efetivamente firmados, com aqueles indicados nos procedimentos licitatórios, tendo em vista o princípio da vinculação ao instrumento convocatório previsto no art. 3º da Lei nº 8.666/1993;
3. Abster-se de autorizar a execução de serviços sem cobertura contratual, em respeito ao disposto nos arts. 60 parágrafo único, e 62 da Lei nº 8.666/1993. Apenas realize alteração contratual no projeto da obra em caráter excepcional, desde que tecnicamente justificável e que tenha como resultado um ganho palpável, qualitativo ou quantitativo, para o interesse público, nos termos das alíneas a e b do inciso I do art. 65 da Lei nº 8.666/1993;
4. Incluir cláusula, nos editais de licitação, dispondo sobre a obrigatoriedade de os licitantes apresentarem o detalhamento na planilha orçamentária da composição do item Administração Local;
5. Fazer constar nos termos aditivos o detalhamento na planilha orçamentária da composição do item Administração Local, abstendo-se da prática de incidir seu percentual, com base em estimativa, sobre os demais custos;
6. Efetuar o pagamento de obrigações contratuais referentes à Administração Local como despesas diretas, em função do efetivamente realizado e registrado nas medições, abstendo-se da prática de incidir percentualmente o item estimado como Administração Local sobre os demais custos;
7. Diligenciar FURNAS – Centrais Elétricas S.A. para que, no prazo de 30 (trintas) dias, apresente memória de cálculo que justifique a pertinência da metodologia de deflacionamento empregada no segundo aditamento do contrato em face dos apontamentos efetuados pela unidade técnica deste Tribunal (item 3.6 do relatório de fiscalização);
8. Determinar à SECEX-MG que, depois de adotada a providência inserta no subitem anterior, proceda à análise comparativa entre a metodologia empregada por FURNAS e a sugerida pela equipe de fiscalização, indicando, se for o caso, os valores ou percentuais contratados ou pagos a maior pela entidade;
9. Dar ciência à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional do teor da presente deliberação, esclarecendo-lhe que, relativamente ao Programa de Trabalho n.º25.752.0296.3292.0031 - Modernização da UHE Furnas, no Estado de Minas Gerais, nada obstante as irregularidades apuradas por equipe de fiscalização do TCU, em análise no presente processo, as mesmas não ensejam a paralisação das respectivas obras;
10. Restituir os autos à SECEX-MG, para as providências a seu cargo.

SETOR RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO

Superintendência de Construção de Empreendimentos de Geração – SG.G

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS (ou justificativas para o caso de não cumprimento)

A Auditoria Interna – AD enviou e-mail ao gerente da Superintendência de Empreendimentos de Geração – SG.C, em 18.08.2008, que acatou as recomendações. Posteriormente, formalizou o envio do Ofício, em 17.10.2008.

Número da Decisão ou do Acórdão: 1982 / 2008 / Plenário

DESCRIÇÃO DA DETERMINAÇÃO OU DA RECOMENDAÇÃO

1. Promover a audiência de:

1.1. Marcelo Brandão Carneiro, CPF: 487661517-91, gerente do Departamento de Aquisição de

FURNAS (DAQ.G), para que, no prazo de quinze dias, apresente razões de justificativa pelos seguintes indícios de irregularidade:

a) ausência de critério de aceitabilidade de preços unitários e globais no Edital CO.DAQ.G.0001.2008, infringindo o disposto na Lei nº 8.666/1993, art. 40, inciso X;

b) inadequada definição da modalidade de licitação Pregão Eletrônico no Edital PE.DAQ.G.0077.2007, que trata de objeto incomum e cuja definição no Edital não está precisa, suficiente e clara, portanto infringindo a Lei nº 10520/2002, art. 1º, § único, e art. 3º, inciso II, podendo ensejar a nulidade do certame e do decorrente Contrato nº 17639;

c) ausência de definição precisa e clara do critério de reajuste do Contrato nº. 17639, resultando em infringência dos dispositivos da Lei nº 8.666/1993 expressos no art. 55, inciso III, no art. 54, §1º, e no art. 40, inciso XI;

d) contratação, efetivada por meio do Contrato nº 17.639 decorrentes do Pregão Eletrônico PE.DAQ.G.0077.2007, da autora do Projeto Básico Ambiental para executar parte dos programas ambientais nele definidos, em afronta ao art. 9º da Lei nº 8.666/1993 e em grave desvio frente aos princípios da isonomia e da moralidade, ensejando a nulidade do procedimento licitatório e, por consequência, do contrato firmado;

e) inexistência, no Edital CO.DAQ.G.0001.2008, de orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários, em afronta ao disposto na Lei nº 8.666/1993, art. 40, §2º, inciso II;

1.2. Sérgio Torres Serra, CPF 338628697-68, assistente da Superintendência de Planejamento (SL.E), para que, no prazo de quinze dias, apresente razões de justificativa pela inadequada definição da modalidade de licitação Pregão Eletrônico no Edital PE.DAQ.G.0077.2007, que trata de objeto incomum e cuja definição no Edital não está precisa, suficiente e clara, portanto infringindo a Lei nº 10.520/2002, art. 1º, § único, e art. 3º, inciso II, podendo ensejar a nulidade do certame e do decorrente Contrato nº 17.639;

1.3. Cláudio Danusio de Almeida Semprine, CPF 430228047-68, assistente da Diretoria de Engenharia (DE), para que, no prazo de quinze dias, apresente razões de justificativa pelos seguintes indícios de irregularidade pela inadequada definição da modalidade de licitação Pregão Eletrônico no Edital PE.DAQ.G.0077.2007, que trata de objeto incomum e cuja definição no Edital não está precisa, suficiente e clara, portanto infringindo a Lei nº 10.520/2002, art. 1º, § único, e art. 3º, inciso II, podendo ensejar a nulidade do certame e do decorrente Contrato nº 17639;

1.4. Vera da Silva Vieira Paiva, CPF 800127527-20, gerente do Departamento de Engenharia Ambiental (DEA.E), para que, no prazo de quinze dias, apresente razões de justificativa pela inadequada definição da modalidade de licitação Pregão Eletrônico no Edital PE.DAQ.G.0077.2007, que trata de objeto incomum e cuja definição no Edital não está precisa, suficiente e clara, portanto infringindo a Lei nº 10.520/2002, art. 1º, § único, e art. 3º, inciso II, podendo ensejar a nulidade do certame e do decorrente Contrato nº 17.639;

1.5. Luiz Paulo Fernandez Conde, CPF 027025097-20, Diretor-Presidente de FURNAS, para que, no prazo de quinze dias, apresente razões de justificativa pelos seguintes indícios de irregularidade:

a) descumprimento das determinações expressas nos itens 9.3.1 e 9.3.2 do Acórdão 762/2007-TCU Plenário, caracterizado pelas ausências de orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários e de critério de aceitabilidade de preços unitários e globais no Edital CO.DAQ.G.0001.2008;

b) contratação, efetivada por meio do Contrato 17.639 decorrente do Pregão Eletrônico PE.DAQ.G.0077.2007, da autora do Projeto Básico Ambiental para executar parte dos programas ambientais nele definidos, em afronta ao art. 9º da Lei nº 8.666/1993 e em grave desvio frente aos princípios da isonomia e da moralidade, ensejando a nulidade do procedimento licitatório e, por consequência, do contrato firmado;

1.6. Mario Márcio Rogar, CPF 259171967-53, Diretor de Engenharia e membro da Diretoria Executiva de FURNAS, para que, no prazo de quinze dias, apresente razões de justificativa pela contratação, efetivada por meio do Contrato nº 17639, decorrente do Pregão Eletrônico PE.DAQ.G.0077.2007, da autora do Projeto Básico Ambiental para executar parte dos programas ambientais nele definidos, em afronta ao art. 9º da Lei nº 8.666/1993 e em grave desvio frente aos princípios da isonomia e da moralidade, ensejando a nulidade do procedimento licitatório e, por consequência, do contrato firmado;

1.7. Carlos Agenor Magalhães da Trindade, CPF 213721956-53, Diretor de Construção – Substituto, membro da Diretoria Executiva de FURNAS, para que, no prazo de quinze dias, apresente razões de justificativa pelos seguintes indícios de irregularidade:

a) contratação, efetivada por meio do Contrato 17.639 decorrente do Pregão Eletrônico PE.DAQ.G.0077.2007, da autora do Projeto Básico Ambiental para executar parte dos programas ambientais nele definidos, em afronta ao art. 9º da Lei nº 8.666/1993 e em grave

desvio frente aos princípios da isonomia e da moralidade, ensejando a nulidade do procedimento licitatório e, por consequência, do contrato firmado;

b) sobre preço de aproximadamente R\$ 3 milhões no orçamento estimativo do Edital CO.DAQ.G.0001.2008, em afronta ao princípio da economicidade.

1.8. Fábio Machado Resende, CPF 099625657-15, Diretor de Operação do Sistema e Comercialização de Energia e membro da Diretoria Executiva de FURNAS, para que, no prazo de quinze dias, apresente razões de justificativa pela contratação, efetivada por meio do Contrato nº 17639, decorrente do Pregão Eletrônico PE.DAQ.G.0077.2007, da autora do Projeto Básico Ambiental para executar parte dos programas ambientais nele definidos, em afronta ao art. 9º da Lei nº 8.666/1993 e em grave desvio frente aos princípios da isonomia e da moralidade, ensejando a nulidade do procedimento licitatório e, por consequência, do contrato firmado;

1.9. Luiz Fernando Silva de Magalhães Couto, CPF 098637967-00, ex-Diretor de Gestão Corporativa e ex-membro da Diretoria Executiva de FURNAS, para que, no prazo de quinze dias, apresente razões de justificativa pela contratação, efetivada por meio do Contrato nº 17639 decorrente do Pregão Eletrônico PE.DAQ.G.0077.2007, da autora do Projeto Básico Ambiental para executar parte dos programas ambientais nele definidos, em afronta ao art. 9º da Lei nº 8.666/1993 e em grave desvio frente aos princípios da isonomia e da moralidade, ensejando a nulidade do procedimento licitatório e, por consequência, do contrato firmado;

1.10. Henrique Mello de Moraes, CPF 185840127-53, ex-Diretor Financeiro e ex-membro da Diretoria Executiva de FURNAS, para que, no prazo de quinze dias, apresente razões de justificativa pela contratação, efetivada por meio do Contrato nº 17639 decorrente do Pregão Eletrônico PE.DAQ.G.0077.2007, da autora do Projeto Básico Ambiental para executar parte dos programas ambientais nele definidos, em afronta ao art. 9º da Lei nº 8.666/1993, e em grave desvio frente aos princípios da isonomia e da moralidade, ensejando a nulidade do procedimento licitatório e, por consequência, do contrato firmado;

1.11. Luiz Antônio Buonomo de Pinho, CPF 796018717-72, gerente do Departamento de Construção de Geração Térmica (DGE.C), para que, no prazo de quinze dias, apresente razões de justificativa pelo indício de sobre preço de aproximadamente R\$ 3 milhões no orçamento estimativo do Edital CO.DAQ.G.0001.2008, em afronta ao princípio da economicidade;

1.12. Márcio Antônio Arantes Porto, CPF 498544456-15, assistente da Superintendência de Empreendimentos de Geração (SG.C), para que, no prazo de quinze dias, apresente razões de justificativa pelo indício de sobre preço de aproximadamente R\$ 3 milhões no orçamento estimativo do Edital CO.DAQ.G.0001.2008, em afronta ao princípio da economicidade.

2. Comunicar a empresa Engevix Engenharia S.A., contratada de FURNAS para execução de programas ambientais por meio do Contrato nº 17.639, para que, se assim desejar, manifeste-se por meio do seu representante legal, no prazo de quinze dias, acerca da contratação, efetivada por meio do Contrato nº 17.639 decorrente do Pregão Eletrônico PE.DAQ.G.0077.2007, da autora do Projeto Básico Ambiental para executar parte dos programas ambientais nele definidos, em afronta ao art. 9º da Lei nº 8.666/1993, podendo ensejar a nulidade do procedimento licitatório e, por consequência, do contrato firmado;

3. Dar ciência da deliberação à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal, comunicando-lhe que foram identificados indícios de irregularidades graves no empreendimento que não recomendam, todavia, a sua paralisação;

4. Apensar este processo ao TC-8970/2007-8.

SETOR RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO

Superintendência de Construção de Empreendimentos de Geração – SG.G

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS (ou justificativas para o caso de não cumprimento)

A Auditoria Interna – AD enviou e-mail aos gerentes da Diretoria de Construção – DC e da Superintendência de Empreendimentos de Geração – SG.C para conhecimento, em 15.09.2008. A Auditoria Interna – AD encaminhou no dia 03 e 13.10.2008 a manifestação dos processos.

Número da Decisão ou do Acórdão: 2221 / 2008 / Plenário

DESCRIÇÃO DA DETERMINAÇÃO OU DA RECOMENDAÇÃO

1. Rejeitar as razões de justificativa oferecidas pelo Sr. José Pedro Rodrigues de Oliveira, na condição de ex Diretor-Presidente de FURNAS, e da Sra. Lucimar Altomar Güttler, na condição de responsável pela assinatura do Contrato 15.831/2005 - *Hot Line*, por não elidirem as irregularidades apontadas nos itens "a" e "b" do Ofício SECEX/MG nº 1.119/2006;

2. Com fundamento no art. 58, incisos II e VII da Lei 8.443/1992, aplicar, individualmente, aos responsáveis indicados no item precedente, multa no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhes o prazo de quinze (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

3. Autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da supracitada lei, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

4. Autorizar, desde logo, o pagamento da dívida dos Srs. José Pedro Rodrigues de Oliveira e Lucimar Altomar Güttler, caso solicitado, em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c art. 217 do Regimento Interno, ficando fixado o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovarem perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovarem o recolhimento das demais parcelas atualizadas monetariamente na forma prevista na legislação em vigor;

5. Alertar os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

6. Determinar a Secex/MG que, concluído o recolhimento, com a observância das datas aprazadas, promova a reinstrução dos autos com vistas à expedição de quitação;

7. Determinar a FURNAS – Centrais Elétricas S.A. que:

7.1.. Não prorrogue a vigência do Contrato 15.831/2005;

7.2.. Não inclua, em editais de licitação, cláusula que prejudique a obtenção de melhores preços, a exemplo da exigência da Concorrência CO.APR.T.024.2005 de prefixação de salário básico;

8. Determinar o apensamento dos autos às contas de FURNAS, exercício de 2005, após as providências indicadas no item 9.6, para análise em conjunto e em confronto.

SETOR RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO

Superintendência de Construção de Empreendimentos de Geração – SG.G

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS (ou justificativas para o caso de não cumprimento)

A Auditoria Interna – AD encaminhou o processo para a Superintendência de Empreendimentos de Geração – SG.C, que está tomando as providências necessárias.

Número da Decisão ou do Acórdão: 5201 / 2008 / Plenário

DESCRIÇÃO DA DETERMINAÇÃO OU DA RECOMENDAÇÃO

Ofício TCU, solicitando adoção das providências pertinentes ao Acórdão nº 5.201/2008 – 1ª Câmara para que disponibilizem no sistema SISAC a admissão do funcionário Rodrigo Valença dos Santos Corrêa, CPF 017958817-63.

SETOR RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO

Departamento de Suporte à Administração de Pessoal – DAP.G

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS (ou justificativas para o caso de não cumprimento)

A Auditoria Interna – AD encaminhou correspondência para o Departamento de Suporte à Administração de Pessoal – DAP.G, para as providências cabíveis.

Número da Decisão ou do Acórdão: 5135 / 2008 / Plenário

DESCRIÇÃO DA DETERMINAÇÃO OU DA RECOMENDAÇÃO

Ofício TCU, para conhecimento e adoção das determinações previstas no item 1.6.1, cópia do Acórdão nº 5.135/2008.

SETOR RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO

Departamento de Aquisição – DAQ.G

Assessoria de Administração de Contratos, Normalização e Arquivo Técnico – AAT.E

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS (ou justificativas para o caso de não cumprimento)

A Auditoria Interna – AD encaminhou correspondência, em 03.12.2008, para os gestores, que tomaram as providências cabíveis.

14. ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO

Ato	Quantidade	Registrados no SISAC
Admissão	250	243
Desligamento	60	53
Aposentadoria	33	-
Pensão	22	-

Obs.: A diferença ocorrida na quantidade de atos (admissão e demissão), em relação aos constantes do SISAC, deveu-se aos assessores externos que não são registrados, por permanecerem em caráter provisório na Empresa.

15. DISPENSAS DE INSTAURAÇÃO DE TCE E TCE CUJO ENVIO AO TCU FOI DISPENSADO

Declaração constante da página 104.

16. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Posição em 31.12.2008 – Informações fornecidas pela Área de Recursos Humanos

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Quadro Próprio	4525	642.605.161,90	4534	713.364.484,71	4724	805.309.369,94
Total	4525	642.605.161,90	4534	713.364.484,71	4724	805.309.369,94

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Funções de Confiança, sem vínculo *	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-

* FURNAS não possui funções de confiança sem vínculo empregatício.

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Contratações Temporárias *	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-

* FURNAS não possui contratações temporárias (Lei nº 8.745/1993).

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Terceirizado						
• Vigilância / Limpeza						
• Apoio Administrativo	1.923	*	1.857	148.543.013,55	1.723	182.452.919,63
• Outras Atividades						
Estagiários						
• Nível Superior	352		504		421	
• Nível Médio	157	4.684.261,18	190	6.449.767,88	211	7.460.382,72
Total	2.432	4.684.261,18	2.551	154.992.781,43	2.355	189.913.302,35

* A Área de Administração de Pessoal passou a centralizar a administração dos Terceirizados - Apoio Administrativo a partir de 2007.

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Requisitado						
• Com Ônus	7	1.771.493,22	5	1.236.548,24	5	1.060.021,54
• Sem Ônus	4	770.696,91	3	891.693,01	3	172.605,15
Total	11	2.542.190,13	8	2.128.241,25	8	1.232.626,69

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Cedidos						
• Com Ônus	5	7.770.696,90	5	891.693,01	1	102.143,07
• Sem Ônus	27	2.829.076,17	22	4.167.800,29	35	5.115.768,25
Total	32	10.599.773,07	27	5.059.493,30	36	5.217.911,32

Descrição	2008	
	Qtde	Despesa (R\$ Mil)*
Pessoal envolvido em:		
• Ações Finalísticas	3.417	540.695
• Ações de Suporte	1.307	203.125
Total	4.724	743.820

* Valor de folha sem benefícios (tíquete, vale transporte, reembolso creche, etc).

17. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Não foram identificadas pelos gestores da Empresa outras informações consideradas relevantes além das ora apresentadas.

18. CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR UJ OU GRUPO DE UNIDADES AFINS

Decisão Normativa TCU nº 93 – Anexo II B – Item 4

Despesas com Ações de Publicidade e Propaganda – Publicidade Institucional e Legal

FURNAS, como participante do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal (Sicom), realizou, em 2008, investimentos em mídia supervisionados e controlados pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom). Os valores estão discriminados na tabela, a seguir:

Publicidade Institucional		2007		2008	
Agência	Vigência	Valor (R\$ Mil)	Vigência	Valor (R\$ Mil)	
Agência D&M	28.01.2007 a 28.01.2008	8.232	28.01.2008 a 26.01.2009	13.790	
Agência McCann	28.01.2007 a 28.01.2008	5.192	28.01.2008 a 26.01.2009	4.836	

Publicidade Legal		2007		2008	
Agência	Programa	Valor (R\$ Mil)	Vigência	Valor (R\$ Mil)	
Radiobrás	Editais, Balanços Anuais, Convocação de Acionistas	4.390	01/01/2008 a 31/01/2008	3.394	

Decisão Normativa TCU nº 93 – Anexo II B – Item 11

- a) Demonstrativo da remuneração paga aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal – apresentado na página 105;
- b) Atas das reuniões dos Conselhos de Administração e Fiscal – apresentado em sequência, a partir da página anterior (105).

Este Relatório foi aprovado pela Diretoria Colegiada em 24.03.2009, por meio da RD nº 001/2487.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2009.

Carlos Nadalutti Filho
Diretor-Presidente

RSM Boucinhas, Campos & Conti

Auditores Independentes

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos participantes e às patrocinadoras da
Real Grandeza – Fundação de Previdência e Assistência Social

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Real Grandeza – Fundação de Previdência e Assistência Social levantados em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, e as respectivas demonstrações do resultado e dos fluxos financeiros correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da entidade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Real Grandeza – Fundação de Previdência e Assistência Social em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, o resultado de suas operações e os seus fluxos financeiros referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Conforme mencionado na Nota 19, em agosto de 2007 a Real Grandeza – Fundação de Previdência e Assistência Social recebeu o Relatório de Fiscalização Nº 006/2007/ESRJ emitido pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC, resultante do exame do período compreendido entre janeiro de 2002 e fevereiro de 2007 e abordou diversos assuntos, tendo como ênfase os ligados ao Plano de Benefício Definido e ao Plames. O Relatório

RSM Boucinhas, Campos & Conti

Auditores Independentes

apresentou recomendações e determinações que, se implementadas de imediato, poderiam se traduzir em aumento de contribuição para os participantes e assistidos do Plano de Benefício Definido, como também aos usuários do PLAMES. No entanto, a Fundação elaborou uma manifestação contendo razões, argumentos e, quando necessário, inserindo novos documentos visando elucidar a equipe de fiscalização da SPC quanto a divergências de interpretação de legislação e regulamento, buscando assim, evitar os citados aumentos. Até o momento, a Fundação não obteve da Secretaria de Previdência Complementar - SPC uma posição oficial quanto para todos os itens da sua manifestação. Assim sendo, face a indefinição quanto ao desfecho de alguns assuntos tratados no supramencionado relatório, as avaliações atuariais referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 foram elaboradas sem considerar as determinações da Secretaria de Previdência Complementar. No entanto, de acordo com o estudo realizado pelo Atuário Externo contratado pela Fundação, caso todas as determinações constantes do Relatório de Fiscalização emitido pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC fossem implementadas haveria a necessidade de um acréscimo nas reservas matemáticas do Plano de Benefício Definido na ordem de R\$ 363.361 mil em 2008 (R\$ 347.164 mil em 2007), o que elevaria o Déficit Técnico do Exercício para R\$ 767.555 mil (reduziria o Superávit Técnico do Exercício de 2007 para R\$ 287.345 mil).

Rio de Janeiro, 19 de março de 2009

RSM BOUCINHAS, CAMPOS & CONTI

Auditores Independentes S/S

CRC-SP-5.528/O-S-RJ



Toshio Nishioka

Contador-CRC-SP-104.690/O-S-RJ